



FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR
Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – VRPPG
Centro de Ciências da Saúde – CCS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI
Doutorado em Psicologia

LORENA IBIAPINA GURGEL

**APOSENTADORIA E TEMPO DESOBRIGADO DO TRABALHO:
DESVELANDO SIGNIFICADOS A PARTIR DE IDOSOS EX-BANCÁRIOS EM
FORTALEZA-CE**

**RETIREMENT AND RELEASSED WORK TIME: REVEALING MEANINGS
FROM OLD-AGED EX-BANKERS IN FORTALEZA-CE**

Fortaleza – Ceará
2017

LORENA IBIAPINA GURGEL

**APOSENTADORIA E TEMPO DESOBRIGADO DO TRABALHO:
DESVELANDO SIGNIFICADOS A PARTIR DE IDOSOS EX-BANCÁRIOS EM
FORTALEZA-CE**

**RETIREMENT AND RELEASED WORK TIME: REVEALING MEANINGS
FROM OLD-AGED EX-BANKERS IN FORTALEZA-CE**

Tese apresentada à Coordenação do Curso de Doutorado em Psicologia, da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, como requisito para defesa.

Área de concentração: Psicologia, Sociedade e Cultura.

Linha de Pesquisa: Ambiente, Trabalho e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. José Clerton de Oliveira Martins.

Fortaleza – Ceará
2017

Ficha catalográfica da obra elaborada pelo autor através do programa de geração automática da Biblioteca Central da Universidade de Fortaleza

Gurgel , Lorena Ibiapina .

APOSENTADORIA E TEMPO DESOBRIGADO DO TRABALHO: DESVELANDO SIGNIFICADOS A PARTIR DE IDOSOS EX-BANCÁRIOS EM FORTALEZA-CE / Lorena Ibiapina Gurgel . - 2017
211 f.

Tese (Doutorado) - Universidade de Fortaleza. Programa de Doutorado em Psicologia, Fortaleza, 2017.

Orientação: José Clerton de Oliveira Martins.

1. Idoso. 2. aposentadoria . 3. tempo livre . I. Martins, José Clerton de Oliveira . II. Título.



Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Ambiente Trabalho e Cultura nas Organizações

Tese intitulada **“Aposentadoria e tempo desobrigado do trabalho: desvelando significados a partir de idosos ex-bancarios em Fortaleza”**, de autoria da doutoranda **Lorena Ibiapina Gurgel**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. José Clerton de Oliveira Martins - (UNIFOR) – Orientador

Prof. Dr. Daniel Valério Martins (USAL)

Profa. Dra. Cristiane Buhamra Abreu (UNIFOR)

Profa. Dra. Cynthia de Freitas Melo Lins (UNIFOR)

Profa. Dra. Marina Dantas de Figueiredo (UNIFOR)

Fortaleza, 31 de agosto de 2017.

Visto:

Profa. Dra. Normanda Araujo de Moraes
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
UNIFOR

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pelo dom da vida e pela oportunidade concedida.

Aos meus pais, Agnor Gurgel e Maria Glêdes, pelo apoio incansável e pela educação que me permitiram ter. Ao meu irmão, Felipe Gurgel, meu parceiro. Amo vocês!

Ao amor da minha vida e querido esposo, Brenno Eduardo, com quem quero envelhecer: obrigada pela compreensão, pelo auxílio, pela força e pela paciência ao longo deste percurso.

À minha filha, que chegou para acrescentar e renovar meus sonhos.

Ao meu orientador, o professor Dr. José Clerton Martins, por acreditar no meu potencial e pelas sábias orientações na condução de ensinamentos, questionamentos e contribuições para melhorar a qualidade desta tese.

A todos os colegas do Laboratório de Estudos do ócio, trabalho e tempo livre – Laboratório OTIUM – pelo excelente suporte e pelos subsídios para o amadurecimento dos pensamentos, dos estudos e das escritas.

Aos bolsistas de Iniciação Científica do Laboratório, em especial a Laís Duarte, pela valorosa ajuda no processo da tese.

RESUMO

A aposentadoria para o idoso normalmente baliza o ingresso em um novo ciclo de vida permeado por mudanças, expectativas, experiências e significados, seja no ritmo de vida, na ruptura com o labor, ou nas novas relações sociais e projetos de vida. Isso exige do idoso adaptação, elaboração e apropriação desse tempo advindo da aposentadoria. Assim, compreender os significados que os idosos atribuem ao tempo da aposentadoria, na sua realidade, significa entender a complexidade do seu conteúdo, pois o tempo é um recurso fundamental significativo, uma vez que tempo é vida. Diante disso, este estudo tem como objetivo investigar que significados os idosos atribuem ao tempo da aposentadoria. Parte-se dos pressupostos de que este tempo, na contemporaneidade, transcende o descanso e o recolhimento e possibilita uma vivência mais significativa na concretização dos projetos de maior aproximação com a família, lazer e ócio. O estudo se configura como exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, tendo sido realizado no município de Fortaleza, mas especificamente, na sede da Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste – ABNB com os ex-bancários idosos. Para a coleta de dados, utilizaram-se dois instrumentos: Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) e a entrevista semiestruturada com um roteiro de perguntas abertas. Recorreu-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para análises dos mesmos. Os resultados do TALP apontaram que as palavras prevalentes quanto ao significado deste tempo se referem à família e ao lazer, que constituíram também as palavras mais importantes e de maior frequência nas evocações por parte dos idosos entrevistados. As entrevistas revelaram que os significados do tempo da aposentadoria atribuído pelos idosos estão atrelados à: flexibilidade de horários, momento de oportunidades e tempo de nostalgia; as atividades mais evidenciadas neste tempo foram: viajar, brincar com os netos, ler, escrever, adquirir novos conhecimentos, cuidados com a saúde, prática de *hobby's* e atividades voluntárias. Assim, infere-se que o tempo advindo da aposentadoria é elaborado e vivenciado sob diferentes perspectivas, em especial para a realização de atividades voltadas para o lazer e para a família, tendo como principal fator a liberdade para lidar com o próprio tempo.

Palavras-chave: Idoso. Aposentadoria. Tempo livre.

ABSTRACT

Retirement for the elderly usually beacon entrance into a new cycle of life permeated by changes, expectations, experiences and meanings, is the pace of life, the break from the work, or in the new social relations and life projects. This requires the elderly to adapt, elaborate and appropriate this time from retirement. Thus, understanding the meanings that seniors attribute to retirement time, in their reality, means understanding the complexity of their content, since time is a significant fundamental resource, since time is life. Given this, this study aims to investigate what meanings the elderly attribute to the time of retirement. It starts from the presuppositions that this time, in the contemporaneity, transcends the rest and the recollection and allows a more meaningful experience in the concretization of the projects of greater approximation with the family, leisure and leisure. The study is configured as exploratory and descriptive qualitative approach and was conducted in Fortaleza, but specifically at the headquarters of the Association of Retirees of Banco do Nordeste - ABNB with former bank elderly. For the data collection, two instruments were used: Free Word Association Test (TALP) and the semistructured interview with a script of open questions. The technique of the Collective Subject Discourse (DSC) was used to analyze them. The results of the TALP indicated that the prevalent words regarding the meaning of this time refer to family and leisure, which were also the most important and most frequent words in the evocations by the elderly interviewed. The interviews revealed that the meanings of the time of retirement attributed by the elderly are linked to: flexibility of schedules, moment of opportunity and time of nostalgia; the activities most evidenced at this time were: traveling, playing with the grandchildren, reading, writing, acquiring new knowledge, health care, hobby's practice and volunteer activities. Thus, it is inferred that the time coming from retirement is elaborated and experienced from different perspectives, especially for the accomplishment of activities aimed at leisure and the family, having as main factor the freedom to handle their own time.

Keywords: Elderly. Retirement. Free time.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABNB	Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional da Previdência social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OMTNU	Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas
OTIUM	Laboratório de Estudos sobre Ócio, Trabalho e Tempo Livre
PPA	Preparação para a Aposentadoria
Prodetur/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
TAL	Teste de Associação Livres de Palavras
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UTIs	Universidades da Terceira Idade

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa	115
QUADRO 2 – Associação Livre de Palavras (TALP): significado de tempo livre ...	117
QUADRO 3 – Palavras evocadas pelos sujeitos, por ordem de importância	118
QUADRO 4 – Categorização por aproximação de significados e frequência	119
QUADRO 5 – Significado do tempo advindo da aposentadoria para os idosos	123
QUADRO 6 – Atividades desenvolvidas no tempo advindo da aposentadoria	128
QUADRO 7 – Impactos do tempo advindo da aposentadoria no estilo de vida do idoso.....	140
QUADRO 8 – Importância do tempo advindo da aposentadoria	144

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 APREENSÕES SOBRE A APOSENTADORIA	18
2 SOBRE O TEMPO ADVINDO DA APOSENTADORIA	32
3 ENVELHECIMENTO: ENTRE CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS	47
4 O SUJEITO DO ENVELHECIMENTO	58
5 PERCURSO INVESTIGATIVO	89
5.1 Tipo e natureza do estudo	89
5.2 Ambiente investigativo	92
5.3 Sujeitos participantes da pesquisa	95
5.4 Coleta de dados	99
5.5 Organização e análise dos dados	104
5.6 Aspectos Éticos	113
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	115
6.1 Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa	115
6.2 Resultados parciais do Teste de Associação Livre de Palavras – TALP	116
6.3 Resultados parciais do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	156
APÊNDICES	181
ANEXO	187

INTRODUÇÃO

A motivação para este estudo se alicerça na trajetória acadêmica, vida pessoal e afetiva da pesquisadora, o que despertou inquietações acerca da temática central desta investigação. A motivação acadêmica adveio da participação no Laboratório de Estudos sobre Ócio, Trabalho e Tempo Livre (OTIUM), ligado ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), que atualmente tem como proposta de pesquisa maior: “Recriando-se nas temporalidades livres da velhice: um estudo sobre experiências potencializadoras da vida com idosos do Nordeste brasileiro”. Esse laço deu suporte e incentivo necessário para o amadurecimento nesta linha de investigação, bem como o aprofundamento nos pensamentos, estudos e escritos que só favoreceram essa possibilidade.

Deste modo contribuíram ainda para a eleição deste tema os estudos e diálogos realizados no OTIUM e a leitura de artigos e livros de pesquisadores, entre os quais se destacam: Aquino (2008), Aquino e Martins (2008), Cuenca (2003, 2004, 2008), Martins e Francileudo (2010), Rhoden (2008, 2009), e Salis (2004, 2008), dentre outros. Colaboraram também significativamente os eventos acadêmicos e científicos realizados pelo OTIUM, tais como seminários, ciclo de palestras e jornadas de estudos, durante os quais houve a participação desta autora e que serviram de subsídios relevantes para este trabalho.

As experiências vivenciadas com familiares idosos aposentados, mais especificamente pai e avô (fontes de inspiração), também marcaram a pesquisadora com a existência de imagens de grande significado; isso fez despertar o gosto e o interesse para esta pesquisa, relacionada ao idoso e ao tempo advindo da aposentadoria.

A pesquisadora acompanhou ainda as apreensões sobre o tempo advindo da aposentadoria de algumas pessoas próximas e consideradas queridas. Nesse cenário em que a pesquisadora se encontrava, ouviam-se relatos de sentimentos acerca do tempo advindo da aposentadoria, discorrendo anseios opostos que se confundem no íntimo. Ou seja, a princípio, uma euforia por, enfim, receber oficialmente a declaração de que já cumpriram o dever assumido com o labor; logo em seguida, o desnordeio com este tempo, que, por vezes, os privam da convivência diária com amigos, familiares e atividades de lazer que eram valorizadas no período laboral.

A justificativa para a realização da presente investigação se constitui por ser um tema relevante, oportuno e pertinente, que desperta bastante interesse e proporciona muitos debates, uma vez que essa temática é algo transversal a toda a sociedade. Deste modo, a aposentadoria, enquanto um importante marco social, representa um momento marcante de mudança nesta fase da vida, que convoca o idoso a se apropriar deste tempo com possibilidades e potencialidades de (re)criação da vida.

Assim, a relevância de pensar e articular sobre idoso e o tempo advindo da aposentadoria, no contexto atual, deve-se ao fato de que essa mudança no cotidiano do idoso requer sensibilidade e coragem para se apropriar desse tempo de vida. Nesse cenário, Freitas (2011) alerta para a necessidade de estimular o estudo do idoso em várias vertentes, pois há números limitados de investigações relativas às implicações sociais, econômicas, ambientais e de lazer, dentre outras, causadas por mudança na estrutura etária como a que a população brasileira atravessa.

Vale destacar que as estatísticas apontam, nas últimas décadas, o envelhecimento populacional como um fato crescente e relevante decorrente do avanço das tecnologias e da ciência, que contribuíram para o aumento da expectativa de vida.

Sobre o conceito de idoso, adotou-se aquele definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1984), que reconhece como idoso o sujeito com 60 anos de idade em diante em países em desenvolvimento. Esse critério etário serve de parâmetro para as políticas voltadas para este grupo a nível mundial.

Ser idoso na sociedade contemporânea pode se revelar como uma fase promissora, em termos de realizações, projetos, planos e sonhos; como também apresentar-se como um momento de incapacidade, estagnação e isolamento. Portanto, cabe ao sujeito direcionar a experiência de ser idoso, seja como protagonista ou coadjuvante.

Nessa etapa do ciclo vital, o idoso perpassa por vários acontecimentos expressivos; dentre eles, um importante marco social vivenciado é a aposentadoria. Esta é caracterizada como um período em que o indivíduo recebe remuneração sem mais precisar trabalhar (Leite, 1995).

A aposentadoria se manifesta como um período de mudança no cotidiano devido ao acréscimo na quantidade de tempo livre compulsório, que demanda por parte do idoso uma adaptação nessa nova realidade quanto à adequação, ajustamento, reorganização e/ou apropriação que refletem no seu estilo de vida.

Esse momento pode ser visto sob perspectivas positivas e negativas. Por um lado, o idoso dispõe de mais oportunidades para estar presente no seio da família, estreitando os laços de amizade que o labor pode ter reduzido e/ou inviabilizado; possibilidades também de ritmos desacelerados e de liberdade para fazer atividades desejadas.

Por outro lado, a aposentadoria pode ser algo indesejado e permeado por conflitos em função da centralidade do trabalho na constituição identitária do sujeito, uma vez que a sociedade capitalista supervaloriza o ter e a produtividade. Neste sentido,

o idoso aposentado pode se perceber na contramão dessa realidade laboral, associando-se a inatividade e inutilidade, culminando, por vezes, em um sentimento de vazio existencial (Schein, 1996; Soares, Costa, Rosa & Oliveira, 2007).

Deste modo, o tempo advindo da aposentadoria dos idosos permite reflexões pertinentes e atuais sob vários pontos de vista. Essas ponderações incluem as novas formas de reinserção do aposentado no cotidiano, novas elaborações, reelaborações, dentre outros acontecimentos marcantes que surgem com essa nova condição. Assim, explorar os significados e as atividades desenvolvidas neste tempo possibilita compreender diversos sentidos, sentimentos, anseios, aspirações, emoções, prazeres, gostos, vontades, pretensões, ideias e expectativas.

Diante desse cenário, vale destacar que a contemporaneidade, a partir de Bauman (1998), está vivendo uma realidade dominada pela liquidez, pela aceleração, pela cultura do efêmero e pelo hiperconsumo. Assim, o sujeito contemporâneo é convocado a estar inserido em inúmeras atividades, que na maioria das vezes o tiram de si mesmo. Neste contexto, o tempo percebido como livre, que deveria ser verdadeiramente livre, se torna um espaço colonizado pelas diferenciadas demandas social (Aquino & Martins, 2007).

Atentar para as potencialidades desse tempo liberado do trabalho inclui uma postura de reassumir posições que tornem as pessoas mais apropriadas de si, favorecendo, desse modo, a recriação de novos estilos de vida em vista dos distintos âmbitos relacionais. No entanto, as características marcantes e dominantes da sociedade hodierna contribuem significativamente para que as pessoas caminhem e mergulhem, cada vez mais, para a ingestão de imagens vazias de significado, fugas da realidade, alienação de pensamentos e processos superficiais, tornando-se coadjuvantes da arte da vida (Salis, 2004).

Esses encaminhamentos, propostos pela sociedade hipermoderna – marcada pela dimensão hiper: hiperconsumismo, hipercapitalismo, hiperindividualismo, segundo Lipovetsky (2007) – nos conduz a elaborar e acreditar ainda em estereótipos equivocados criados pelo binômio mídia-mercado, em especial acerca de questões ligadas ao processo de envelhecimento, o ser idoso, a aposentadoria, o tempo livre, dentre outras possibilidades relacionadas à temática.

Diante destas considerações, mesmo a aposentadoria sendo algo compulsório, de direito perante a sociedade, não seria este momento oportuno para atividades que propiciam desenvolvimento subjetivo? O tempo advindo da aposentadoria não seria um tempo de possibilidades reveladoras, promissoras, em termos de realizações, projetos, planos e sonhos? Por que o tempo advindo da aposentadoria ainda é, muitas vezes, associado a tempo de tédio, inutilidade e ociosidade, por vezes vazio, sem sentido ou significado. Será que este tempo é mesmo inútil e improdutivo? Será que o tempo da aposentadoria não pode ser ou significar continuidade, renovação, aprendizado, recolocação diante da vida? Será que as atividades realizadas neste tempo, pelo idoso, não podem ser experiências potencializadoras de vida? Estes questionamentos orientam o estudo.

Portanto, os significados deste tempo para o idoso na sua realidade diária nos permitem compreender a diversidade do seu conteúdo, as perspectivas e importâncias das atividades desenvolvidas, deparando-se com sentidos, sentimentos, ideias, expectativas, novas formas de reinserção no cotidiano e elaborações de convívio familiar e social.

Diante disso, tem-se a pergunta de partida: quais são os significados do tempo da aposentadoria para os idosos? Parte-se do pressuposto de que o tempo advindo da aposentadoria para o idoso, na contemporaneidade, transcende o descanso e o

recolhimento e possibilita uma vivência mais significativa na concretização dos seus projetos de maior aproximação com a família, o lazer e o ócio.

O estudo tem como objetivo geral investigar como os idosos aposentados significam o tempo da aposentadoria. São os objetivos específicos: identificar as atividades desenvolvidas pelo idoso no tempo da aposentadoria; identificar os impactos do tempo da aposentadoria no estilo de vida do idoso; e, por fim, compreender a importância do tempo da aposentadoria para o idoso.

A relevância dessa investigação baseia-se em contribuir cientificamente com reflexões sobre as reformulações culturais acerca do tempo advindo da aposentadoria na fase idosa. Nesse sentido, espera-se que este estudo favoreça também a possibilidade de prospectar estratégias, dentro do contexto investigado, por meio da apreensão dos significados do tempo advindo da aposentadoria – como esses significados podem implicar mudanças de atitude e possíveis benefícios para o bem-estar subjetivo dos mesmos.

Dessa forma, a tese se encontra estruturada em seis capítulos, distribuídos de maneira a facilitar a compreensão do leitor. O primeiro capítulo trata das apreensões sobre a aposentadoria e sua condição temporal na vida dos idosos, abordando, além de conceitos, contextualização, características e considerações relacionadas à condição temporal advinda da aposentadoria.

O segundo capítulo versa sobre o tempo advindo da aposentadoria. O terceiro capítulo aborda o envelhecimento enquanto processo contínuo e complexo da vida humana. O quarto capítulo, refere-se ao sujeito do envelhecimento, perpassando por conceitos, características, significados, mitos e outras implicações pertinentes.

No quinto capítulo demarca-se o percurso metodológico utilizado para se compreender os significados do tempo advindo da aposentadoria, revelando a

contextualização e a definição da caminhada de investigação, bem como o modo como os dados foram gerados e analisados. E, por fim, o sexto capítulo apresenta os resultados e discussões.

1 APREENSÕES SOBRE A APOSENTADORIA

“O momento da aposentadoria não se restringe, portanto, ao encerramento de um ciclo, mas pode apontar para possibilidades fecundas de transformação”

(Adler, 1999)

Considera-se o tema da aposentadoria o item principal, um conceito vital para esta pesquisa; desta forma, inicia-se por tratar dessa categoria temática como a primeira deste estudo. Trata-se de uma compreensão da aposentadoria a partir do que se define na produção científica investigada desse tema. Há necessidade de expor aqui, teoricamente como ela é evidenciada para num segundo momento, apreende-la a partir dos significados que os idosos atribuem a este momento.

A aposentadoria assinala, sobretudo, um evento que baliza o ingresso a um novo ciclo de vida permeado por novas experiências e significados que se referem, em geral, a mudanças do ritmo de vida, à ruptura com o labor e a novas relações e projetos com o tempo livre. A frase citada permite refletir sobre este momento da aposentadoria de forma mais abrangente, de forma que transcenda a concepção da interrupção das atividades laborais.

A aposentadoria pode ocorrer por vários motivos. Este estudo aborda a aposentadoria por idade (acima de 60 anos). O conceito de aposentadoria é dinâmico, uma vez que ele tem se transformado ao longo do tempo, assim como as condições socioculturais em torno do sujeito idoso que se aposenta e as expectativas individuais. Nesse sentido, é oportuno abordar alguns aspectos conceituais e históricos da aposentadoria.

No dicionário, “aposentar” se refere ao ato de deixar o serviço por ter completado o número de anos exigido por lei (Veras, 1994). Na produção científica,

destacamos Leite (1993; 1995), que define “aposentadoria” como um período em que a pessoa recebe remuneração sem mais trabalhar, sem que se apresente uma desaprovação social. Ainda segundo o autor, a aposentadoria é algo imposto pelo decurso da idade ou por outros motivos; dessa maneira, ela é encarada como um tempo livre compulsório, ou seja, uma saída obrigatória laboral sem livre eleição.

Quanto à gênese da aposentadoria, ela foi criada na Alemanha no final do século XIX. Nos países industrializados, os sistemas de aposentadoria foram implantados com o intuito de promover um estado de bem-estar social. No início do século XX, surgiram teorias sociais que buscaram explicar a necessidade de retirada do trabalhador idoso do processo produtivo, sugerindo a transferência dele para um mundo à parte (Debert, 2004; Kunzler, 2009; Rhéaume, 2010).

Destacam-se alguns fatos históricos considerados marcantes: em 1966, foi criado o Instituto Nacional da Previdência social (INPS) e, em 1973, foi garantida ao segurado da previdência a aposentadoria – aos 60 anos para as mulheres e aos 65 para os homens. Contudo, a aposentadoria ficou estabelecida, a partir dos 65 anos para mulheres e a partir dos 75 anos para os homens (Cardoso, 2004).

O direito a este benefício sempre esteve presente nas lutas das classes trabalhadoras, constituindo fruto de embates políticos e sociais que lograram êxito com a promulgação da Lei Nº 7.604/1987 e, mais tarde, com a Lei complementar Nº11/71. As garantias de aposentadoria normalizadas pela legislação aconteceram em um momento em que a sociedade civil inaugurou o movimento Pró-Idoso (Mopi), no ano de 1972. Esse movimento, em conjunto com entidades públicas e privadas, buscava promover a integração e a participação do idoso no campo social (Soares & Costa, 2008).

Percebe-se, neste breve contexto histórico e político, que a aposentadoria ganhou *status* de lei através de ações que envolvem políticas públicas para este segmento populacional, os aposentados, a fim de lhes garantir alguns benefícios sociais. A aposentadoria, portanto, é um direito e representa uma conquista do trabalhador depois de muito esforço e anos de labor. Mas o idoso que exerce esse direito pode se deparar com o estigma de ser improdutivo e ultrapassado. Nesse caso, questiona-se: improdutivo e ultrapassado para quem?

Nesse contexto, a sociedade é contraditória. Por um lado, considera a aposentadoria como um direito e uma conquista do trabalhador, depois de muitos esforços e anos de trabalho. Por outro, desvaloriza o sujeito depois de aposentado, com denotações pejorativas que trazem implicações à sua dignidade.

Além dos valores sociais da aposentadoria, existem os valores intrínsecos ao próprio sujeito, que estão interrelacionados com sua história de vida, suas relações com a sociedade, com o papel profissional e com seu modo de enfrentar perdas e de se adaptar a novas situações. Sobre esse aspecto, Giardino e Cardozo (2009) reforçam: “A aposentadoria pode significar o começo de uma grande reviravolta. Aqueles que têm um espírito positivo enxergam a aposentadoria como um passo para projetos mais amplos de ordem subjetiva e prazerosa” (p. 21).

Deste modo, a aposentadoria permite reflexões e questionamentos pertinentes sobre a vida do idoso. Por exemplo: este momento é uma penalidade ou um laureio? Ela deságua em duas visões ou perspectivas antagônicas: a negativa e a positiva. Mesmo com a pretensão de considerar e valorizar os aspectos positivos da aposentadoria, alguns autores apresentam também perspectivas negativas.

Assim, sob o ponto de vista negativo da aposentadoria, pode-se considerar que ela seja permeada por conflitos em função ou em consequência da centralidade do

trabalho na constituição identitária dos sujeitos. O idoso aposentado pode ser visto como um sujeito que está na contramão do projeto ideológico do trabalhador ao qual ele se condicionou durante a maior parte da vida.

Em uma sociedade na qual o trabalho e a produção são tidos como valores fundamentais, a aposentadoria é frequentemente sentida como a perda do próprio significado da vida e de um ponto de referência na sua organização institucional. Isso porque o trabalho determina horários, atividades, relacionamentos, *status*, reconhecimento social, padrão de vida e relações com o tempo livre (Aranha, 2003; Mourão & Andrade, 2001; Romanini et al., 2004; Santos, 1995; Soares et al., 2007).

O rompimento com as relações de trabalho pode trazer impacto significativo, ainda que varie de pessoa para pessoa no contexto global da vida. A aposentadoria pode implicar bem mais que um simples término de carreira profissional, ou seja, pode constituir uma ameaça ao *status* e ao vínculo social do sujeito, que pode sentir que desce degraus. Nesse sentido, essas perdas são agrupadas em quatro aspectos: emocionais do trabalho; tangíveis do trabalho; relacionamentos do trabalho; salários e benefícios (França & Vaughan, 2008).

Corroborando essa ideia, Daniel e Souza (2006) evidenciam outros aspectos impensáveis, como a dependência em relação ao sistema previdenciário, a ausência de papéis sociais significativos, a ociosidade e a marginalização social, que podem desaguar em angústia e depressão.

Na perspectiva da aposentadoria ainda relacionada ao tédio, ociosidade e inutilidade, muitas pessoas não aceitam a aposentadoria e a vivem com conflitos e ansiedade, sobretudo aqueles que priorizaram a profissão em detrimento da vida pessoal e social. Para D'Andrea (2000), “ao se aposentar o indivíduo tem de abandonar seu

grupo de iguais e essa separação é frequentemente a maior responsável pelos sentimentos de auto-depreciação e de perda de amor” (p. 148).

Quanto a esses sentimentos provocados pela perda da identidade profissional, em que o indivíduo se vê sem o sobrenome corporativo, aquela agenda cheia de compromissos começa a fazer falta. Não raro o que se vê é uma nostalgia da correria de antes, já que a abundância de tempo livre pode fazer parte dessa nova fase. Começa então o grande desafio de descobrir como dar significado aos anos extras (Giardino & Cardozo, 2009).

Por outro lado, a aposentadoria pode ser encarada como algo positivo, pois além de um benefício conquistado historicamente, ela pode se transformar em uma chance para descobertas potencializadoras. Neste período, há a percepção de mais tempo para aproveitar as atividades de que se gosta e que antes não se tinha a oportunidade de praticar. Quantos livros ficaram para depois? E aquela viagem sonhada a vida inteira? É um momento para rever e reprogramar a vida, as atividades e a estrutura da rotina. Ou seja, a aposentadoria representa maior disponibilidade de tempo físico e psíquico para se desfrutar ou realizar atividades prazerosas que, durante longo tempo, foram adiadas ou estiveram adormecidas, principalmente em razão do labor.

Nesse sentido, a aposentadoria pode se apresentar como um tempo de reconstrução, de novos investimentos e de novas descobertas; pode comportar projetos criativos elaborados a partir da tomada de consciência da situação – a oportunidade de um novo relacionamento com a vida e do aproveitamento desse tempo livre de que o sujeito dispõe.

Como oportunidade de libertação e autonomia, a aposentadoria pode ser o fim de uma etapa da vida caracterizada pelo esforço e pelo sacrifício em prol do trabalho, constituindo assim a possibilidade de realização de atividades desejadas, como o lazer

ou o descanso. Além disso, ela pode se configurar como chance para se desenvolver um estilo de vida mais aprazível. Nesse contexto, Veras, Ramos e Kalache (1987) creem que a maioria dos profissionais passa a vida sonhando com a aposentadoria, pois nela a rotina estressante do escritório será substituída por atividades de lazer, viagens etc.

Dentre as oportunidades oferecidas pela aposentadoria pode-se citar a reestruturação da rotina, a qual pode se configurar menos rígida, com um ritmo de vida mais desejado e com elaborações percebidas como livres. Ou seja, a razão mais comum da ansiosa expectativa da aposentadoria é o ardente desejo de se ver livre da rotina rígida e do horário infligido pelo trabalho remunerado (Bosi, 2003; Coni et al., 1996; Py, 2004; Rodrigues & Soares, 2006).

A aposentadoria pode, sim, ser uma fase excitante e intensa, que proporciona novos desafios e ricas experiências; uma época cheia de oportunidades para se viver uma vida que não se viveu antes. Esta é a genuína motivação que tanto faz aspirar tal momento: fazer diferente, usar a experiência acumulada ao longo da vida e dedicar-se àquilo que realmente dá prazer e motivação.

A aposentadoria pode, ainda, oferecer oportunidades para o desenvolvimento pessoal, pois nela são possíveis as descobertas de potencialidades, de fontes de prazer, de maturidades e crescimento. Portanto, tal período tem potencial para a problematização da vida e das experiências no tempo, permitindo ao sujeito confrontar-se com o próprio amadurecimento. Além disso, se bem preparada e planejada, pode render possibilidades satisfatórias.

Deste modo, se o indivíduo, ao longo da sua vida, constrói outras fontes de satisfação além do trabalho, pode tornar-se mais fácil o enfrentamento de possíveis barreiras nesta fase da vida, possibilitando uma reestruturação de sua identidade enquanto aposentado.

Assim, o desengajamento profissional pode ocorrer sem traumatismos e como um passo importante na vida do sujeito. As possíveis implicações nesse momento dizem respeito à relação que o indivíduo idoso estabeleceu e que poderá vir a estabelecer com a aposentadoria. Ou seja, o grande diferencial comporta o modo particular com que irá enfrentar essa nova fase, caracterizada pelo movimento de desestruturação e de reestruturação da identidade pessoal. Esta fase será mais ou menos difícil, dependendo de como o aposentado organizou sua vida, da importância que deu ao trabalho e de outras questões sociais que construiu (Romanini et al., 2004; Zanelli & Silva, 1996).

Assim, o tempo da aposentadoria pode ser um período indesejado, angustiante, cheio de dúvidas e inseguranças, mas também pode ser algo desejado e buscado com euforia e satisfação – uma oportunidade para a libertação, com possibilidades de novas experiências gratificantes, ocasião de aprimoramento pessoal, oportunidade de atividades variadas e atraentes.

Portanto, diante das considerações expostas, visualiza-se que há um embate entre os ganhos e as perdas da aposentadoria, mediante as singularidades e subjetividades de cada indivíduo. Nesse sentido, tal período pode ser representado através da analogia do pêndulo: ela oscila entre o sentido de penalidade e desesperança e os sentimentos de prêmio e renovação. Essas visões denotam ligações com as concepções, vivências e significados que o sujeito tem do e no trabalho.

Diante dos aspectos abordados sobre a aposentadoria e suas implicações, é oportuno tecer considerações sobre as relações entre o ser humano, trabalho e aposentadoria. Nesse sentido, é relevante compreender as transformações nas funções, nas organizações e nos processos do trabalho para entender as percepções e representações do homem sobre a categoria “trabalho”.

A maneira como o ser humano se relaciona com o trabalho faz com que este último tenha concepções e significados diferentes, que devem ser respeitados e entendidos, pois nenhum homem trabalha da mesma forma, mesmo exercendo funções semelhantes no processo de trabalho. Assim, cada indivíduo se apropria do trabalho de maneira singular, e o que irá sustentar essa diferenciação será a maneira com que o sujeito convive em seu meio social, considerado seu contexto socioeconômico.

O trabalho é considerado uma categoria fundamental para o desenvolvimento humano, representando um valor importante na sociedade e exercendo uma influência considerável sobre a motivação dos trabalhadores, gerando satisfação e produtividade. O trabalho é considerado como parte da condição humana, porque as pessoas e a sociedade se constituem a partir dele. Ou seja, a maior parte da vida da maioria dos indivíduos é ocupada pelo trabalho.

Por isso o trabalho é central na vida do sujeito. Freud (1974) argumenta que o trabalho é a atividade que proporciona direção à vida, noção de realidade e, também, representa uma possibilidade de vínculos entre as pessoas. Essa perspectiva da centralidade é fortalecida por Dejours com a seguinte afirmação: “O trabalho é e continuará central em face da construção da identidade e da saúde, da realização pessoal, da formação das relações entre homens e mulheres, da evolução da convivência e da cultura” (Dejours, 2007a, p. 21).

Observa-se que o trabalho pode ser definido de várias maneiras; dentre elas, como uma atividade que tem um objetivo, que designa um gasto de energia mediante um conjunto de atividades coordenadas que visam a produzir algo de útil (Brief & Nord, 1990; Shepherdson, 1984).

Essas considerações preliminares levam a refletir que o trabalho se confunde com a própria história da humanidade, uma vez que o ser humano precisa produzir bens

de utilidade para o uso do dia a dia. Logo, o trabalho é de suma importância para a vida psicossocial do homem, pois, através do labor, também as sociedades se desenvolvem e alcançam suas necessidades básicas.

Na pré-história, por exemplo, o homem utilizava o trabalho para a sua sobrevivência, satisfazendo as suas necessidades básicas e criando, com as suas próprias mãos, seus instrumentos de caça e as suas ferramentas. No Brasil, acredita-se que o trabalho surgiu no país através dos povos indígenas. Eles empregavam seu tempo na arte da pintura, utilizando pigmentos naturais, e produziam diversos objetos, como a cestaria, a cerâmica e outros (Tres et al., 2011).

Na Antiguidade, o trabalho era percebido a partir de duas denominações, *Erga* e *Douleia*. A primeira identifica o trabalho criativo, emancipador, e ressalta a importância do ócio – experiência subjetiva, significativa e potencializadora do ser – como forma de reinventar o cotidiano e fazer a vida mais prazerosa. A segunda, *Douleia*, se caracteriza pela imagem do sacrifício, do castigo, compreendido como lugar da sobrevivência humana; sua execução era de caráter monótono e repetitivo, não criador, nem prazeroso (Salis, 2004).

Podem-se perceber algumas dualidades nos tempos históricos. Por exemplo, na Manufatura, o trabalho se confundia em determinados momentos até mesmo com o lazer, uma vez que o tempo de produção era diferente do da Revolução Industrial, ou seja, ele não era cronometrado por uma fábrica – como foi muito bem ilustrado por Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos*, de 1936. Na atualidade, há uma inversão de valores que dificulta essa relação entre lazer e trabalho, uma vez que tempo é dinheiro (Izerrougene, 2010).

As ideias de Marx (1974) sobre o sistema capitalista apontam o labor como uma obrigação. Ou seja, o trabalho não pertence ao homem, mas é de outrem, que se apropria dele – quem detém o capital. Nesse sentido, o trabalho aliena o homem numa relação exploratória, pois o trabalhador é obrigado a vender a sua força laboral em troca de uma remuneração.

Vale destacar que o modelo taylorista-fordista lançou as bases da administração do trabalho e estruturou cientificamente seus princípios. Assim, o trabalho só tem sentido quando a partir dele se produz algo pelo qual a sociedade atribui um valor de troca (Codo, 1996). Nesse contexto, o trabalho é pensado para ter o mínimo de possibilidade de erro e o máximo de produtividade, reduzindo assim o espaço do trabalhador para a manifestação de sua espontaneidade e criatividade, uma vez que as alternativas de ação desse trabalhador já estão previamente definidas.

Dessa maneira, a relação do ser humano com o trabalho parece se desvincular das necessidades humanas subjetivas, passando a centrar-se em tempos e espaços de organização da vida de maneira tal que o trabalho parece suprimir o tempo para a família e para si, focando a existência em um tempo de trabalho, consumo e produção. Vale apontar que os ritmos de vida imersos nessa realidade social são acelerados; o trabalhador procura se especializar dentro do mercado de trabalho, buscando incessantemente informações e conhecimentos, sendo estimulado a pensar e agir rapidamente.

Diante dessas considerações, percebe-se que o trabalho se encontra presente na vida do ser humano desde a gênese da humanidade; ao longo da história e das culturas, ele passou por várias transformações. Antes o trabalho limitava-se tão somente a garantir a sobrevivência do homem, pois o homem se servia da natureza sem alterá-la e

não fazia uso de instrumentos específicos. Seus instrumentos básicos eram braços e mãos.

Posteriormente adveio a Manufatura, o feudo e a Revolução Industrial, e assim as perspectivas mais simples do trabalho ganharam uma maior complexidade, culminando no aparecimento de novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho: diversidade de atividades laborais, instrumentos específicos e tecnologia de ponta.

Portanto, o trabalho aparece como um operador fundamental na própria construção do sujeito e tende a representar um elemento estruturador na composição psicológica das pessoas e no ciclo de suas atividades diárias, onde os fatores sociais, econômicos e políticos interferem na organização do trabalho e na subjetividade do trabalhador. O sentido do trabalho é construído pelo sujeito, conforme a sua maneira de lidar com todos os fatores no seu dia-a-dia. Deste modo, o trabalho possibilita um espaço de construção de sentido, onde as pessoas podem desenvolver percepções e sentimentos positivos e negativos, agradáveis ou desagradáveis em relação ao trabalho.

Quanto aos sentidos do trabalho, há diferentes teorizações a respeito; dentre elas, aquela que encara o trabalho como uma experiência psicossocial de prazer e sofrimento; outras, de adoecimento mental; e outras, de equilíbrio psíquico (Enriquez, 1999). O sentido do trabalho está ligado às seguintes razões: relacionar-se com outras pessoas, ter o sentimento de vinculação, ter algo que fazer para evitar o tédio e ter um objetivo na vida.

O sentido diz respeito àquilo que o sujeito atribui em sua relação com o trabalho, construído de maneira singular: “(...) O sentido que o sujeito constrói é fortemente singularizado pela forma através da qual a situação atual de trabalho se encaixa, faz ressonância com as experiências passadas e expectativas atuais do sujeito (...)”

(Dejours & Abdoucheli, 2007, p. 141). Assim, o trabalhador atribui significados às relações dinâmicas entre trabalho e subjetivação. Entende-se por subjetivação o “processo de atribuição de sentido com base na relação do trabalhador com sua realidade de trabalho, expresso em modos de pensar, sentir e agir individuais ou coletivos” (Mendes, 2007, p. 43).

Dessa forma, a dinâmica das relações entre o ser humano, trabalho e aposentadoria poderá ocupar um lugar significativo nos processos de (re)apropriação e de emancipação do sujeito. Esses processos vão influenciar sobremaneira as relações com a aposentadoria, o planejamento e a vivência do tempo de aposentado.

A partir do exposto acima, os significados e as vivências da aposentadoria estão relacionados ao seu planejamento, pois se acredita que o fato de deixar o mundo do trabalho sem que ocorra qualquer tipo de planejamento ou elaboração, em geral, explica as dúvidas e as angústias que os aposentados experimentam nesta etapa das suas vidas (Schein, 1996).

Sobre a relevância do planejamento como um dos fatores determinantes para a elaboração do significado e da vivência da aposentadoria, Mack (1954) afirma que “o problema de planejamento da aposentadoria pode se resolver a partir de programas de preparação para aposentadoria” (p. 169). Os Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPA) são geralmente desenvolvidos por equipes multidisciplinares com profissionais de Psicologia e de Serviço Social, por exemplo, tendo em vista, principalmente, os efeitos subjetivos produzidos por essa transição (Silva, Balaban, & Motta, 2005).

Os PPAs, nesse período de transição, podem ter um importante papel na medida em que proporcionam aos futuros aposentados condições de explorar suas expectativas, desejos e possibilidades, informando as condições de vida pós-aposentadoria e

ajudando-os a reconhecer que o processo de educação permanente pode contribuir para seu desenvolvimento psicossocial. A partir disso, estabelecem novos desafios que valorizarão a própria existência (Felippe, Sandmann, Merthy, Fernandez, & Bulgacov, 1999; Siqueira, Botelho, & Coelho, 2002; Soares et al., 2007).

Essa orientação deve ter como objetivo facilitar o processo de transição, despertar novas áreas de interesse e prevenir conflitos emergentes, provocando uma mudança no comportamento desses indivíduos que, face à ruptura com o mundo do trabalho formal, buscam possibilidades de reconstrução de suas identidades (Zanelli & Silva, 1996).

Acredita-se que a adaptação à aposentadoria dependa de diversos fatores. É fundamental que sejam analisadas as atitudes dos trabalhadores diante das perdas e dos ganhos que acompanham essa transição, de forma que os ganhos possam ser reforçados, e o impacto das perdas, contornado através do planejamento.

Nesse sentido, planejar é essencial. Significa pensar antecipadamente os passos a serem dados. Contudo, há os que creem que planejar implica limitações de liberdade. O ideal é pensar em um planejamento de carreira e colocar a aposentadoria no contexto integrado do planejamento de vida; ou seja, a aposentadoria deveria ser contemplada como outros fatores importantes da vida o são.

Assumir a condição de aposentado de forma brusca, sem uma reflexão e/ou uma orientação prévia, pode potencializar a ocorrência de problemas no reposicionamento da estrutura social e gerar implicações negativas nos planos da vida pessoal (Zanelli, Silva, & Soares, 2010).

Existem várias formas de planejamento da aposentadoria: financeiro, psicológico e sociocultural. Assim, planejar-se para a aposentadoria traz um diferencial agregador

para o bem-estar subjetivo do sujeito. O sujeito orientado ou não para a aposentadoria busca formas adaptativas para conviver com esta nova etapa da sua vida.

Assim, urge recuperar, sem preconceitos ou estereótipos, o verdadeiro significado do conceito da aposentadoria, em especial para as pessoas que se encontram neste momento ímpar das suas vidas. A aposentadoria não se destina apenas ao tempo de repouso, mas ao tempo de viver.

Na aposentadoria, saber utilizar qualitativamente este tempo, dando-lhe pleno significado, é sem dúvida um forte desafio. Convocar novas formas de reinserção no cotidiano pode angariar percepções de qualidade e dignidade de viver, pois saber se apropriar deste tempo é um brinde ao descanso remunerado e pode render descobertas, conquistas, saberes e regozijo.

Refletir sobre os modos de percepções e apropriações da aposentadoria para o idoso significa colocar em destaque um momento do ciclo de vida, que parece estar na contramão do que é valorizado pela sociedade atual, uma vez que o sujeito idoso quando se aposenta reduz significativamente sua produtividade econômica, colaborando para a concepção preconceituosa que o idoso é inativo e improdutivo. É sobre esse tempo advindo da aposentadoria que se vê a seguir.

2 SOBRE O TEMPO ADVINDO DA APOSENTADORIA

Neste estudo, serão abordadas questões pertinentes sobre o tempo, uma vez que este elemento perpassa o indivíduo e é percebido como o grande mediador das relações existenciais propostas aqui, em especial, com o tempo desobrigado do trabalho para os idosos.

A saída do mundo do trabalho carrega mudanças expressivas no cotidiano do idoso que se aposenta, pois nele passa a existir uma abundância de horas sem ocupação previamente estabelecida, antes dedicada ao trabalho. Nessa perspectiva, torna-se oportuno refletir sobre o tempo advindo da aposentadoria, destacando seu significado e sua vivência para o idoso. Será um tempo apenas compulsório? É livre? Não livre? Parcialmente livre? Liberado? Disponível? Ocupado? Desocupado? Tempo de ócio? Tempo ocioso? Tempo de lazer? Um tempo propício para a potencialização do ser? Antes de contemplar tais inquietações, faz-se necessário abordar conceitos e fazer alguns encaminhamentos.

A aposentadoria, enquanto tempo compulsório, decorre de uma prescrição legal que obriga o trabalhador a afastar-se do posto de trabalho que até então ocupava. Assim, o idoso no exercício desse direito dispõe de um novo relacionamento com o tempo disponível, pois as atividades laborais foram subtraídas, abrindo um espaço de tempo para possibilidades de realizações e desenvolvimento pessoal, se assim o sujeito desejar.

Neste cenário, o tempo advindo da aposentadoria dos idosos permite reflexões pertinentes sobre as novas formas de reinserção no cotidiano a partir do tempo livre compulsório, o que demanda considerar se este é percebido como livre e, ainda, como o idoso o vivencia.

Vale destacar que há uma multiplicidade de tempos ou temporalidades sociais, tais como: tempos biológicos, cósmicos, psicológicos, econômicos, globais, tempos individuais etc. É uma longa relação de referências temporais que agregam ao substantivo “tempo” um qualificativo que representa, antes de uma definição, uma caracterização de como ocorre à experiência temporal em cada um dos espaços relacionados (Gasparini, 1994; Pronovost, 1996; Sue, 1991; 1995; Torre, 1992).

A abordagem dos tempos sociais (ou sociológica) visa a compreender a sociedade e suas mudanças com base na organização dos tempos consagrados às diversas atividades sociais e às representações que se relacionam a elas, ou seja, a partir da organização e da representação dos tempos sociais. Assim, Sue (1991) define tempos sociais como:

(...) grandes categorias de tempo que uma sociedade determina para coordenar e ritmar as principais atividades sociais às quais ela acorda um valor bem particular: tempo de trabalho, tempo livre, tempo familiar, tempo de educação, por exemplo, em nossa sociedade. A articulação desses diferentes tempos é a condição necessária à vida coletiva, ela constitui a trama da vida social, “a verdadeira transpiração da sociedade”, como escreveu Hubert (Sue, 1991, p. 176).

Partindo desse conceito, Sue (1995) considera que cada coletividade/sociedade desenvolve referências próprias de temporalidade e estabelece que, em cada momento histórico, há o predomínio de uma atividade social reguladora dessa estruturação social. Esse domínio pode ser evidenciado, de forma simplificada, no tempo sagrado das

sociedades mais primitivas, no religioso das sociedades medievais e no tempo do trabalho da modernidade.

Na concepção de Munnè (1980), a tipologia do tempo social se revela mediante quatro tipos fundamentais: o tempo psicobiológico, o tempo socioeconômico, o tempo cultural e o tempo livre. O tempo psicobiológico é ocupado e conduzido pelas necessidades psíquicas e biológicas elementares do homem, o que engloba o tempo de sono, nutrição, sexo, dentre outros.

O tempo socioeconômico diz respeito ao tempo empregado para suprir as necessidades econômicas fundamentais, constituídas pelas atividades laborais, pelas atividades de estudo e pelas demandas pessoais e coletivas, sendo que este tipo de tempo está quase inteiramente heterocondicionado – definido por fatores externos ao sujeito que o vivencia –, somente sendo condicionado nas circunstâncias que visam à realização pessoal (Munnè, 1980).

O tempo cultural é dedicado às ações de demandas referentes à sociabilidade dos indivíduos. Refere-se aos milhares de compromissos resultantes dos sistemas de valores e pautas estabelecidos pela sociedade e pelo objeto maior de sanção social. Esta categoria de tempo tanto pode ser heterocondicionada quanto autocondicionada, podendo existir um equilíbrio entre os dois polos, que estão intimamente vinculados (Munnè, 1980).

Por fim, o autor apresenta o tempo livre, com possibilidades de realização de ações humanas sem obrigações externas; nele, o sujeito atua por impulso e de maneira criativa, dependendo de sua consciência de valor sobre seu tempo. O conceito de tempo livre sugere liberação das horas laborais, sendo visualizado como “válvula de escape”. Ou seja, o tempo livre estaria vinculado ao tempo laboral; contudo, este tempo somente pode ser denominado livre por pressupor a obrigação profissional. Portanto, trabalho e

tempo livre se apresentam como extremos de uma polaridade (Aquino & Martins, 2007; Cuenca & Martins, 2008; Munnè, 1980).

Destacam-se algumas características do tempo livre: quantitativo, residual, livre de obrigação, tempo desocupado, oposto ao trabalho, tempo não produtivo. Percebe-se que o tempo livre possui o papel de compensador social, majoritariamente laboral. Assim, acima da liberação, o tempo livre tem por essência corrigir ou reorganizar o indivíduo para que este possa atingir novamente o equilíbrio, compensando desta maneira os efeitos negativos do trabalho (Munnè, 1980).

O tempo livre sentido e percebido como livre é o tempo pelo qual o homem se autocondiciona para se compensar e, finalmente, afirmar-se individual e socialmente. A verdadeira essência do tempo livre é um tempo de liberdade para a liberdade. Em outras palavras, o tempo livre deve ser sentido e vivido livremente pelo sujeito, uma vez que este se dedica àquele de modo efetivo e afetivo pelas atividades que realmente manifestam sensação de liberdade. Assim, o conteúdo do tempo livre está concretamente construído por prática de descanso, recreação e criação (Sue, 1995).

Outros aspectos é que as atividades desempenhadas neste tempo têm por objetivo a compensação e a autoafirmação da personalidade, tanto individual quanto social (Pronovost, 1996). No entanto, a fruição do tempo livre ainda é realizada com ignorância, de maneira passiva e manipulada; até mesmo as ocasiões mais preciosas podem se tornar sem sentido e insensatas. A inaptidão mediante o tempo livre, a liberdade tolhida e os sujeitos vivenciando processos de aceleração representam a sociedade hedonista (Dewey, 1960).

Acredita-se que o tempo livre deveria ser um tempo de possibilidades e escolhas, com o máximo de autocondicionamento (um tempo definido por fatores internos) e o mínimo de heterocondicionamento (um tempo definido por fatores externos ao sujeito).

Ou seja, significa dizer que quando o homem passou a ter seu tempo controlado pelo relógio e este, por sua vez, passou a significar, sobretudo no meio urbano, o tempo principal da vida humana, surge a necessidade da busca de um tempo natural, do tempo cíclico, do tempo de ser sujeito de seu tempo (Munnè, 1980).

Nesse contexto, o ser humano, a fim de se situar no modo de vida contemporâneo, vê-se dividido entre suas necessidades econômicas e existenciais; ou seja, de um lado, as obrigações laborais, e, do outro, o tempo livre que o indivíduo poderia usufruir para si mesmo. Do tempo livre, entretanto, normalmente é subtraída a própria liberdade (Cunha, 2011).

Soma-se a isso o não saber lidar com esse tempo livre. Sua vivência por vezes denota sentimento de culpa, como uma condição reprovável por si mesma; como consequência, percebe-se o sofrimento sentido após a reavaliação de um comportamento passado tido como reprovável por si mesmo.

Pode-se fazer um paralelo entre a apropriação do tempo livre e a administração do tempo; nesse paralelo, surgem questões objetivas e subjetivas. É fundamental conhecer bem o seu tempo e como as suas atividades se interligarão com os objetivos de vida. Nesse sentido, ter foco em atividades cujos resultados serão mais relevantes, como metas pessoais, é um passo significativo (Teixeira, 2007).

Administrar o tempo é organizar a vida de tal maneira que o sujeito obtenha tempo para fazer as coisas de que realmente gostaria de estar fazendo e que possivelmente não vem colocando em prática. Por outro lado, quem administra o tempo não é quem está todo o tempo ocupado. Pelo contrário, “quem sabe administrar o tempo geralmente não vive numa corrida perpétua contra ele” (Prates, 2008, p. 3).

Nessa perspectiva, Prates (2008) questiona o valor do tempo e reflete: “o ontem é história. O amanhã é mistério. O hoje é uma dádiva. Por isso é chamado presente” (p.

4). Desse modo, o autor chama a atenção para a valorização de cada momento que temos, lembrando que o tempo não volta.

Nas suas contribuições, o autor afirma que quem administra o tempo reduz o *stress* causado pelo mau uso dele. Se não há objetivo pessoal, então provavelmente o tempo não flui, e o sujeito passa a conviver com a questão de “matar o tempo” sem possibilidades criativas. Numa situação como essa, provavelmente há presença de tédio. “O mau uso do tempo causa *stress* porque tempo mal usado é tempo usado para fazer aquilo que não consideramos importante e prioritário” (Prates, 2008, p. 5). Ainda na visão do autor, no entanto, usar o tempo de forma não planejada não equivale, necessariamente, a fazer mal uso do tempo. Ele explica:

Nosso tempo só terá sido desperdiçado se nos levarem a fazer coisas que não consideramos importantes. É sempre bom lembrar que, da mesma forma que o mau uso do tempo causa *stress*, o bom uso do tempo normalmente traz satisfação, sentido de realização e felicidade (Prates, 2008, p. 5).

Algumas pessoas não se preparam para vivenciar a aposentadoria como um momento de desengajamento do trabalho que proporciona rupturas nas redes de relações institucionais. Na engrenagem da vida, tudo é um processo adaptativo, e isso significa compreender, ajustar os significados, redefinir as metas e os propósitos. Nessa perspectiva, germinam as possibilidades de lazer e ócio nesse tempo da aposentadoria percebido como livre.

Comumente, ócio e tempo livre parecem ser empregados com semelhante significação; o lazer, por sua vez, está recheado dos mesmos sentidos. A diferenciação

entre eles é muito tênue, sendo possível a sua permeabilidade, ou seja, “vai depender do significado para a pessoa que vivencia” (Marcellino, 2007, p. 32).

No entanto, “o ócio é livre, e o tempo livre, não” (Aquino & Martins, 2007, p. 489), já que ócio possibilita ao sujeito atuar com liberdade e de forma criativa, incitando a pensar em um tempo livre subjetivo e relativo. Isso significa dizer que o tempo livre entendido como um tempo liberado do trabalho e uma atividade em si não podem ser determinantes para uma experiência de ócio. Já a expressão de liberdade ou mesmo a atribuição de uma atitude pessoal por quem se apropria da vivência desse tempo pode, sim, ser uma experiência de ócio.

O ócio procura atingir um bem maior, de pura libertação do corpo e da mente. Logo, o tempo livre deveria ser aquele em que se pudesse vivenciar o ócio em sua maneira mais livre; mas toda a educação é voltada para a formação do homem, e desde a sua infância ela se volta para o consumismo, que deteriora o indivíduo, mercantiliza-o e o empobrece de significados (Cuenca & Martins, 2008). Pensar em um tempo livre, como uma forma de o sujeito experienciar o mundo, remete aos estudos de ócio de Cuenca (2003, apud em Aquino & Martins, 2007):

O ócio jamais pode ser identificado com tempo, uma vez que o tempo, em si, não define a ação humana. A identificação que se produziu entre ócio e tempo livre é um produto dos estudos da sociologia, difundidos a partir da segunda metade do século XX e até os anos 80 do mesmo século. Tal fato dificultou a compreensão do ócio, por não incluir a percepção psicológica. (Cuenca, 2003, como citado por Aquino & Martins, 2007, p. 496).

O essencial do ócio está na atitude perante a atividade que se realiza, e não na atividade propriamente dita. Isto porque o ócio é uma experiência residente no

indivíduo e não na atividade; assim, ele se configura como uma forma de estar e ser no tempo. Apesar de o termo ócio ser antigo, somente após a Revolução Industrial ele passou a ser considerado como conquista das classes trabalhadoras, deixando de ser um privilégio do estrato burguês, com base no surgimento do chamado tempo livre (Trilla, 1984).

O ócio é a capacidade de aproveitar física, intelectual e emocionalmente uma experiência, que, enquanto dura, propicia ao indivíduo sensações de contentamento e satisfação. O ócio não é um “não fazer nada” aleatório, vazio. É um “não fazer” pleno de sentido para quem entra nessa experiência.

Rhoden (2009) cita autores como Tinsley e Tinsley (1986) e Cuenca (1995), que caracterizam o ócio como algo que não está no campo do visível; o ócio é sentido, vivido, experienciado; é subjetivo, está no campo do interpessoal, é um estado de contemplação de si mesmo.

Esses autores focam na explicação do ócio a partir de três aspectos indispensáveis: liberdade percebida (o sujeito percebe a si próprio como resultado direto de suas próprias ações, imprimindo nesses atos seus desejos e preferências); motivação intrínseca (o ócio não possui um caráter utilitário, sendo o suficiente ela ter um fim em si mesma); e satisfação (primeiro e mais básico benefício que se pode obter do ócio) (Aquino & Martins, 2007).

O sentido do ócio é a vivência da própria experiência, mas experimentá-lo pode trazer benefícios adicionais: a satisfação pessoal, o autoconhecimento e desenvolvimento individual e coletivo. O contato consigo mesmo pode levar o sujeito a valorizar mais os momentos individuais, a cuidar mais da saúde e a investir nas relações interpessoais sem se sentir obrigado a fazer isso. A satisfação é considerada o primeiro e mais básico dos benefícios que pode obter-se do ócio. Segundo Monteagudo et al.

(2013), “trata-se de uma sensação subjetiva de alegria, bem-estar e felicidade que é atribuída e entendida normalmente como resultado da ação de ócio realizada” (p. 160).

O ócio enquanto experiência subjetiva positiva permite discorrer sobre o que é uma experiência comum e uma verdadeira experiência. Dewey (1949, como citado por Cuenca, 2003), ao falar da experiência comum que “se relaciona com qualquer ação da vida”, ressalta que a experiência ligada à “subjetividade envolvida, escolha desejada, encontro permitido (...) muda todo o sentido da experiência, e estas provocam transformações em quem as vivencia” (Dewey, 1949, como citado por Cuenca, 2003, p. 497). Essas são as experiências chamadas verdadeiras.

Essas considerações remetem ao conceito de experiência para Larrosa (2002), que afirma que a falta de tempo, a fugacidade dos acontecimentos, a pressa, o excesso de trabalho, a vivência pontual e efêmera, a velocidade com que os acontecimentos passam e a obsessão pela novidade impede a conexão, o pensar passionadamente sobre, o dar significado a um acontecimento. Tudo isso afasta o sujeito das experiências.

A possibilidade de se ter experiência requer uma interrupção, requer parar para pensar, olhar, escutar, requer dar a nós mesmos mais tempo e espaço para ouvir os outros e cultivar esses encontros que nos passam, nos atravessam e nos afetam. Isso está cada vez mais raro, segundo Larrosa (2002).

O sujeito da experiência se define por passividade, disponibilidade, paciência, atenção e abertura, ou seja, é um sujeito do exposto, da exposição. O importante é a exposição com tudo o que a vivência tem de vulnerabilidade e de risco. Assim, a experiência é primeira uma relação com algo que se prova, se experimenta.

Dessa forma, experiências de ócio são vitais, pois possibilitam a identificação do que realmente é útil para a própria existência, para que em momentos liberados de obrigações possamos entrar em contato conosco e talvez descobrir e valorizar

qualidades pessoais e talentos. Um tempo autotélico, pleno de autocondicionamentos, de escolhas próprias, pode ser um tempo de e para a compreensão da própria existência, sendo fundamental para transforma-se (Mota, 2012).

A dimensão temporal do lazer envolve a prática de atividades consideradas prazerosas, podendo ser atividades de âmbito familiar, social, religioso e cultural, por exemplo. A aposentadoria constitui um período privilegiado para o lazer e para o convívio familiar e social, marcados pelo descompromisso com horários e responsabilidades com a produtividade, tão marcantes nas atividades laborais.

Lazer é um valor novo, surgido neste século com a formação da sociedade industrial. Corresponde a um tempo de liberação e de prazer em que os indivíduos escolhem uma atividade de acordo com critérios prioritários e interesses pessoais. O lazer é a busca de um estado de satisfação, entendido como um fim em si mesmo por responder às necessidades individuais em contraposição às obrigações impostas pela sociedade (Faleiros, 1980).

O lazer envolve diferentes áreas de interesse que são procuradas pelos idosos de acordo com seu nível social, cultural e profissional. Interesses físicos, práticos, artísticos, intelectuais e sociais. O mais importante é despertar no idoso a motivação em dar consciência e significado às atividades no seu tempo percebido como livre, conquistado após anos de trabalho, dedicação e contribuição.

Vale destacar que, nessa fase da vida, o lazer tem o objetivo de despertar as potencialidades dos idosos para aspectos criativos e sociais, estimulando a socialização, o compartilhar de experiências, a sensibilidade, as emoções, a comunicação e o aprendizado, permitindo-lhes uma vida ativa sem obrigações, com mais satisfação e qualidade.

O lazer tem o objetivo de despertar as potencialidades dos idosos para aspectos criativos e sociais, estimulando a socialização, o compartilhar de experiências, a sensibilidade, as emoções, a comunicação, o aprendizado de coisas novas, permitindo-lhes uma vida ativa sem obrigações (Mori & Silva, 2010, p. 56).

Os aspectos abordados pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier (1999) definem o lazer como o tempo que cada um tem para si; é o conjunto de ocupações não obrigatórias às quais o indivíduo pode se entregar de bom grado, seja para repousar, para se divertir, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social ou sua livre capacidade criadora, depois de liberado de suas obrigações profissionais, familiares e sociais.

Assim, o lazer para a pessoa idosa constitui a ocupação do tempo livre, a realização de atividades sem obrigatoriedade e, acima de tudo, de livre escolha. Com o processo de envelhecimento, surgem mudanças nos interesses e nas preferências relacionadas às atividades de lazer. Observa-se uma diminuição de responsabilidade nas tarefas domésticas e profissionais; porém, nem sempre aumenta de forma significativa o interesse do idoso por atividades de lazer.

O tempo percebido como livre se afigura cada vez mais como um elemento estruturante do cotidiano do idoso aposentado, sobretudo, representando um momento pleno de possibilidades. A passagem à aposentadoria significa o início da liberação das obrigações profissionais e mais possibilidade de controle sobre o tempo disponível. Estudos demonstram que o tempo livre representa uma oportunidade para os idosos se dedicarem ao que mais gostam e àquilo que não podiam concretizar antes (Bize & Vallier, 1995; Fonseca, 2005).

Entende-se que o desenvolvimento pessoal abarca os mais diversos conhecimentos, conceitos, recursos e técnicas relacionados ao desenvolvimento do potencial humano. O desenvolvimento pressupõe um crescimento cognitivo e pessoal que é observado através dos comportamentos – implica “o falar”, a forma de estar.

No entanto, para alguns idosos aposentados, essa nova condição de tempo abundante percebido como livre pode se configurar inquietante, sob o enfoque de não saber como lidar com ele e o que fazer com essas horas. Essa inquietação se manifesta mediante a cultura da sociedade contemporânea, onde ‘perder tempo’ com atividades improdutivas (ou que não tenham significativo valor econômico) impõe ao sujeito hodierno a perspectiva de desperdiçar cada vez mais o tempo.

A contemporaneidade ainda impõe como objetivo central o consumo; pelo menos assim, tal condição de produtividade é justificada ao homem, muitas vezes por ele mesmo, pelos fins que poderá alcançar, tais como percepção de felicidade, autonomia ou liberdade. Tudo isso o envolve num processo contínuo de realizações que não lhe possibilitam mensurar o saldo da relação entre perdas e ganhos, o que traz diversos efeitos colaterais subsequentes (Padilha, 2000).

O conflito com a utilização do tempo livre é um dilema na contemporaneidade. A esse respeito, o psicanalista Salis (2004) critica o fato de que o período de tempo livre tem deixado de ser encarado como tempo para o processo criador, afirmando que “é nesse espaço que você constrói sua personalidade e reflete sobre o mundo” (p. 31).

Um passo significativo na passagem para a condição de idoso aposentado é achar o equilíbrio entre estar muito ocupado e ter tempo de sobra. “Vivemos em uma sociedade em que o tempo é essencial e a percepção dele está associada a níveis de bem-estar subjetivo (...). Viver com quantidade e qualidade equilibrada de tempo é o ideal” (Bruns & Abreu 1997, p. 35).

Não saber como lidar com o tempo livre pode parecer paradoxal em uma sociedade tão acostumada a se queixar da falta de horas. No entanto, isso acontece. Salis (2004) registrou esse fenômeno moderno no livro *As Orelhas do Rei Midas*. Segundo ele, essa é a causa de muitos quadros de ansiedade e depressão que chegam ao seu consultório. O problema se agrava quando, mesmo com todo o tempo disponível, os projetos pessoais não são tocados. É comum os indivíduos utilizarem suas horas livres com atividades secundárias, e isso gera muita frustração, de acordo com o autor.

Nessas circunstâncias, o tempo livre advindo da aposentadoria, antes tão ansiado, pode tornar-se fator de angústia. Sobre tal aflição, Calvert (2009) destaca que esse tempo é muitas vezes negligenciado pelo sistema de valores dominante, o que compromete a utilização ou o proveito que o homem faz do tempo livre.

Não obstante, pode existir a percepção de oportunidades enriquecedoras de subjetividades no tempo livre advindo da aposentadoria. Ou seja, com a passagem à reforma, tem-se *a priori* um momento de embate com esse tempo que antes era dedicado à vida laboral, mas que depois passa a ser visto como um tempo de plenas elaborações pessoais sem vínculos empregatícios, se assim o sujeito desejar.

Considera-se que é o trabalho que estrutura o tempo na vida dos sujeitos. As pessoas idosas aposentadas fazem parte de um grupo social que tem como principal ponto comum o fato de que eles dedicaram uma grande parte da vida ao trabalho e que agora passam de um tempo pleno de labor a outro sem aparentes obrigações profissionais. O tempo sem trabalho é um tempo forte de construções pessoais e relações sociais. Contudo, essa falta de habilidade em lidar com o tempo livre é muito comum. Por isso, alguns idosos aposentados reclamam de tédio, apesar de antes terem contado os minutos para o fim da carreira profissional.

Considerando que o tempo é essencial e a percepção da falta dele pode estar associada a níveis baixos de bem-estar subjetivo, é interessante focar no verdadeiro desejo da utilização do tempo, que deve transcender as pressões e os modismos sobre o que convém fazer no tempo livre. É no tempo livre que nascem as possibilidades do fazer prazer, mas também é onde se pode manifestar um choque vivido pelos indivíduos idosos que tiveram a vida adulta regida pelo trabalho/produção.

Portanto, esse novo cotidiano manifestado pelo aumento das horas livres tende à apropriação do tempo de forma mais consciente; conforme o tempo passa, aprimora a sua vivência. “Apropriar-se” é ser dono do seu tempo. É dar significado ao que é feito. Estudos revelam que essa apropriação parte também da conscientização e de atitudes para tal (Calvert, 2009).

Portanto, embora o direito ao tempo da aposentadoria tenha sido uma conquista social, não é um tempo valorizado. Os aposentados ainda vivenciam o ritmo da produção ao qual se submetiam no tempo de trabalho. Uma preparação educativa permitiria reelaborar a noção de autonomia, possibilitando a escolha ou a renúncia crítico-criativa de práticas de lazer conforme necessidades e interesses (Ferrari, 2007; Marcellino, 2004; Moragas, 1997; Rodrigues, 2002).

Ao estudar as relações entre tempo livre e aposentadoria nos leva a reflexões sobre as considerações de Calegari (1997). O autor pontua que nessas possibilidades de tempo livre emergem o lazer, que não é “ocupar o tempo desocupado”, nem “fazer pelo fazer”, mas fazer algo prazeroso, consciente e com significado. Para isto, é necessário discernir a necessidade interior (liberdade) da exterior (obrigação), o que permite a superação das condições exteriores e a emergência de maior responsabilidade para o bem viver desse tempo advindo da aposentadoria. Assim, o tempo livre poderá ser

conduzido da maneira mais autônoma possível e com autenticidade (Munnè, 1980; Waichman, 1997).

O tempo advindo da aposentadoria, na fase idosa, propicia o exercício de tomada de decisão, bem como a ampliação de oportunidades de integração e convívio sociais. É relevante atribuir às experiências os significados pessoais para o grupo envolvido, estimulando iniciativa, independência e superação de desafios. Por esta razão, o planejamento e o desenvolvimento de propostas de apropriação do tempo são frutos de escolhas pessoais.

Nesse sentido, faz oportuno tratar e caracterizar o envelhecimento, uma vez que o sujeito central deste estudo é o idoso aposentado que se encontra dentro do processo de envelhecer. Todo esse processo depende e envolve de fatores genéticos e ambientais, por isso cada um envelhece de um jeito.

Além disso, à medida que se envelhece, somos desafiados a refletir sobre as nuances existenciais, relativas a sonhos, projetos de vida e apropriações do tempo. Por isso, há múltiplas formas de viver essa experiência. Há quem envelhece bem, e há quem não sabe como agir com o passar dos anos; há os que não abrem mão do trabalho, outros que reservam as horas vagas para novas empreitadas. Essas apreensões e percepções influenciam também em como o sujeito, nesta fase idosa da vida, irá significar o tempo advindo da aposentadoria.

Portanto, a aposentadoria abre possibilidades de reflexão acerca do envelhecer, sobre os sentimentos, significados e sobre os lugares que o envelhecimento destina à vida. Assim, o próximo capítulo propõe tratar destas questões relacionadas com o envelhecimento.

3 ENVELHECIMENTO: ENTRE CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS

Este capítulo faz uma breve e inicial discussão sobre o envelhecimento. Sabendo-se que o tempo da aposentadoria demarca o processo de envelhecimento, trata-se nesse estudo sobre o envelhecimento como este vem sendo pensado e percebido com base nos referenciais teóricos e colocado discursivamente na sociedade contemporânea. São muitas as questões sobre envelhecimento. A questão neste trabalho é entender como estes processos constroem este sujeito envelhecido, identificado como idoso, e que reflete no modo como este vai significar o tempo advindo da aposentadoria.

O envelhecimento perpassa toda a vida do sujeito, desde seu nascimento até sua morte, ou seja, a cada dia que passa, desde o momento em que se nasce, vai-se envelhecendo. Como cita o autor Messy (1999), “se envelhece conforme se vive” (p. 18). Esse é o curso da existência humana, algo transversal a toda a sociedade como um fenômeno que não se restringe a classe, gênero ou cultura.

Deste modo, todo ser humano, ao nascer, passa a ocupar de forma permanente essa escada, na qual trilhará maquinalmente a rotina durante toda a sua vida. Assim, a escada, pelos seus degraus, representa, reflete e grava o que vai se passando na vida do seu ocupante. Logo, as escadas dos sujeitos de mais idade se apresentam mais longas, pelo elevado número de degraus já percorridos pela experiência de vida.

Tentar definir ou conceituar o envelhecer pode parecer uma tarefa fácil e simples; no entanto, ele se apresenta como um tema complexo e que requer maiores esclarecimentos e um conhecimento amplo de suas diversas dimensões e de como os sujeitos estão inseridos no processo de construção subjetiva e social de sua vida.

Logo, envelhecimento é um conceito multidimensional, caracterizado e definido como um processo que sugere não a compreensão do sujeito de mais idade, mas, sim, a

dinâmica do sujeito na processualidade do envelhecimento – o ser envelhecendo num permanente, mutante e inacabado processo. Fraiman (1995) concorda com essa visão quando diz que “o envelhecer não é somente um momento na vida de um indivíduo, mas um processo extremamente complexo e pouco conhecido, com implicações tanto para quem o vivencia como para a sociedade que o suporta ou assiste a ele” (p. 19).

Deste modo, o envelhecimento é um processo particular, uma experiência compreendida e vivenciada de modo singular entre indivíduos, gerações e sociedades, tendo como variáveis: histórias de vida, oportunidades, estilos de vida, cultura social, dentre outros, assumindo, portanto, uma dimensão heterogênea que vai influenciar o modo de apreensão e significação do ser que envelhece.

A partir do momento em que se começou a conhecer o processo de envelhecimento em distintas culturas e que se constatou a heterogeneidade das formas de envelhecer, o envelhecimento passou a ser um processo pluridimensional, revestido por aquisições individuais e coletivas, fenômenos inseparáveis e simultâneos (Brêtas, 2003; Kuznier, 2007).

Assim, por mais que o ato de envelhecer seja pessoal, é também social, pois o ser humano vive na esfera coletiva e, como tal, sofre as influências da sociedade. A vida não é só biológica, ela é social e culturalmente construída, portanto pode se dizer que os estágios da vida apresentam diferentes significados e duração.

No livro *Entrevistas que fazem pensar: ideias e resultados*, de Maria Lucia Gomes Matos (Matos, 2006), há o discurso de uma entrevistada que relata:

Envelhecimento não pode ser entendido como uma entidade isolada, mas sim através de pluralidade de condições socioculturais (...) uma experiência subjetiva social intensa e variada, que pode ser interpretada positivamente ou

negativamente, uma vez que as pessoas envelhecem de vários modos (Matos, 2006, p. 76).

As pessoas não envelhecem todas da mesma maneira, nem possuirão todas as mesmas experiências. Faz-se necessário acatar a individualidade de cada um, respeitando seus preceitos culturais. Portanto, o envelhecer é um processo vivencial que, permeado pelas ações do homem, está alicerçado nas suas experiências. Nessa condição, o sujeito de mais idade está continuamente construindo sua identidade, alicerçado no passado e direcionando-se para o futuro, dentro de suas possibilidades.

Por se caracterizar como um processo natural, geralmente o envelhecimento está identificado com a questão cronológica. Mas o tempo da idade que avança envolve também aspectos biológicos, psicológicos e sociológicos. Autores como Sant'Anna (2006) e Erminda (1999) alegam que o envelhecimento pode ser compreendido nessas dimensões, como critérios a serem utilizados ou levados em consideração na tentativa de delimitação e segmentação do indivíduo de mais idade.

O componente cronológico, mensurado pelo calendário de vida (idade), se destaca na perspectiva de padronização social, na tentativa de estipular faixas etárias para demarcar as etapas da vida e o sujeito principal ou protagonista do envelhecimento. Em contraposição a essa ideia, trabalhos como os de Messy (1999) e Uchoa, Firmo e Lima-Costa (2002) sugerem que o envelhecimento não tem relação com a idade cronológica, tratando-se antes de um estado de espírito, uma vez que existem jovens de 70 anos.

Nesse sentido, a delimitação ou o marco da idade cronológica desconhece a dimensão temporal subjetiva dos sujeitos no processo. Assim, o tempo cronologicamente delimitado pode não corresponder à dinamicidade jovem interior, que

mantém um indivíduo de idade avançada em sintonia direta com as transformações socioculturais.

Além disso, essa mesma idade pode não corresponder ao envelhecimento de músculos, artérias, órgãos, dentre outros. O tempo cronológico e o tempo do espírito estão intimamente relacionados, na medida em que se concebe as idades humanas como composições e não como identidades unitárias.

É possível pensar em uma situação complexa e cambiante em que convivam tempos pessoais diferenciados que se articulam e se afastam ao longo da vida. Tal composição, em sua variedade e complexidade, impede (ou ao menos dificulta) que se façam generalizações demasiadas e amplas e se nomine grupos humanos vastíssimos de modo apressado. Para isso, é necessária uma mentalidade aberta, que supere preconceitos e atitudes negativas em relação aos sujeitos do envelhecimento e que considere a idade não como algo determinante das possibilidades vitais, mas como uma variável acrescida às que condicionam sua situação.

Sobre a dimensão biológica, ela se expressa pela alteração estrutural e funcional do sujeito, e nem sempre coincide com o avanço cronológico e a perda social. O envelhecimento é regulado por mecanismos celulares intrínsecos e modulado por numerosas influências do meio ambiente (Andreoli et al., 1998; Ermida, 1999; Motta, 2004).

Assim, os sujeitos de mais idade podem vir a sentir algumas limitações naturais no processo do envelhecimento, como limitações motoras e cognitivas. As modificações da constituição corporal podem oscilar quanto à vivência das limitações, bem como a aceitação de tais possível desgastes físicos. Se por um lado a fragilidade do corpo é percebida como parte integrante de um processo mais amplo, que provoca transformações tanto físicas quanto afetivas, e que se desdobra de forma específica no

envelhecimento, de outro, essa mesma fragilidade pode ser relatada sob forma de lamento, como manifestação de um grande pesar provocado pelas limitações corporais e vivenciado como incapacitante pelo sujeito. Neste segundo caso, parece haver um descompasso entre a vivacidade e a agilidade mental conservada desde a juventude e a deterioração do corpo, que se torna incapaz, impotente e inapto para realizar os anseios do sujeito (Borges & Coimbra, 2010).

Contudo, vale destacar que na contemporaneidade há possibilidades de neutralizar ou melhorar tais limitações por meio da tecnologia e da ciência, que avançaram muito nos últimos anos. Um novo modelo de medicina preventiva alia conhecimentos tecnológicos e biomédicos avançados, permitindo a elaboração de recursos terapêuticos que buscam detectar, prevenir e tratar as doenças associadas ao processo de envelhecimento humano. Conta-se com um verdadeiro arsenal de alta tecnologia para retardar tais efeitos, arsenal este que auxilia a prevenção e também o controle e o monitoramento das doenças.

Quanto aos aspectos ligados às mudanças psíquico-sociais, podem ocorrer algumas modificações no meio social do sujeito devido a múltiplos fatores, tais como aposentadoria, chegada dos netos, círculo de amizades, dentre outras alterações nos papéis sociais e familiares. Sobre estas alterações, Fachine e Trompieri (2012) relatam que pode ocorrer a inversão de papéis em relação aos filhos, que tomam as decisões enquanto sua atuação se resume, muitas vezes, em apoiador sem maior influência.

Na contramão desse pensamento, Silva (2013) acredita que a família pode ser vista como uma fonte de apoio para os sujeitos de mais idade, uma vez que os membros integrantes se ajudam na busca do alcance do bem-estar coletivo. Neste cenário, há diversos arranjos familiares em que estes assumem o papel central e principal na

família, responsáveis pelo sustento e pela educação dos seus integrantes, assumindo conseqüentemente um papel fundamental e significativo.

Portanto, tais mudanças – cronológicas, biológicas, psíquicas e sociais – demandam do sujeito uma capacidade de adaptação às constantes transformações que lhe ocorrem, algo não diferente do que lhe ocorre em todas as etapas anteriores do ciclo vital – incluindo simultaneamente ganhos e perdas, solicitando um constante ajustamento e equilíbrio desses dois.

Mesmo considerando essas variações e subjetividades, avançar em anos é uma experiência significativa e ao mesmo tempo questionadora que demanda reflexões sobre por que envelhecemos. Não é uma pergunta fácil de responder e as justificativas são as mais diversas possíveis.

A humanidade, ao longo do tempo, se preocupou com o envelhecimento numa tentativa de achar respostas para as suas causas e para buscar retardar esta ação do tempo. Numa perspectiva histórica, os primeiros que voltaram a sua atenção para o fato foram os mesopotâmios (6000 a.C.), que observaram que certos répteis trocavam de pele periodicamente. Baseados nisso, eles começaram a tentar rejuvenescer as pessoas. Hipócrates (384-322 a.C.), aluno de Platão em Atenas, afirmava que o homem atingia o seu auge aos 35 anos e tinha o seu apogeu aos 50 anos. Celsius (1493-1541 d.C.), alquimista e físico suíço, proclamava que a causa do envelhecimento se devia ao acúmulo de toxinas que invadiam o corpo humano (Grinberg & Grinberg, 1999).

É de fato estranho o sentimento que invade o sujeito quando as mudanças no corpo chamam a atenção do outro. A pele se enruga, os cabelos embranquecem, as capacidades naturais tendem a diminuir, e tantos outros efeitos que ocorrem contrapostos a uma alma jovem. Nessa perspectiva, o envelhecimento vem como um choque que chega primeiro aos olhos do outro. “A pessoa não percebe em si mesma as

mudanças do envelhecimento; só as identifica no outro, quando necessariamente viver implica envelhecer” (Guerreiro & Rodrigues, 1999, p. 52).

Desse modo, o envelhecer vem do outro. A imagem envelhecida que se apanha produz uma impressão de inquietante estranheza. Parece que não se sente o envelhecimento da própria imagem, e a percepção passa a não coincidir com a vivência. Ao envelhecer, a imagem vista no espelho, às vezes, começa a se distanciar daquela que serviu de modelo para a representação de si mesmo.

“Eu não dei por esta mudança, tão simples, tão certa, tão fácil (...) em que espelho ficou perdida a minha face?” (Meireles, 1987, p. 95). Neste poema, o autor manifesta a descrição deste sentimento de perda da própria face que pode significar o não reconhecimento de si mesmo na imagem do corpo refletido no espelho.

Essa imagem irreconhecível é, provavelmente, percebida pela pessoa quando ela não se imagina tão envelhecida como aquela do espelho. Neste caso, pode-se pensar que a pessoa tem um ideal de imagem de si mesma conservado no psiquismo, a ponto de não se reconhecer na imagem envelhecida. Por conseguinte, pode-se comparar “o envelhecimento com um rio que arrebata, como um processo que vai acontecendo no corpo e na alma de cada sujeito desde que nascemos” (Pacheco, 2005, p. 10).

Além das transformações já referidas, há também visões paradoxais sobre o processo do envelhecimento. Alguns sujeitos encaram o envelhecimento como um fardo, algo negativo, e outros preferem enxergar o lado positivo. Na percepção positiva, envelhecer é visto como algo relevante, pois atingir a maturidade significa possuir valor, conhecimento, experiência, patrimônio coletivo e sabedoria.

Envelhecer possibilita um amadurecimento em relação ao ser interior, às crenças e valores espirituais, concretizando esta etapa da vida para uma vivência mais serena. Afloram, dessa forma, os princípios e as experiências colhidas e transformadas para a

construção do seu próprio eu, um ser que busca, com a autenticidade de seus discursos, vislumbrar sua situação e a maneira como se insere no mundo.

Ao aceitar e perceber que o envelhecimento é um processo natural do ciclo vital do homem e de qualquer outro ser vivo, o sujeito adquire melhor consciência do que está vivenciando; adapta-se melhor ao processo do envelhecer quando seu espírito se encontra saudável e otimista; fica, então, mais propenso a ver o envelhecer como um processo de experiências acumuladas, de maturidade e liberdade para se assumir, bem como para se libertar de certas responsabilidades (Zimmerman, 2000).

Quanto aos benefícios do envelhecimento, pode-se citar profundidade e amplitude à vida. A oportunidade de viver uma vida longa e ativa é um privilégio e uma sorte. É um tempo adicional, que permite o desenvolvimento de novas habilidades e o aperfeiçoamento dos talentos, que são percebidos como valiosos e ao mesmo tempo escassos (Coni, et al., 1996, p. 90).

Por outro lado, há uma visão negativa e uma tendência à rejeição do envelhecimento, com razões de ordem existencial, social e cultural. Uma das razões ligadas à ordem existencial é a questão da finitude. Mesmo que o índice da expectativa de vida tenha aumentado, a associação entre envelhecimento e morte é inevitável. Esta ideia de ruptura com a vida, levando-se em consideração a mortalidade do destino humano, é algo difícil de enfrentar e aceitar. Logo, rejeitando a morte, tende-se a rejeitar também o envelhecer, levando em consideração a ordem natural da vida: nascer, crescer, envelhecer e morrer.

É possível perceber certa dificuldade em discorrer a respeito da finitude – desde o início da vida, o ser humano, está sujeito à supressão de sua existência – em especial com os sujeitos de mais idade, mesmo compreendendo que a cada dia o ser humano está continuamente envelhecendo e morrendo.

Contudo, entende-se que essa temática deva ser abordada com naturalidade, pois, à medida que as pessoas tomam consciência de sua finitude, passam a compreender a vida em sua complexidade e tendem a rever seus valores. De fato, essa situação desperta diversas formas de enfrentamento, que variam de um ser para outro, no desenrolar de tais reflexões acerca de sua existência, lapidando em seu ser o significado da morte.

A morte é um acontecimento singular e deve ser vista e entendida como tal. Sendo a morte uma dimensão integrante da vida, o viver plenamente implica a aceitação e o convívio com ela, muito embora o ser humano crie dispositivos de segurança, negando, assim, essa realidade. Os mecanismos de defesa apresentados pelos indivíduos possibilitam que se ignore a morte e se dificulte a percepção da finitude do ser no mundo (Lunardi, 2004). O homem admite a morte como um fato, porém apresenta grande dificuldade em assumi-la como um modo de ser da natureza humana. Adotar uma postura de autodefesa diante da morte garante ao ser o simples ato de pensar e agir, dissimulando seu verdadeiro significado (Crossetti, 1997).

Portanto, envelhecer e morte se constituem num processo natural da existência humana nem sempre aceito pelos seres que o vivenciam. Isso leva a crer que a sociedade possa (re)aprender que a morte é essencial para que a vida concretize seu percurso. A livre discussão do envelhecer e da perda podem levar a uma melhor qualidade de vida. Dessa forma, dialogar sobre o processo de envelhecimento e a morte possibilita uma compreensão do ser e suas dimensões sociais, culturais, psicológicas e espirituais.

Vale pontuar que a longevidade é algo almejado. O saborear e o compartilhar da vida de muitas gerações, tanto das que precederam quanto das que são posteriores, são oportunidades especiais e peculiares. Mas qual é o segredo da longevidade? Acredita-se

que não há segredos, mas há certamente alguns recursos que ao longo da vida podem favorecer esse lugar ou essa experiência longa – que não significa estender a juventude, mas viver e ter propósitos ao longo do tempo, o que pode incluir o trabalho corporal como suporte para a saúde.

Nesse ponto, cabe a reflexão de que a vida é um projeto de desenvolvimento pessoal de cada ser, e que assim se prepara para a morte: orgulhando-se da vida que teve. Não existe ser vivo sem a perspectiva de morte. É essa noção que falta à nossa sociedade, de maneira geral, e que a ausência dessa sabedoria é a responsável pelo nosso medo da morte.

É interessante pensar que se pode morrer e renascer muitas vezes em uma única existência. Vive-se ou já se viveu muitos papéis e diversas funções: de filha, de mãe, de esposa, senhora, avó etc. Às vezes têm-se ideias estanque da vida, mas vida é natureza, e natureza tem ciclos, ou seja, o tempo todo se renovando e se transformando, e tudo é um *continuum*; mesmo quando achamos que a planta morreu, na verdade ela está nutrindo a terra para uma nova vida. Essa mesma lógica pode ser aplicada às experiências que marcam a nossa história, que também de alguma maneira desenham esse ciclo.

Sob outro ângulo, pode ocorrer também o medo de envelhecer, sem ter necessariamente medo de morrer, e sim medo de viver, visto que a morte é uma certeza na vida. Ou seja, “quanto mais plenamente se vive, menos se teme a morte” (Negreiros, 2003, p. 25). Conseguir envelhecer é um privilégio, apesar dos possíveis impactos negativos.

Mesmo se encarando o envelhecimento como uma espécie de antessala da morte, um capítulo que antecede o fim, que ela seja escrita com todas as cores e

sabores a que se tem direito. Embora sendo a última etapa da vida, não precisa ser a mais dolorosa, pesada, angustiante. Pode antes constituir-se numa vivência prazerosa, uma celebração do presente (...). Pois sem esta possibilidade, a outra alternativa é a morte; então, como deixar de valorizar esta chance que não se apresenta para todos (Negreiros, 2003, p. 67).

Diante das considerações expostas, entende-se que o processo de envelhecer polariza entre positivo e negativo. O modo como o sujeito de mais idade vai apreendendo e atribuindo significado ao seu processo de envelhecimento depende de toda a sua trajetória existencial de vida, de como construiu seu aparato psicológico, comportamental, cultural e social para encarar as mudanças e transformações que lhe ocorreram ao longo da vida e as que acontecem e ainda vão ocorrer.

Portanto, diante do exposto apreendido, a partir do referencial teórico investigado, infere-se que a aposentadoria demarca o processo de envelhecimento dos sujeitos idosos, sendo ainda, por vezes, apreendido a partir de estigmas que podem refletir nos significados que envolvem o tempo advindo da aposentadoria. Pensar sobre o envelhecimento faz-se importante e necessário, porque é uma realidade e uma condição do crescente no cenário brasileiro. Diante disso, o próximo capítulo trata de quem é o sujeito do envelhecimento.

4 O SUJEITO DO ENVELHECIMENTO

Pensando no objeto de estudo e tendo como marco o tempo da aposentadoria que demarca o processo de envelhecimento dos sujeitos que trabalharam a vida inteira, convoca-se a necessidade e a importância de citar sobre quem é o sujeito do envelhecimento na sociedade brasileira. É o que se propõe este capítulo.

Para definir os sujeitos com idade cronológica mais avançada, há diversas terminologias, tais como “terceira idade”, “maior idade”, “maturidade”, “futuridade”, “melhor idade”, “envelhescentes”, “jovens senhores”, “anciões”, “velhos”, “idosos”, dentre outros. Afinal, de que forma é possível se referir a essa etapa da vida?

Numa primeira abordagem poderia considerar que estes conceitos são sinônimos e que se trata apenas de vocábulos diferentes, mas uma observação mais cuidadosa pode revelar outras nuances, como características, estereótipos e percepções subjetivas diferenciadas, seja na tentativa de suavizar, disfarçar ou velar o preconceito. Portanto, existe uma diferença no uso dos termos. Porém, para que os termos acima citados se estabeleçam como recurso efetivo e afetivo para a formação das identidades pessoais na sociedade, é necessário que eles adquiram legitimidade, solidifiquem-se e se disseminem no âmbito cultural, de modo a tornarem-se referência para um grande número de pessoas.

Delineando conceitualmente algumas das nomenclaturas existentes, o termo *velhice*, por exemplo, tende a se referir a quem possui uma idade avançada, ou seja, uma alta idade cronológica, estando também atrelado ao estado ou condição de velho. Este termo ainda carrega uma conotação pejorativa, pois há uma associação entre velho e algo desgastado, feio, indesejável, ignorado e inútil. Assim, a negação ou o

silenciamento de determinadas questões não facilitam o lidar com tais questões (Heck & Langdon, 2002; Scott, 2002).

Vale lembrar que tais percepções negativas da condição do ser velho começaram a surgir a partir da segunda metade do século XIX, em razão da Revolução Industrial, que contribuiu para que o imaginário social acreditasse que o ser velho estava associado ao fim de uma etapa de vida, caracterizada pela decadência física e pela ausência de papéis sociais – sinônimo de perdas, sofrimento, solidão, doença e morte (Debert, 1999; Salgado, 1982).

Desta forma, o negativismo cultural historicamente construído na sociedade em torno do ser velho dá sustento a algumas representações que deságuam em práticas, crenças e valores contemporâneos. Nesse caso, percebe-se que o termo “velho” tende a ser evitado ou substituído por outras categorias identitárias atreladas ao processo de envelhecimento, uma vez que ele gera incômodo, como se a palavra em questão depreciasse a pessoa ou fosse inadequada.

Em paralelo a isso, percebe-se que há uma tentativa de valorização de outras nomenclaturas propostas com abordagens consideradas politicamente corretas, dentre elas: terceira idade, melhor idade, maturidade e, mais recentemente, envelhescência, na tentativa de qualificar positivamente essa fase. Esse esforço pode ser atribuído tanto aos profissionais especializados e à mídia quanto aos próprios sujeitos de mais idade. Portanto, o sujeito de idade mais avançada foi pluralizado devido à variedade de possibilidades de sentidos encontrados para o termo e também ao se considerar que cada sujeito constrói seu próprio processo (Netto, 2002).

Destaca-se que o termo “terceira idade” (*le troisième âge*) começou a ser usado na França, aproximadamente na década de 1960, para se referir a pessoas acima de 45 anos que atingiam essa faixa da vida em boas condições de saúde, como forma de

incentivá-las a se manterem ativas. Tal termo tem como origem o mito de Édipo e a Esfinge. Segundo consta, a Esfinge teria perguntado a Édipo qual era o animal que pela manhã caminha com quatro pés; ao meio-dia, com dois e, ao final do dia, com três. Édipo respondeu prontamente o enigma, afirmando que este animal era o ser humano, que no início de sua vida engatinha, depois caminha com dois pés e, ao final, caminha com o auxílio de um cajado (Garcia, 2001).

No Brasil, o aparecimento de trabalhos científicos sobre a terceira idade começou no final da década de 1980 e início dos anos 1990 (Saad, 1990). Laslett (1989) foi um dos primeiros autores a propor o entendimento da terceira idade como uma nova e diferenciada etapa da vida, que se interpõe entre a idade adulta e a velhice propriamente dita. Para o autor, as mudanças demográficas e, principalmente, o aumento da expectativa de vida trouxeram transformações surpreendentes para o curso da vida e exigiram a criação do que ele denomina “novos mapas de vida”.

Esse prolongamento do curso da vida requereria assim um questionamento de convicções acerca das etapas vitais e do sentido de cada uma delas, bem como a formulação de novas linguagens, de novas instituições e, acima de tudo, de uma nova perspectiva sobre o processo de envelhecimento.

O entendimento da terceira idade como fenômeno pertencente a uma ordem numérica percorre todo o curso da vida, com uma divisão quadripartida dela. Esse esquema tem como objetivo rearranjar as idades por meio da redefinição e da redistribuição do ciclo da vida, com a particularidade de tomar o envelhecimento como critério privilegiado na orientação de sua realização (Laslett, 1989).

Assim, a redefinição de todo o ciclo da vida em função do surgimento da noção de terceira idade transforma a infância em primeira idade, a idade adulta em segunda idade, e o novo período que surge em terceira idade; e a velhice nas etapas mais tardias

em quarta idade. Nesse esquema, a divisão entre as diferentes etapas da vida não se dá por meio de datas de aniversário ou critérios biológicos, mas por meio de atividades e características específicas (Garcia, 2001).

Desse modo, a primeira idade seria caracterizada como o momento da dependência, da socialização e da imaturidade, no qual as atividades predominantes dizem respeito à formação e à educação. A segunda idade seria o momento da independência, da maturidade e da responsabilidade familiar e social, no qual a criação e a manutenção de uma família e o desenvolvimento de uma profissão seriam as principais atividades. A terceira idade seria o momento da satisfação pessoal. A quarta idade, por sua vez, seria a idade da dependência, da decrepitude e da proximidade da morte (Garcia, 2001).

Já o termo “melhor idade” é visto pela sociedade como uma expressão de maior sensibilidade, na tentativa de caracterizar aqueles que muito viveram e ainda estão entre nós para contar a vivência de seus muitos anos de vida (Barbieri, 2004; Silva, 2008). Contudo, a provocação parece oportuna: melhor idade por quê? A “melhor idade”, a velhice, é de fato o melhor período da vida do indivíduo em geral? O que é realmente considerável é o momento no qual o indivíduo está, sob qual espírito ele receberá sua nova fase, como ele irá aproveitá-la. Ou seja, a melhor idade é definida pelo próprio sujeito, e normalmente o adjetivo melhor está na fase no qual o indivíduo se encontra no momento. Não se trata, portanto, de enquadrar em melhor idade ou pior idade.

Quanto ao termo “maturidade”, Barros (2002) define os sujeitos de mais idade que acumularam sabedoria durante os anos vividos. O foco, portanto, está na sapiência e na experiência acumulada, digna de alguém considerado como exemplar e conselheiro para os mais novos. Normalmente quem se encontra nesta fase já passou por todas as fases da vida e atingiu a maturidade, como afirma o autor:

O indivíduo que cumpriu com seu dever ao longo da caminhada, já driblou os dissabores, trabalhou para o sustento da família, uniu corações, deu a mão a quem precisou, acarinhou os mais necessitados e ainda carrega o brilho nos olhos de quem possuiu o segredo da sabedoria! A maturidade foi conquistada no dia a dia. No aprendizado da vida! Nas lutas diárias, nas dúvidas e nas incertezas da esquina! Ser e ter maturidade, é passar por todas as fases da vida, é conquistar passo a passo a arte de viver! A idade cronológica influencia para aquisição da sabedoria, mas não determina (Barros, 2002, p. 2).

Na perspectiva mais inovadora e recente, Berlinck (2000) traz o conceito de “envelhescência” ao mesclar dois termos: envelhecimento e adolescência. O autor aventura-se a comparar essa etapa da vida com a entrada na adolescência, onde as modificações, em especial as corporais, podem causar certos estranhamentos ao indivíduo.

Tal como a adolescência, a envelhescência vem acompanhada de grandes transformações. Fisicamente, na adolescência tudo é força e quantidade. O corpo cresce e fortalece, a barba e as borbulhas irrompem, os músculos tonificam a energia não para e a libido explode. Na envelhescência, a opção é pela gestão e pela qualidade. A pele ganha rugas, protegemo-la. Os cabelos embranquecem, aproveitamos para dar um toque de classe. A visão torna-se menos nítida, usamo-la melhor. Os músculos enfraquecem, orientamos melhor as nossas energias (Berlinck, 2000, p. 193).

Na visão de Bancalero (2011), a envelhecimento transporta consigo a angústia de se estar próximo à finitude, mas também a segurança de quem já passou por quase tudo: nascimentos e mortes, amores e ódios, sucessos e fracassos. Para Oliveira (2004), ela traz o bom senso e o “dar tempo ao tempo”, mas também o desejo de aproveitar intensamente cada minuto. A envelhecimento “é uma fase linda da vida que pode ser trilhada prazerosamente” (Oliveira, 2004, p. 67).

Nesta pesquisa, optou-se pelo termo “idoso”. Este conceito foi criado na França em 1962 e foi adotado no Brasil em documentos oficiais logo depois. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1984) também reconheceu este conceito e estabelece como idoso a pessoa com 60 anos ou mais que reside em países em desenvolvimento. No entanto, nos países desenvolvidos, a faixa etária se inicia aos 65. Esse parâmetro universal norteia as políticas voltadas para esse grupo. Portanto, dentre os diversos conceitos vistos acima, adotou-se para este estudo o conceito de “idoso”, por ser o mais reconhecido e aceito mundialmente.

Percebe-se que gradativamente esta etapa do ciclo vital vem ganhando visibilidade social e vem influenciando a sociedade em suas dimensões sociais, culturais, familiares e econômicas. Para compreender quem são esses idosos contemporâneos, é necessário primeiramente situar e caracterizar o contexto atual no qual eles envelhecem.

Nas estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2017) e Organização das Nações Unidas (ONU, 2017) declararam que nas próximas décadas a população mundial com mais de 60 anos vai passar dos atuais 841 milhões para 2 bilhões de 2050; tendo a perspectiva para 2020 que o número de pessoas com mais de 60 anos ultrapasse o número de crianças até cinco anos. Assim, considerando a demografia do envelhecimento populacional no país, projeta-se uma dinâmica de transformação do

padrão etário ao longo dos próximos anos. Portanto, os idosos constituem parte significativa da pirâmide populacional na atualidade.

Esse segmento populacional também prosperou quanto à média de vida, tanto que a esperança média de vida ao nascer vem ascendendo no cenário brasileiro, haja vista que entre 1998 e 2008 esse indicador era em torno de 73 e pesquisas recentes apontam para 75 anos (IBGE, 2016).

A magnitude da população idosa no Brasil é uma realidade. O IBGE (2016) aponta que presença de idosos a partir de 60 anos no total da população foi de 9,8%, em 2005, para 14,3%, em 2015. Segundo o IBGE (2012), este segmento, referente ao ano de 2012, já representavam 20.869.849 idosos no país; no Nordeste, 5.531.289; no Ceará, 924.727; e em Fortaleza, 242.430.

No tocante às políticas públicas voltadas para este grupo populacional, Barbosa (2007) relata que ainda há necessidades específicas de ações por parte do governo, com o objetivo de propiciar atuações favoráveis à manutenção da autonomia e da independência das pessoas idosas, estimulando o seu protagonismo social.

Os direitos da população idosa brasileira tiveram importantes conquistas nas duas últimas décadas, entre as quais destacam-se:

- Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/03);
- Política Nacional de Saúde para Pessoa Idosa (Portaria nº 2.528/06);
- Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94; Decreto nº 1.942/96);
- Legislação do Conselho Nacional de Direitos dos Idosos (Decreto nº 5.109/04);
- Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/00; Decreto nº 5.296/04).

Considerando essa base legal, destaca-se a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Brasil, 2003), que instituiu o Estatuto do Idoso (Anexo 1). Instrumento legal que vem servindo como referência central para o movimento social em defesa deste segmento, o Estatuto serve como guia essencial para que as políticas públicas sejam efetivas e adequadas ao processo de ressignificação do idoso.

No Brasil, em homenagem a este marco, criou-se o Dia do Idoso, que é comemorado no país no dia 1º de outubro e tem como objetivo a sua valorização. Até o ano de 2006, esta data era celebrada no dia 27 de setembro, porém, em razão da criação do Estatuto do Idoso em 1º de outubro, essa data foi alterada de acordo com a Lei nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006.

Vale destacar a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e tem por objetivo assegurar os seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, contribuindo para a criação do Conselho Nacional do Idoso (Brasil, 2004).

Um marco legal importante que trata da aposentadoria e merece menção é a Lei Eloy Chaves de 1923 (Decreto Legislativo nº 4.682), precursora da atual Lei 8.213/91 e do atual Decreto 3048/99. Esse direito está expresso na Constituição Federal da República Federativa do Brasil – a Lei Magna que rege todas as legislações do país. No Artigo 7º do Capítulo II (Dos Direitos Sociais), estão relacionados os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social. Dentre estes direitos, encontra-se o da aposentadoria.

O Dia do Aposentado é comemorado em 24 de janeiro e foi estabelecido em 1981 pela Lei 6.926, em homenagem à Lei Eloy Chaves, aprovada em 24 de janeiro de 1923. A referida Lei criou a Caixa de Aposentadoria e Pensão para os trabalhadores das

empresas privadas das estradas de ferro, sendo, portanto, a precursora da Previdência Social no Brasil, como é conhecida atualmente.

Diante das considerações expostas, percebe-se que as alterações da dinâmica demográfica e a inserção do idoso nas políticas públicas do País são dadas que apontam para uma gradativa visibilidade social dos idosos. A sua relevância não passa despercebida, não só pela dimensão quantitativa alcançada, mas também pela relevância que essa população conquistou nos vários domínios sociais. Ou seja, o crescimento dos idosos no Brasil é um marco que influencia a sociedade nas dimensões sociais, culturais, familiares e pessoais. Tais considerações apontam também para uma importância de se repensar o papel e valor da pessoa na sociedade.

Diante do exposto até aqui, vale destacar ainda um breve contexto das várias conotações sobre o valor do idoso ao longo da história, bem como as variações de importância e reconhecimento nas diversas culturas.

Na Grécia clássica, os idosos eram relegados a um lugar subalterno e a beleza, a força e a juventude eram enaltecidas, como evidenciam alguns filósofos gregos. Para os babilônios, a imortalidade e as formas de conservar a juventude estiveram muito presentes (Rodrigues, 2006).

No entanto, Platão trouxe a nova visão de que o sujeito idoso conduziria a uma melhor harmonia, prudência, sensatez, astúcia e juízo. Na sociedade romana, os anciões tinham uma posição privilegiada. O direito romano concedia a autoridade de *pater familias* aos idosos (Borges & Coimbra, 2008).

A república romana também conferia cargos importantes no senado aos idosos (*patrícios*). Em sociedades antigas, o idoso era visto com uma aura de privilégio sobrenatural, o que lhe concedia uma vida longa. Como resultado, ele ocupava um lugar primordial em que a longevidade se associava à sabedoria e à experiência. Assim

também era nas sociedades orientais, principalmente na China e no Japão (Borges & Coimbra, 2008).

Nas culturas inca e asteca, a população idosa era tratada com muita consideração. A atenção a esta população era vista como responsabilidade pública. Os antigos hebreus também se destacavam pela importância que davam aos seus idosos, que, em épocas de nomadismo, eram considerados os chefes naturais dos povos, consultados sempre que necessário. Na cultura hebraica encontramos Matusalém, que era considerado como se tivesse vivido 969 anos. Desse modo, uma vida longa era vista mais como uma benção do que como uma carga, e esta benção é percebida nos patriarcas bíblicos (Borges & Coimbra, 2008).

São as histórias daqueles que constroem a história, costumes, lendas, imaginários e práticas que, transmitidos pelo legado da narrativa oral, são parte importante da memória coletiva e do indivíduo que recorda. Um fio de meadas complexas e de múltiplas possibilidades: um ponto de convergência com o passado e o presente e suas linhas de tempo no amanhã do mundo (Certeau, 1994).

Além disso, de acordo com Arendt (1972), os legados de uma geração só podem ser transmitidos às gerações seguintes por meio da palavra, porque o que se pode transmitir é o sentido daquilo que foi vivido, e não a vivência concreta. Aliás, o próprio sujeito também pode desconhecê-la, uma vez que a lembrança narrada pode não ter sido uma vivência do indivíduo, mas uma situação social.

Ressaltando a importância do legado, a arte de narrar é um trabalho artesanal. É um trabalho que exige alma, olho e mão. É assim que o narrador transforma sua matéria, a vida humana: “Seu talento de narrar vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo” (Correa, 2009, p. 49). É por meio dessa atividade de exercício do resgate da memória que o passado pode

sobreviver. O legado de uma cultura, de uma sociedade, depende das lembranças que emergem da memória e que são traduzidas para os seus (Arendt, 1972; Augras, 1986; Bosi, 1987).

As narrativas feitas por pessoas idosas deram lugar à informação contemporânea veiculada pelo jornal, que passa os fatos de forma imparcial e verídica. Até mesmo os causos, lendas e histórias tão comumente contadas pelos avós aos seus netos, vêm perdendo espaço na comunicação (Castells, 2001).

Retomando o percurso histórico sobre a relevância do idoso, com a queda do Império Romano, os idosos foram perdendo o seu lugar de destaque na sociedade. Mais uma vez se tornaram vítimas da superioridade juvenil. No sistema de estratificação por idade de cada sociedade, estava implícito o fato de que a idade determinava o que os indivíduos podiam e deviam fazer.

No século VI o idoso cessou grande parte de suas atividades, iniciando ali a concepção moderna de isolamento dos velhos em retiros. Por outro lado, o homem medieval temia e buscava os meios de escapar da velhice, fosse através da fantasia, fosse através da ciência. Nos períodos do Renascimento e do Barroco persistiu a ideia da inevitável decrepitude e do caráter melancólico do ser idoso (Borges & Coimbra, 2008).

A Idade Média se caracterizou também pela época dos mais jovens e dos poderios militares, o que deixava os anciões submetidos aos mais fortes, formando parte da população escrava e servil. Durante os séculos XIV e XV, a peste e a cólera foram seletivas, deixando um saldo de milhares de mortos e uma grande população velha que havia sobrevivido à epidemia. Este fato trouxe como consequência o fortalecimento do poder das pessoas de mais idade e um aumento do conflito entre as gerações, que havia diminuído ao final do Império Romano (Borges & Coimbra, 2008).

As pessoas com mais idade começaram a ser ridicularizadas em ambientes públicos. A literatura e a arte se uniram para ridicularizar os anciões, a despeito de grandes expoentes de idade avançada que realizaram suas obras neste período, como Leonardo Da Vinci e Michelangelo. Apesar da presença artística, o idoso continuava tendo pouca importância social e se encontrava em uma situação precária e ambígua (Borges & Coimbra, 2008).

O século XVI se caracterizou pela violência e pelo ataque contra a velhice, como consequência do culto à beleza e à juventude. Willian Shakespeare personificou vários aspectos da velhice, como em *Rei Lear*. Erasmo de Roterdã, em sua obra *Elogio da Loucura*, concebia a velhice como uma carga e a morte como necessária. Ele considerava que a loucura era o único remédio contra a velhice (Borges & Coimbra, 2008).

O pensamento científico que caracterizou os séculos XVI e XVII introduziu novas formas de pensar que enfatizavam a observação, experimentação e verificação, criando assim a possibilidade de descobrir as causas do envelhecimento mediante um estudo sintomático. Ainda assim, prevalecia a ambivalência em relação à velhice (Borges & Coimbra, 2008).

Durante os séculos XVII e XVIII, foram feitos muitos avanços nos campos da fisiologia, anatomia e patologia. As transformações que ocorreram na Europa nos séculos XVIII e XIX refletiram uma mudança na população idosa. O número de pessoas com idade avançada aumentou e os avanços da ciência permitiram descartar vários mitos acerca do idoso. Contudo, a situação dos mais velhos não melhorou. O surgimento da Revolução Industrial e do urbanismo foi determinante para os idosos, pois, sem poder trabalhar, foram reduzidos à miséria (Borges & Coimbra, 2008).

No final do século XIX, os avanços da medicina propiciaram a divisão entre velhice e enfermidade. No século XX, surgiram a gerontologia e a geriatria como disciplinas formais (Nogueira, 2005).

Diante de tais considerações, o que se percebe ao longo desse resgate histórico são ciclos mutáveis que ocorrem ao longo dos tempos; ou seja, há períodos em que a valorização e a desvalorização dos idosos oscilam. E que considerações e caracterizações podem ser tecidas sobre ser idoso atualmente? Ser idoso é mais uma fase da vida, que muitos têm a possibilidade de vivê-la. Como as demais fases, poderá ser proveitosa, desde que haja compreensão e investimento para tanto.

Cabe ressaltar que as questões sociais, culturais, políticas e econômicas perpassam e influenciam a experiência do idoso na contemporaneidade, bem como o estilo de vida, os valores e padrões sociais e as estruturas psíquicas destes sujeitos. Nessa perspectiva, cada sociedade encara seus idosos de maneira diferente, porém, ser idoso hoje em dia não permite uma comparação com o que se considerava ser idoso no início do século XX.

As oportunidades sociais ainda desiguais reforçam os argumentos sugeridos por Borges e Coimbra (2008), que afirmam que ser idoso atualmente é uma experiência inédita, sem exemplos.

Em relação à contemporaneidade, entende-se que ela é marcada por alguns princípios e características centrais, do que decorrem suas variadas características, tais como: hipermoderna, conforme Lipovetsky (2007); líquida, segundo Bauman (1998); e apressada, à luz de Beriaín (2008). Essas características ganham destaque porque se orientam para a individualização, o hedonismo, a estetização, o imediato, o consumismo exacerbado, o descartável, o excesso, o estresse, o apressamento, o culto à imagem, a

vulnerabilidade das instituições e os valores morais, o que coloca o sujeito pós-moderno sob demasiada tensão.

Essa conjuntura atual traz consigo características peculiares, como a globalização, a comunicação instantânea, a volatilidade do capital, a predominância da mídia na constituição do universo simbólico das grandes massas, o declínio da esfera pública e da política nos moldes consagrados – ou seja, perda de sentido das grandes instituições morais, sociais e políticas –, a estetização e a cultura da performance e a crise ecológica, dentre outros. Estes fatos se encontram associados aos valores herdados da modernidade, com todas as suas nuances e especificidades. Assim, a hipernmodernidade exerce a modernidade numa perspectiva exagerada (Aquino & Martins, 2007; Giddens, 1991).

Considerando que antigamente a tradição e a continuidade de papéis sociais calcavam-se nos modelos das gerações precedentes, hoje em dia, em uma sociedade descontínua, são as gerações novas que tendem a ser imitadas pelos mais idosos, sob vários aspectos: vestuários, exercícios físicos, locais da moda, eventos socioculturais.

Em gerações anteriores, o indivíduo vivia conforme sua herança genética e cultural: os dotes físicos que lhes eram característicos o distinguiam dos demais. Esses atributos, no mundo de hoje, parecem quase uma lenda. A globalização veio instituir um padrão escultural a ser atingido, e as especialidades médicas e cosméticas viabilizam esses propósitos (Pitanga, 2006).

Assim, diante dos artifícios da medicina e das estratégias tecnológicas e mercadológicas, surge uma fase para os idosos, experienciada por homens e mulheres que ganham mais tempo de vida, primam por uma aparência mais jovem, adotam novos valores e revelam comportamentos identificados com o de gerações mais novas. “Preconiza-se o desejável: manter-se com um corpo jovem, belo e perfeito, que é

vendido como antídoto ou remédio do inevitável, o envelhecer” (Moreira & Nogueira, 2008, p. 63). Podemos considerar, portanto, que os aparatos tecnológicos são modos de reforçar a ilusão de uma eterna juventude, alimentando a valorização e a importância de se ter um vigor físico e uma beleza estética que seja agradável aos olhos.

Percebe-se que é necessário atentar para o aspecto subjetivo e psicológico deste fenômeno contemporâneo que associa envelhecer bem a ter e possuir características joviais. Isto é, é interessante refletir sobre as implicações de a juventude ser tida como um valor e bem a ser adquirido, e o ser idoso um sinônimo de descuido ou negligência, que se porta na forma de estigmas e preconceitos.

Diante de tais considerações, pode-se afirmar que ser idoso, no cenário atual, está sujeito a padrões de culto à juventude e à beleza, que impõem um padrão estético como ideal a ser conquistado por todos, transformando essa experiência – que é um fenômeno biológico inevitável – em um fenômeno cultural da ordem do indesejável. Assim, a contemporaneidade produz um paradoxo: por um lado, é exitosa nos empenhos da ciência e da tecnologia para aumentar a expectativa de vida, mas por outro lado, não está preparada para acolher e definir o lugar e o papel dos idosos.

Pode-se conjecturar que buscar possuir características joviais são a forma que os idosos encontraram para perceberem-se relevantes. Talvez essa seja a forma encontrada do idoso de estar tentando encontrar seu lugar na sociedade, em busca de valorização e espaço, que a sociedade muitas vezes nega.

Existem, sim, lugar e papel na sociedade, mas apenas para os idosos considerados ativos, dinâmicos, autônomos e consumistas, que percorrem espaços que estão perpassados pela visão capitalista e utilitarista, alimentando a valorização deste idoso consumista e ativo. E o que acontece com o idoso que não se encaixa nesse padrão? Onde está a valorização humana e o reconhecimento de que o idoso é uma

sabedoria viva de vida, mas que também não é só experiência acumulada e tem um porvir, que planeja e pensa no futuro com a consciência que tem de sua finitude?

Os idosos adaptam-se melhor ao processo do envelhecer quando seu espírito se encontra saudável e otimista; ficam, então, mais propensos a ver a fase idosa como experiências acumuladas, de maturidade e liberdade para se assumirem, bem como para se libertar de certas responsabilidades (Zimmerman, 2000).

No entanto, a pressão sociocultural contemporânea atua para a negação do idoso e instiga as práticas que combatem o envelhecer, seja fisicamente, psicologicamente ou socialmente. Desse modo, a sociedade atua como despotencializadora da dignidade do ser idoso. O que paira na concepção geral da sociedade é a existência de um modelo social ideológico do idoso, o que leva a uma espécie de fuga pessoal e de aceitação, permitindo uma nova forma pessoal de sê-lo (Mercadante, 2003).

Neste contexto sociocultural, não se percebe um lugar nem um significado que estime a maturidade e a experiência vivida. Deste modo, as práticas e os valores não são de inclusão, mas sim de negativismo, preconceito e marginalização dos que detém a alta longevidade.

No tocante à estigmatização dos idosos, abriremos reflexões pertinentes para desmistificar e esboçar algumas questões culturalmente impregnadas na sociedade, mas que se considera relevante abordar. A estigmatização contribui para a segregação do idoso, além de aprisioná-lo em estereótipos que o desqualificam e o depreciam, pois carregam toda uma carga semântica pejorativa. Assim, vê-se algumas dessas concepções a seguir.

Pensando no idoso imerso na dinâmica da sociedade atual, parece que aparentar mais jovem e esconder as marcas do corpo envelhecido são evidências de uma visão

estigmatizadora que marginaliza os idosos e estes, conseqüentemente, muitas vezes, negam seu próprio percurso existencial.

As características da sociedade atual contribuem para que o idoso e o envelhecer instaurem-se como algo indesejável e gerador de sofrimento, ao mesmo tempo em que a juventude é exaltada, por ser vislumbrada como sinônimo de rendimento e dinamismo dentro de um sistema capitalista.

Basta ver que, numa sociedade capitalista, o velho perde seu poder como produtor de bens e riquezas e como consumidor e, conseqüentemente, perde seu valor social. (...) No engendramento dessa exclusão está um sistema político e econômico que prioriza a força jovem no mercado de trabalho, descartando aqueles considerados “velhos ou ultrapassados” (Moreira & Nogueira, 2008, p. 62).

Os idosos têm sido objeto de múltiplos mitos, crenças, estereótipos e estigmas que, muitas vezes, ignoram a sua individualidade e singularidade. Por vezes, a experiência de envelhecer tem sido apresentada pela sociedade hodierna como uma experiência estigmatizada. O estigma da idade aparece de forma explícita ou implícita nas diferentes formas de enfrentar esse processo, sendo manifestada em vivências individuais de exclusão, rejeição, inferiorização ou valorização da aparência e da estética jovem em vários espaços: familiar, profissional e social.

Boa parte das patologias vividas na experiência de envelhecer parece derivar da estigmatização e do preconceito existente em nossa sociedade, que não está preparada para acolher as limitações, os corpos imperfeitos e a finitude humana. Muitos indivíduos explicitam o envelhecer com sentimentos de rejeição e exclusão social, todos

estes integrantes dos processos de estigmatização dos idosos (Gusmão, 2001; Zuben, 2001).

Em contrapartida, alguns idosos tentam desenvolver estratégias de enfrentamento direto e indireto contra o ser idoso, que exclui, inferioriza e desvaloriza as pessoas. Essas estratégias são apoiadas pela intensa oferta de recursos e nas imagens veiculadas na mídia sobre um envelhecer diferenciado. Essas amostras sociais contribuem para que o idoso seja rotulado.

É interessante observar como essas percepções reconhecem um conceito tradicional de envelhecer como experiência negativa, mas supõem que ele possa ser “driblado” ou superado se a pessoa se mantiver ativa e remuneradamente produtiva – valores típicos de uma sociedade capitalista (Debert, 2002).

Assim, o envelhecimento é um processo que está rodeado por muitas concepções falsas, por muitos temores, mitos e crenças. Costumes, vocabulário e comportamentos típicos são produzidos socialmente. O olhar do outro é produtor de estereotípias e interdições que, às vezes, o idoso assume para si.

Cabe aqui, portanto, explicitar alguns conceitos como “estigma”, “imagem” e “estereótipo”. As imagens e os estigmas em torno da fase do envelhecimento podem ser contraditórios, dependendo do ponto de vista no qual se situam. Em síntese, “imagens são figuras ou cenários que se formam na nossa mente quando ocorre um impulso significativo a partir de palavras, fatos, contatos, aromas e caricaturas” (Whitaker, 2007, p. 78).

O estigma social é uma forte desaprovação de características ou crenças pessoais que vão contra normas culturais. Para Whitaker (2007), os estigmas sociais frequentemente conduzem à marginalização, embora as características sociais específicas que se tornaram estigmatizadas possam variar através do tempo e do

espaço. Há, também, estigmas de comportamento que definem e limitam aspectos da vida cotidiana; apesar de esses estigmas se enfraquecerem com o tempo, eles permanecem ativos até que um grande choque cultural os derrube (Goffman, 1963).

Estereótipo é a imagem preconcebida de determinada pessoa, coisa ou situação. São usados principalmente para definir e limitar pessoas ou grupos de pessoas na sociedade. Sua aceitação é ampla e culturalmente difundida no ocidente, sendo um grande motivador de preconceito e discriminação. Correa (2009) define “estereótipo” como um conceito infundado sobre um determinado grupo social, atribuindo a todos os seres desse grupo uma característica frequentemente depreciativa; é um modelo irrefletido, uma imagem preconcebida e sem fundamento. O estereótipo também é muito usado como manifestação de racismo, xenofobia, machismo, intolerância religiosa e homofobia.

Define-se “estereótipo social” como uma crença coletivamente compartilhada acerca de algum atributo, característica ou traço psicológico, moral ou físico, atribuído extensivamente a um agrupamento humano. O estereótipo social é formado mediante a aplicação de um ou mais critérios como, por exemplo, idade, sexo, inteligência, filiação religiosa e outros (Correa, 2009).

Os estereótipos sociais influenciam condutas e comportamentos em interações sociais quando os sujeitos são enquadrados por essa crença. Do ponto de vista da psicologia, estereótipos podem ser investigados sob aspectos diferentes, que vão desde a sua formação até a sua manifestação coletiva (Correa, 2009). Quando associados a sentimentos, os estereótipos sociais passam a constituir estruturas psicológicas de maior complexidade caracterizadas como atitudes e preconceitos sociais. Assim, a articulação entre estereótipos sociais (favoráveis ou desfavoráveis) e sentimentos (de aceitação ou rejeição dos grupos humanos visados) produz, na ocorrência combinada de crenças e

sentimentos positivos, atitudes sociais que geram o preconceito social e consequentemente a discriminação.

A partir dessas imagens formuladas, nasce a representação social, que é um conjunto de ideias sobre a natureza do social, as atitudes e ações possíveis sobre esse social. Ou seja, “as mentes humanas, em relação, constroem tais representações a partir da subjetividade, mas também inspiradas no imaginário social” (Whitaker, 2007, p. 80).

A discriminação social pode ser praticada particularmente por pessoas consideradas em sua individualidade; contudo, ela tende a alcançar o estudo de uma norma social implícita ou ser até mesmo uma prática institucionalizada.

Há certo folclore em relação aos idosos. Para Whitaker (2007), os idosos são vistos muitas vezes como desmemoriados, distraídos, inúteis, improdutivos e assexuados, dentre outros. Esses estereótipos são regados de mitos e preconceitos.

Diante de tais considerações, convoca-se a necessidade de perceber o desafio de lidar com os preconceitos e estigmas que denotam a velhice como problema e, ao mesmo tempo, sair dessa perspectiva e contribuir para uma reflexão crítica acerca da percepção de ser idoso. Portanto, cabe aqui descrever alguns mitos do senso comum que rodeiam os idosos, mas que são desmistificados pela literatura científica, a exemplo Plens et. al (2012), que descreve tais mitos:

Mito nº 1: As pessoas idosas são todas iguais.

A forma como cada sujeito envelhece varia de indivíduo para indivíduo. Essas variações são dependentes de fatores como estilo de vida, condições socioeconômicas e doenças crônicas. Vários fatores influenciam, tais como genótipos e fenótipos – sexo, origem étnica e cultural, localização demográfica, aspectos climáticos, tamanho familiar e experiências vivenciadas (Caetano, 2006; Sánchez, 2000).

O sujeito percebe seu envelhecimento de diferentes formas, fazendo com que a experiência de envelhecer ganhe uma dimensão heterogênea. Envelhecer constitui um processo dinâmico e progressivo caracterizado por um período de transição e de grandes mudanças de ordem subjetiva, o que não permite generalizações de igualdades (Brito & Litvoc, 2004; Caetano, 2006).

Diante de tais considerações, vale ressaltar que, segundo Paulino (2007), um grande obstáculo para o idoso é o de aceitar a si mesmo, despojando-se de máscaras sociais. Novaes (2000) acrescenta a importância da busca de sua identidade e liberdade interior, estimulando a sensibilidade e a sabedoria, não abrindo mão do direito de viver a própria vida e sonhar os próprios sonhos para não ser tolhido pelos estigmas sociais.

Mito nº 2: Os homens e as mulheres envelhecem da mesma forma.

O envelhecimento atinge os homens e as mulheres de forma diferenciada nos vários aspectos: biológicos, psicológicos, sociológicos e espirituais. Estudos e pesquisas realizados no Brasil demonstram o que a própria observação do cotidiano já deixa entrever: há uma especificidade de gênero na situação da velhice. Os dois sexos podem ter experiências que sejam ou aparentam ser comuns, mas a condição geracional enseja também relações, situações e representações distintas (Santos, 1995).

Nesse grupo geracional, as mulheres têm alcançado destaque, mas não simplesmente porque sejam a maioria populacional (55,8%), além de mais longevas que os homens – sua esperança de vida é de 77 anos, enquanto a masculina é de 69,4. Elas têm se destacado socialmente como apresentadoras de uma nova imagem da velhice, mais dinâmica, participando de grupos geracionais, aprendendo a ser mais gregárias. Elas podem ter uma perspectiva mais distanciada das lides familiares, cuidando da própria vida e se sentindo, enfim, mais livres (Motta, 2011).

As diferenças culturais e emocionais entre o envelhecimento masculino e feminino são peculiares. O processo de envelhecimento feminino é uma experiência multifacetada. Não são somente fatores demográficos, de saúde e funcionalidade física que fazem a diferença no processo de envelhecimento de homens e mulheres, mas também o modo como mulheres enfrentam o processo de envelhecimento e a velhice (Pitanga, 2006).

Dentre os fatores que envolvem o enfrentamento do processo de envelhecer feminino, pode-se citar os de personalidade, os papéis desempenhados pelas mulheres no trabalho, no lar, a identidade sexual, a maturidade feminina, as histórias de vida que configuram um momento sócio histórico, a caracterização das mulheres como cuidadoras, a sua ascensão no mercado de trabalho, as representações do corpo e as pressões da propaganda no que diz respeito à estética do envelhecer e à busca da juventude. São diversos os fatores que contribuem para o envelhecer diferenciado na perspectiva dos gêneros.

Mito nº 3: Os idosos são frágeis.

A condição de fragilidade é algo muito subjetivo. No entanto, este mito está associado principalmente a questões de fragilidade fisiobiológicas e psicológicas. Nessa perspectiva, sabemos que os idosos tendem a apresentar alterações físicas, biológicas e psicológicas naturais do processo de envelhecimento. No entanto, isso não significa, necessariamente, que todo idoso é frágil do ponto de vista da saúde física, biológica e psicológica.

Existem idosos que se mantêm ativos e em boa forma física e psicológica. Nessa linha de pensamento, caberia destacar que os jovens também são passíveis de fragilidade, em especial no que tange a aspectos psicológicos, acentuadamente nos

tempos atuais. Idade, segundo Salis (2004), não determina fragilidade. Existem jovens velhos e velhos jovens.

Há um grande percentual de idosos aposentados que investem no seu bem-estar. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) adotou o termo “envelhecimento ativo” no final dos anos 1990 para expressar o processo de conquista dessa visão. Em contrapartida ao mito do envelhecer fragilizado, vários autores dedicam-se a estudar o envelhecimento ativo, que se define como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que elas envelhecem.

Segundo a OMS (2005), o envelhecimento ativo se aplica tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais. Ele permite que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, e que essas pessoas participem da sociedade de acordo com suas necessidades, desejos e capacidades; ao mesmo tempo, propicia proteção, segurança e cuidados adequados, quando necessários.

A palavra “ativo” refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho. O termo “ativo” procura transmitir uma mensagem mais abrangente do que a de envelhecimento saudável, reconhecendo, além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o modo como os indivíduos e as populações envelhecem (Kalache & Kickbusch, 1997).

A abordagem do envelhecimento ativo se baseia no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o planejamento estratégico deixa de ter um enfoque baseado nas necessidades (que considera as pessoas mais velhas como alvos passivos) e passa a ter

uma abordagem baseada em direitos, o que permite o reconhecimento dos direitos dos mais velhos à igualdade de oportunidades e a tratamentos em todos os aspectos da vida, à medida que envelhecem. Essa abordagem apoia a responsabilidade dos mais velhos no exercício de sua participação nos processos políticos e em outros aspectos da vida em comunidade.

Mito nº 4: Os idosos nada têm a contribuir.

O valor da pessoa idosa, infelizmente, é ocultado pela sociedade. Segundo Coni et al. (1996), as pessoas esquecem tudo o que este grupo já realizou pelo duro trabalho, pelos impostos, pelo seu amor e carinho, em dias passados. Ainda assim, o papel das pessoas idosas não se limita à passividade e ao retrospecto: “Os idosos não são apenas nossa história, são parte de nosso presente e de nosso futuro” (Coni et al., 1996, p. 89).

Para Nogueira (1996), não é pela condição de idoso que o sujeito não tem nada a contribuir. Essa ideia está arraigada em preconceitos. Para o autor, o idoso tem muito a contribuir com sua sabedoria e experiência, além de ter plenas possibilidades de ser produtivo. O fator mais importante para a existência desse mito é a concentração da mão de obra nas pessoas mais jovens, ainda que existam setores nas empresas que permitem às pessoas idosas serem produtivas do ponto de vista econômico.

Além disso, há aqueles que optam pelo pós-carreira, seja nas empresas ou como empreendedor de seu próprio negócio. O retorno do idoso a outras atividades profissionais são significativas. Cabe destacar que ser produtivo pode não estar necessariamente ligado ao fator econômico-financeiro. A produtividade pode se referir a outros aspectos – como os psicológicos, por exemplo. Este aspecto inclusive é tão importante quanto os demais. Infelizmente, a cultura do trabalho é ainda enaltecida como fonte de nobreza humana, baseada em um ditado antigo que diz que “o trabalho

enobrece o homem”. Assim, algumas pessoas acreditam que a aposentadoria e a situação de idoso são premissas para perderem a condição produtiva e, conseqüentemente, a dignidade.

Nesse contexto, dado o discurso social de uma cultura que tem maior apreço aos valores associados ao juvenil, a imagem de idoso aposentado geralmente se encontra naturalizada na imagem de alguém inútil e improdutivo (Calligaris, 2000; García, Guerra & Ardila, 2007; Medrado, 1994; Santos, 1995; Oliveira & Santos, 2002; Veloz, Nascimento-Schulzel & Camargo, 1999).

Mito nº 5: Os idosos são um ônus econômico para a sociedade.

O enorme número de cidadãos que viveram até idades avançadas em consequência do papel do Estado na previsão de segurança e atenção à saúde aos seus cidadãos contribuiu para a origem deste mito, segundo Castro, Diaz e Veja (1999). Para algumas linhas do Governo, viver mais significa investir mais, principalmente no que tange à qualidade de vida desses idosos com idades mais avançadas.

Contudo, cabe destacar que os idosos já contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico do país em boa parte de sua vida e, por isso, têm direito a usufruírem dos seus benefícios. Ou seja, houve um investimento colaborativo por parte dos idosos, além do fato de pagarem regularmente seus impostos e cumprirem com as demais responsabilidades. Assim, deveriam ser tratados com dignidade e respeito, e não como fardo ou ônus econômico para a sociedade, como se fossem apenas despesas para os cofres públicos.

Outro ponto a ser considerado refere-se ao fato de que esse grupo social vem se destacando pelo seu consumo significativo no mercado de produtos e serviços, com o qual mais uma vez tende a contribuir, o que aponta para um movimento econômico a ser

ressaltado. O conhecimento sobre esse segmento de mercado – que será cada vez mais importante aos olhos dos varejistas brasileiros – ainda se encontra numa fase em que estudos exploratórios começam a desvendar caminhos para seu melhor entendimento.

Esse entendimento é pré-requisito para a satisfação e a fidelização desses clientes. Essas duas estratégias mercadológicas são consideradas necessárias para as empresas se manterem no mundo dos negócios com um desempenho aceitável, e por isso elas começam a investir no potencial de consumo dos idosos (Oliveira, 1996).

Em comum acordo, Correa (2009) afirma que este é um mercado que não para de crescer. Há empresas que se preocupam com a velhice e lançam produtos e serviços para o setor dessa faixa etária, que consome aproximadamente R\$ 150 bilhões ao ano. Tamanha cifra, de fato, aguça os olhos de investidores atentos a quaisquer possibilidades de abertura para diferentes mercados de consumo.

Esse segmento parece ser um dos alvos de investimento em maior ascensão na atualidade, haja vista que o aumento do número de idosos, conseqüentemente, promove um aumento dessa população consumidora. Vender produtos para os idosos passou a ser um grande negócio. O público idoso, principalmente com condições financeiras elevadas se comparadas com outras épocas, é cada vez mais independente e, conseqüentemente, consome mais (Silva & Motta, 2004).

Na atualidade, os idosos contam com uma renda melhor do que as gerações passadas, algumas vezes não dependendo, exclusivamente, da aposentadoria fornecida pelo Governo. As vantagens desse público também são reforçadas pela noção de que as pessoas maduras são naturalmente mais responsáveis e mais atentas quanto à importância de manter seus pagamentos em dia e seu nome “limpo”.

Além de experientes, os idosos são conhecidos por serem exigentes não só com os produtos que estão sendo vendidos, mas também com o atendimento prestado nas

lojas. Atentos aos seus direitos como consumidores, nesta fase da vida não admitem mais enfrentar filas nos caixas ou ter a sua preferência no atendimento repassada a outros. Além disso, a estrutura física das lojas não pode ser menosprezada (Duarte, 2003).

Nesse sentido, as empresas que estão se preparando para atender a esse público devem atentar para as necessidades diferenciadas do processo de atendimento, o que envolve a estruturação física da loja. São fatores importantes: boa iluminação, facilidade de acesso (rampas e elevadores em vez de escadas), pisos antiderrapantes, letras maiores no caso da necessidade de assinar algum documento, atendimento médico de urgência em lojas de grande afluência de público, dentre outros.

Todo esse investimento tem sido válido para empresários que enxergam o poder e o valor dos consumidores idosos, pois o retorno, muitas vezes, supera os custos. Fora isso, trata-se de uma questão de direitos e cidadania. Não obstante, de acordo com Simone de Beauvoir (Beauvoir, 1990), esse interesse pelos idosos aparece como exploração econômica.

Mito nº 6: Os idosos não são ativos sexualmente.

Os estereótipos que se referem às pessoas idosas como desprovidas de interesse por sexo ou incapazes de sentir algum estímulo sexual ainda são amplamente difundidos. Estes estereótipos, unidos à falta de informação, induzem a sociedade a uma atitude pessimista com relação a tudo o que se refere ao sexo na velhice. Como se de um momento para o outro a sexualidade desaparecesse, fosse lacrada da vida das pessoas de mais idade (Fernandes, 1996; Vasconcelos, 1994). Contudo, sabe-se que a sexualidade não tem idade.

Com o passar do tempo, todavia, é possível constatar certa diminuição de resposta aos estímulos sexuais. Este fenômeno está relacionado ao processo natural de envelhecimento. Isso não significa necessariamente o fim das possibilidades sexuais. A sexualidade é uma necessidade fundamental do ser humano, cuja dinâmica e riqueza devem ser vividas plenamente, munidas da subjetividade de cada sujeito e suas possibilidades. O amor e o prazer que se extrai daí não terminam com o envelhecimento (Capodieci, 2000).

Portanto, a sexualidade nesta fase da vida sofre algumas mutações físicas que são consideradas normais. Nesse sentido, há a possibilidade de se reinventar e redescobrir outras formas de prazer. Numerosos estudos demonstram que um vasto percentual de indivíduos com idade superior aos 65 anos não só continua a atividade sexual como também geralmente está satisfeito com o sexo e com seus parceiros. A maioria das pessoas idosas deseja e está em condição de usufruir de uma vida sexual satisfatória (Capodieci, 2000).

Nos últimos anos, houve uma evolução no conceito de sexualidade, pois se percebeu que ela não se reduz ao ato sexual. A Organização Mundial de Saúde define a sexualidade como uma energia que nos motiva a procurar amor, contato, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental.

É nítida que uma das grandezas da sexualidade seja a relação sexual, porém, ela não se reduz a este ato; ela compreende um conjunto de necessidades, sentimentos, comportamentos e afetos. Esse conceito abrangente de sexualidade impulsiona uma tendência a vinculá-la também ao período do envelhecimento.

Se a sexualidade é uma parte essencial do relacionamento com os outros, particularmente no domínio amoroso, como é possível ponderar que na idade madura não haja espaço para amar, ser amado, sentir e desejar? Essa atitude repressora da sexualidade das pessoas idosas é patente nos adultos, principalmente nos familiares, que são um dos fatores que eternizam esta assexualidade velada.

A sexualidade se expressa de diferentes formas nas múltiplas etapas do ciclo vital; assim, a sexualidade é evidentemente vivenciada e expressada de diferentes maneiras na maturidade, comparativamente com as etapas anteriores. Conforme refere Capodieci (2000), “na idade avançada ama-se de maneira mais profunda, consegue-se purificar o amor da paixão que é mais sensual do que genital. Assim, para eles, um olhar ou uma carícia podem valer mais do que muitas declarações de amor” (p. 231).

Portanto, o sucesso conjugal na velhice está ligado intimamente à companhia e à capacidade de expressar sentimentos verdadeiros entre os cônjuges, numa atmosfera de segurança, carinho e reciprocidade. Isto pode significar uma oportunidade de expressar afeto, admiração e amor, a confirmação de um corpo funcional, aliado ao prazer de tocar e ser tocado.

Diante de tais considerações percebe-se que, muitas vezes, no processo de envelhecimento do idoso, ele internaliza alguns estereótipos, percebendo-se e se posicionando de maneira passiva. Isso representa uma ameaça à autoestima e à aceitação de si, tornando-o uma pessoa vulnerável a sofrimentos psíquicos e enfermidades de diversas naturezas (Moreira & Nogueira, 2008).

Esclarecimentos e desmistificações contribuem para a diminuição dos preconceitos e da visão estigmatizadora em relação aos idosos. Além disso, é fato que a população idosa está crescendo e, aos poucos, vem ganhando visibilidade social. Muitos são atuantes no trabalho formal, mesmo aposentados; participam de atividades de lazer

e trabalhos voluntários, sendo até público-alvo de estratégias comerciais e de turismo. Atualmente, há lugares próprios para este público, como bailes, clubes de convivência e projetos de universidades abertas à terceira idade.

Pode-se perceber que, gradativamente, a sociedade de alguma forma está procurando compreender a condição de ser idoso. Infelizmente, ainda hoje, a velhice carrega estigmas e paradigmas errôneos que são difíceis de serem quebrados e aceitos pela sociedade e pelas próprias famílias. Entretanto, aos poucos, por meio de estudos, de pesquisas e de uma educação voltada para a valorização da condição humana, é possível contribuir para uma reflexão crítica acerca da visão estigmatizadora sobre ser idoso.

Ademais, os idosos perpassados por tais questões são desafiados a se inspirarem em sua trajetória existencial e extrair dali os componentes de que precisam para enfrentar tais mitos e interdições. Aceitar a si mesmo e despojar-se de máscaras sociais é um grande desafio. A busca de sua identidade, liberdade interior e sabedoria, amparada pelo suporte socioeconômico e cultural da sociedade em que ele está inserido, pode ser uma forma de enfrentamento e de posicionamento ativo frente aos estigmas sociais.

O investimento dos idosos em sua própria subjetividade pode possibilitar a libertação da culpa de não corresponder ao modelo imposto socialmente. Isso é possível pela busca de um investimento em si, um reconhecimento de suas potencialidades, habilidades pessoais, talentos e sonhos.

Portanto, diante do que foi colocado, quando o idoso se percebe como protagonista no tempo da aposentadoria, identificando o que lhe faz bem e que dar sentido, ele pode angariar uma apreciação mais positiva da vida e se desprender dos estigmas prescrita pela sociedade que permeiam nesta fase da vida. Isso é possível por meio do exercício de investir no conhecimento de si e na aceitação do envelhecer como

uma fase pertencente ao ciclo vital, perpassada por enriquecimentos e perdas em muitos âmbitos da vida.

5 PERCURSO INVESTIGATIVO

Este capítulo explora os aspectos teóricos e conceituais referentes ao método, destacando as diferentes etapas de construção de uma pesquisa científica, apontando os principais eixos norteadores.

5.1 Tipo e natureza do estudo

Quanto à natureza do estudo, os procedimentos metodológicos adotaram como marco orientador epistemológico a pesquisa qualitativa, considerando que nessa abordagem o investigador procura captar a essência do fenômeno e se utiliza de estratégias investigativas, como narrativas ou fenomenologia, em que o objetivo principal é a coleta de dados que possibilitem o desenvolvimento de temas relacionados ao objeto de estudo considerado (Creswell, 2007).

O conceito de pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo (Bogdan & Biklen, 2003). Ao ponderar que abordagem qualitativa é a indicada para o desenho deste estudo, pautou-se no entendimento de que ela envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, bem como o aprofundamento da compreensão de um grupo social. A respeito disso, Bogdan e Biklen (2003) afirmam que a pesquisa qualitativa enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Assim, na investigação qualitativa, o pesquisador se direciona ao campo no qual está o participante, intencionando envolvê-lo na coleta dos dados, de modo a obter mais

harmonia e credibilidade na realização do estudo. A pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. Isso inclui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou cenário, a análise de dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, a realização de uma interpretação ou conclusão sobre o seu significado, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem procedidas (Creswell, 2007).

Destaca-se que a abordagem qualitativa permite a identificação das subjetividades, como comportamentos e emoções, e aprofunda o mundo dos significados das ações e relações humanas, às vezes não sendo possível quantificá-las. A esse respeito, Minayo (2002) acentua que esse tipo de abordagem “(...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 22).

A utilização dessa abordagem vem ascendendo no cenário das pesquisas sociais, alargando seu campo de atuação na área de Psicologia, Educação e Enfermagem, pois se ancora nos “aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno” (Polit, Beck, Tatano, & Hungler, 2004, p. 201).

Assim, o presente estudo configurou-se como sendo do tipo exploratório/descritivo com abordagem qualitativa, norteado pelo eixo teórico das representações sociais, pois se direcionou na perspectiva de conhecer os significados e vivências dos idosos quanto ao tempo advindo da aposentadoria. Considera-se um percurso desafiador, contudo instigante e apropriado para desvelar o objeto de estudo.

A pesquisa exploratória como recurso metodológico proposto se pauta na potencialidade de maior aproximação e familiaridade da realidade a investigar; essa proximidade do pesquisador com o objeto de pesquisa permite a ampliação do

conhecimento e o entendimento mais adequado dessa realidade, caracterizando-se “pela necessidade de se explorar uma situação não conhecida, da qual se tem necessidade de maiores informações” (Leopardi, Beck, Nietzsche, & Gonzales, 2002, p. 120).

O autor Gil evidencia ainda que a grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2007).

A motivação de adotar no percurso metodológico a pesquisa descritiva centrou-se em suas particularidades, dentre elas a possibilidade de descrever e registrar os aspectos relativos ao objeto de estudo. Assim, a pesquisa descritiva tem como foco essencial a descrição das características de uma população ou fenômeno (Gil, 2006). Esse caráter descritivo de um estudo está voltado para a descoberta e observação dos fenômenos, que impulsiona para descrever, classificar e interpretar. Outro aspecto significativo se refere à utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados para estudar as características de um grupo: distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, opiniões, atitudes e crenças (Azevedo, 1998; Richardson, 2008).

A interface da pesquisa exploratória e descritiva demonstra neste estudo a busca da pesquisadora em compreender e descrever de forma mais autêntica o objeto pesquisado. Triviños (2007) afirma que o método descritivo exploratório “descreve com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” (p. 34). Nesse contexto, observa-se que as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que os pesquisadores sociais habitualmente realizam quando preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações, tais como instituições educacionais, empresas comerciais e partidos políticos (Gil, 1991).

Portanto, o estudo destacou as subjetividades, as percepções e os significados originados no decurso do cotidiano dos idosos aposentados. Assim sendo, o percurso metodológico descrito é condizente com o objeto, pois confere potencialidade para apreender e analisar os significados do fenômeno que será estudado.

5.2 Ambiente investigativo

Uma das etapas relevantes do método científico é a definição do cenário da pesquisa, ou seja, a determinação do lugar em que o fenômeno será estudado. Nesse caso, o lócus da pesquisa foi a Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste (AABNB), localizado no Centro do município de Fortaleza, a qual foi fundada no dia 17 de maio de 1983, com o objetivo de reunir ex-bancários e congregá-los. A iniciativa foi capitaneada pelo aposentado Otacílio Braga Barbosa, que se tornou o primeiro presidente da Associação.

É interessante caracterizar a Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste (AABNB), uma vez que este foi o campo escolhido para a pesquisa. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é considerado o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina. Além de banco, atua na condição de instituição financeira pública como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Sua visão é a de ser referência como agente indutor do desenvolvimento sustentável da região Nordeste.

Nesse sentido, o Banco busca executar uma política de desenvolvimento ágil e seletiva, capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da Região.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19/07/1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza-CE, o Banco atua em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove estados da região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo.

Maior instituição da América Latina voltada para o desenvolvimento regional, o BNB opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos operacionalizada pela empresa.

Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O BNB é responsável pelo maior programa de microcrédito da América do Sul e o segundo da América Latina, o CrediAmigo, por meio do qual o Banco já emprestou mais de R\$ 3,5 bilhões a microempreendedores. O BNB também opera o 'criado para estruturar o turismo da região com recursos da ordem de US\$ 800 milhões.

São clientes do Banco os agentes econômicos e institucionais e as pessoas físicas. Os agentes econômicos compreendem as empresas (micro, pequena, média e grande empresa), as associações e cooperativas. Os agentes institucionais englobam as entidades governamentais (federal, estadual e municipal) e não-governamentais. As

peças físicas compreendem os produtores rurais (agricultor familiar, mini, pequeno, médio e grande produtor) e o empreendedor informal.

O BNB exerce trabalho de atração de investimentos, apoia a realização de estudos e pesquisas com recursos não-reembolsáveis e estrutura o desenvolvimento por meio de projetos de grande impacto. Mais que um agente de intermediação financeira, o BNB se propõe a prestar atendimento integrado a quem decide investir em sua área de atuação, disponibilizando uma base de conhecimentos sobre o Nordeste e as melhores oportunidades de investimento na região.

A Associação dos Aposentados do Banco do Banco do Nordeste (AABNB) foi fundada no dia 17 de maio de 1983, com o objetivo de reunir e congregar seus associados. Para isto, contou com um espaço apropriado onde os aposentados e pensionistas têm o direito de se encontrar, discutir, trocar ideias, obter informações e se socializar com os demais colegas. Através desta iniciativa, capitaneada na sua fundação pelo aposentado Otacílio Braga Barbosa, nasceu a AABNB, que desde então passou a trabalhar em prol do bem-estar de todos os seus associados.

A diretoria, hoje, está sob responsabilidade de Arcelino Ferreira Lima, diretor presidente da AABNB. Nesta diretoria atual, há diretor administrativo, suplente, diretor financeiro, suplente, diretor de articulação regional, suplente, diretor social e de comunicação e suplente. Além dessa formação hierárquica da diretoria, há também o conselho fiscal composto por seis membros associados aposentados. A AABNB possui um Estatuto e um Regime Interno, cujas informações detalhadas se encontram no Anexo A e B, respectivamente.

Os associados contam com um site (<http://aabnb.com.br/>) com o intuito de aprimorar a comunicação entre o associado e a instituição e dar uma maior agilidade à troca de informações. O site traz notícias específicas do universo dos funcionários

aposentados do Banco do Nordeste do Brasil, bem como notícias gerais (previdência privada, economia, política, saúde etc.), além dos jornais e encartes culturais publicados pela associação.

A fim de agilizar o processo de efetivação de novos associados, o site ainda disponibiliza a seção “Associe-se”, que permite ao aposentado tornar-se um novo membro da instituição com apenas alguns cliques. O site apresenta também a relação dos aniversariantes do mês e dos colegas falecidos. Além de tudo, tem como propósito manter os laços entre os associados e a Diretoria da AABNB, por meio do qual o associado dispõe de um canal direto através do “Fale conosco”, onde se pode, via e-mail, dar sugestões ou fazer reclamações. Assim, o site é uma ferramenta de comunicação significativa para eles.

A opção pela AABNB adveio da motivação intencional, uma vez que a área de formação da pesquisadora provém da ciência administrativa; além disso, se considera ainda a experiência pessoal com o genitor da pesquisadora, que também é bancário aposentado. Assim, por saber da existência de tal sede da associação, e por acreditar que o acesso aos participantes da pesquisa seria propício e factível, optou-se por tal possibilidade.

5.3 Sujeitos participantes da pesquisa

A pesquisa foi realizada com idosos aposentados associados à AABNB e residentes no município de Fortaleza. Dentre os mais de três mil associados, foram selecionados sete idosos aposentados como participantes da pesquisa. Acredita-se que esse número contempla os objetivos do estudo.

A intencionalidade de estabelecer previamente a quantidade de participantes foi pautada na concepção de Cabral e Tyrrell (1998) de que, na pesquisa qualitativa, o requisito principal é a profundidade de conhecimento acerca do problema que se busca; os autores reforçam que o critério não é numérico, mas capaz de refletir as totalidades nas suas múltiplas dimensões.

Aqui, trata-se de pesquisar uma categoria específica, no caso, ex-bancários. Para os critérios de inclusão, foram adotadas as seguintes variáveis: ter idade igual ou superior a 60 anos, ser residente de Fortaleza, ser aposentado do Banco do Nordeste e ser associado à AABNB.

A título de curiosidade, em se tratando dos bancários, estes balizam o ínsito das instituições financeiras que sustentam o capital. Bancário é um profissional que trabalha para dar lucro às instituições financeiras: os bancos. Em outras palavras é um funcionário de uma instituição financeira. É uma profissão que envolve tramites, burocracia, papéis e dinheiro (Costa Neto, 2004).

Os Bancos (do germânico *banki*, através do latim vulgar) são instituições financeiras intermediárias entre agentes superavitários e agentes deficitários. Exercem, além de outras funções, a de captar os recursos dos superavitários e emprestá-los a juros aos deficitários, gerando a margem de ganho denominada de *spread bancário* (Costa Neto, 2004).

Todo banco, público ou privado, apresenta estas características. Os bancos têm, também, por funções, depositar capital em formas de poupança, financiar automóveis e casas, trocar moedas internacionais, realizar pagamentos, entre outros (Costa Neto, 2004). A Instituição Banco é muito antiga, surgiu com a criação da moeda e remonta à civilização fenícia. No entanto, o nome “banco” foi concebido pelos romanos: era a mesa onde se davam as trocas das moedas. Com o florescimento do comércio no fim da

Idade Média, multiplicaram-se o número de banqueiros, cuja função era auferir uma comissão pela pesagem das moedas, pela avaliação da autenticidade e da qualidade dos metais, notadamente do ouro, para troca por outros produtos nas feiras da Europa Central (Costa Neto, 2004).

Num segundo momento, os banqueiros passaram a aceitar depósitos monetários, mediante a emissão de um certificado. Percebendo que os seus clientes nem sempre resgatavam todo o valor depositado, surgiu-lhes a ideia de conceder empréstimos mediante o pagamento de juros. Essa medida foi à base de constituição de um novo ideal de banco e enriquecimento dos banqueiros.

Em 1406, foi criado aquele que é considerado o primeiro banco moderno: o Banco *di San Giorgio*, em Gênova. Em 1983, o Banco da Escócia se tornou o primeiro banco a oferecer serviços eletrônicos, tendência esta que vem se ampliando continuamente desde então no mundo inteiro (Costa Neto, 2004).

As funções no balcão de um banco são, segundo Costa Neto (2004):

- Tesoureiro/Caixa: contato direto com o cliente ao nível transacional (levantamentos, depósitos, transferências, gestão de tesouraria etc.) e comercial;
- Administrativo/Comercial: contato comercial com o cliente ao nível da venda de produtos e serviços e atendimento geral;
- Gestor de conta: responsável por uma carteira de clientes, dinamizando a venda de produtos e serviços direcionados;
- 2º Responsável ou Sub-gerente: responsável pelo desenvolvimento comercial e institucional, na ausência do Gerente, bem como desempenho ao nível comercial de venda de produtos e serviços financeiros.

- Gerente: responsável pelo desenvolvimento comercial e institucional e elo entre chefias intermédias.

Mediante esse cenário, ser bancário por concurso público era e ainda é o sonho de muitos brasileiros, e por muito tempo a profissão foi considerada sinônimo de *status*. A profissão acabou se tornando uma das mais cobiçadas pela ascensão financeira, plano de cargos, comissões, salários altos, além de outros acréscimos que durante muito tempo propiciou. A rotina dos bancários é conviver sob a pressão das cobranças e das metas elevadas.

Nesse contexto, encontra-se o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (banco específico ligado à associação de aposentados que esta pesquisa aborda). A fundação deste banco deveu-se em grande parte à viagem do ministro da Fazenda Horácio Láfer ao Nordeste, para ver de perto os estragos causados pela seca de 1951. Depois da visita, ele apresentou uma série de motivos ao Presidente Getúlio Vargas para a fundamentação da lei que criaria o Banco.

Com essa iniciativa do Presidente da República (Getúlio Vargas), a Lei nº.1649 de 19/07/1952 criou o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da região Nordeste, que, assolada pelas constantes secas e pela escassez de recursos estáveis, carecia de um organismo financeiro capaz de estruturar sua economia. Trata-se de uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal.

Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco atua em cerca de dois mil municípios, abrangendo os nove Estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte

de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo.

Portanto, a história do Banco se confunde com a história da transformação do Nordeste. Há, pois, um Nordeste antes e depois da criação do BNB. Muitos nomes importantes estiveram à frente da direção do Banco do Nordeste e puderam construir a instituição que hoje goza de prestígio entre as demais entidades financeiras, dentre elas, destacamos a de formar um corpo funcional com cursos de reciclagem permanentes, contando com o seu Centro de Treinamento no Passaré e ainda com o envio para cursos de pós-graduação em universidades no exterior, ao ponto de vários de seus quadros serem cedidos aos governos estaduais, federais e a órgãos internacionais.

Foi também pioneiro no financiamento de vários segmentos de infraestrutura urbana, como energia elétrica, telecomunicações e transportes que receberam atenção especial do Banco, notadamente na segunda metade da década de 60, proporcionando uma melhoria significativa do Turismo no Nordeste.

5.4 Coleta de dados

Essa fase exige cuidados para garantir a fidedignidade do estudo. Assim, foram definidos dois instrumentos de coleta de dados: o TALP e a entrevista, acreditando que ambos darão conta de testar a hipótese e responder aos objetivos.

O TALP se caracteriza como uma técnica projetiva que favorece aos indivíduos a revelação do conteúdo latente da memória em relação ao objeto apresentado, e que muitas vezes se mostra explícito nos depoimentos deles (Coutinho, 2003; Nóbrega, 2003). Essa técnica é também descrita por Laplanche (1988) como “um método que

consiste em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que ocorrem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação), quer de forma espontânea” (p. 38).

Essa prática é largamente empregada nos estudos de representações sociais pela possibilidade de fornecer ao pesquisador a percepção da realidade de um grupo social com base na estrutura semântica (Oliveira, Marques, Gomes, & Teixeira, 2005). Nesse aspecto, o TALP é uma técnica de investigação aberta, utilizada com o intuito de evidenciar universos semânticos por meio de estímulos indutores (Nóbrega, 2003).

O estímulo indutor selecionado para este estudo versou sobre as concepções do tempo advindo da aposentadoria, ou seja, qual o significado do tempo advindo da aposentadoria para os idosos? Para este estímulo foi proposta a evocação de seis palavras, seguidas da enumeração das evocações por ordem decrescente de importância atribuída – isto é, hierarquizar as palavras a partir da mais importante para a menos importante.

A coleta de dados por meio dessa possibilidade se resume a solicitar aos participantes do estudo que produzam um determinado número de palavras ou expressões que lhe ocorrem a partir de um tema indutor dado, para em seguida solicitar-lhes que organizem suas respostas em ordem decrescente de importância (Oliveira et al., 2005).

Os pesquisadores que trabalham com o TALP orientam que a quantidade de palavras ou expressões a serem evocadas deve ser estabelecida previamente pelo pesquisador, mas recomendam que não se exceda sete palavras. Estes pesquisadores justificam que a prática tem mostrado que “(...) a partir de sete palavras evocadas há um declínio na rapidez das respostas, evidenciando um trabalho mental lógico para as

produções subsequentes, descaracterizando o caráter natural e espontâneo das evocações livres” (Oliveira et al., 2005, p. 578).

A aplicação da técnica é simples e pode ser realizada isoladamente ou em conjunto com outras técnicas, como a entrevista ou o questionário (Oliveira et al., 2005). O TALP como técnica de investigação deve ser complementado por outras técnicas, tendo em vista um maior rigor científico e a obtenção de maior fidedignidade da realidade (Gil, 2006).

No TALP foram identificadas a frequência e a porcentagem das palavras evocadas, bem como a ordem de importância das evocações de palavras, seguidas de suas análises. Neste estudo, optamos por associar o TALP à entrevista.

As evocações obtidas com o TALP constituíram um banco de dados correspondente ao estímulo indutor, a partir do que foi possível proceder à análise do conteúdo, segundo a Teoria das Representações Sociais. Este recurso é significativo, pois “as palavras são utilizadas como instrumentos para realizar objetivos no interior de atividades humanas relativamente complexas, cuja descrição deve ser integrada em nosso exame dessas palavras” (Oliveira et al., 2005, p. 118).

As palavras evocadas foram compiladas em um banco de dados que possibilitou identificar a frequência das evocações, propiciando a aproximação dos elementos da representação e a compreensão das distâncias estabelecidas entre as representações distribuídas sobre o plano gráfico (Oliveira et al., 2005). Foram considerados ainda os critérios de importância para as palavras evocadas pelos idosos; ou seja, após evocarem palavras referentes ao tempo livre, eles enumeraram em ordem decrescente de 1 a 6 as palavras quanto ao grau de importância para si.

Para os estudiosos das representações sociais, essa elaboração parte da premissa de que os termos que atendem ao mesmo tempo a esses dois critérios (ou seja, ordem

prioritária e frequência de evocações) teriam maior importância no esquema cognitivo do sujeito e pertenceriam ao núcleo central da representação (Oliveira, 2003). Vale ressaltar que a escolha da ordem de importância é dada em relação à sequência de aparição do termo, ou seja, à ordem de evocação. Oliveira et al. (2005) afirmam que no discurso, em geral, o essencial só surge após o tempo de aquecimento, a relação de confiança e a minimização dos mecanismos de defesa.

Por se tratar de uma investigação envolvendo histórias de vida e situações específicas nas quais os participantes vivenciaram ou vivenciam determinadas experiências – evidenciando aspectos afetivos e valorativos de sujeitos que determinam significados pessoais de suas atitudes –, um dos marcos orientadores técnicos escolhidos foi a entrevista. Este instrumento tem despertado muito interesse no universo das pesquisas qualitativas, das pesquisas nas ciências sociais e sobretudo da Psicologia (Flick, 2009; Schütze, 2010, 2007a, 2007b).

No momento de ir a campo e aplicar as entrevistas, foram dadas aos sujeitos participantes condições favoráveis de liberdade e confiança, para que eles pudessem se sentir à vontade e colaborar com a investigação, dando respostas espontâneas e fidedignas. No momento da entrevista, sentimentos, afetos pessoais e fragilidades foram respeitados. Nesse sentido, o pesquisador não pode esquecer que cada um dos pesquisados faz parte de uma singularidade: cada um deles têm uma história de vida diferente, têm uma existência singular (Boni & Quaresma, 2005).

Assim, a entrevista é um dos instrumentos mais utilizados para se obter informações acerca de grupos sociais, pois valoriza a presença do investigador e propicia possibilidades para o sujeito se manifestar, expressar e posicionar quanto aos significados, comportamento e prática social (Richardson, 2008).

Nesse contexto, foram considerados os aspectos vantajosos da entrevista que perpassam por várias nuances da utilização dessa técnica, dentre elas: maior flexibilidade e garantia de que a pergunta fora compreendida, dar informações mais precisas, elucidar questões que não ficaram claras e adotar registros simultâneos das respostas.

Utilizou-se aqui a entrevista semiestruturada com um roteiro de perguntas abertas. Na primeira parte, constam os dados sociodemográficos com as seguintes variáveis: sexo, idade, escolaridade ou formação, ano da aposentadoria, tempo de aposentadoria e renda familiar. Na segunda parte, constam as perguntas norteadoras no intuito de responder aos objetivos da pesquisa (APÊNDICE B).

A técnica das entrevistas abertas atende principalmente a finalidades exploratórias e é bastante utilizada para o detalhamento de questões e para a formulação mais precisa dos conceitos relacionados. As perguntas abertas requerem uma resposta formulada – ou seja, a pessoa relata com suas próprias palavras. Assim, há a vantagem de o entrevistado fornecer um discurso mais rico e detalhado (Gil, 2006; Richardson, 2008).

Vale destacar que a aplicação do TALP antecedeu a entrevista, pois se considera que essa técnica projetiva favorece aos indivíduos revelarem de forma espontânea, sem formulação prévia, o conteúdo latente da memória em relação ao objeto apresentado, por meio de estímulo indutor.

A coleta de dados, por meio da aplicação do TALP e da entrevista, aconteceu em 2014 á 2016, na sede da AABNB, localizada na Rua Perboyre e Silva, nº 11, bairro Centro, Fortaleza-CE. Durante esse período, várias etapas foram efetuadas. Ou seja, da observação do campo, apresentação da pesquisa, até as entrevistas que foi realizada na

própria sede da AABNB, de forma individual, em sala reservada e respeitando os trâmites da instituição e do Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza.

5.5 Organização e análise dos dados

A etapa de análise de dados é significativa, pois se trata do momento em que se debruça sobre os dados coletados para organizá-los, interpretá-los e discuti-los em resultados. Este momento requer grande atenção e prudência, pois essa análise demanda um olhar voltado para os resultados alcançados, ao mesmo tempo confrontando-os com a literatura revisada.

Inicialmente foram apresentados os sujeitos da pesquisa, caracterizando-os em seus aspectos sociodemográficos, seguindo com os resultados provenientes do TALP. E as entrevistas foram analisadas por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Ocorreu assim um confronto entre as significações e os sentidos constituídos na pesquisa, a interpretação e aqueles decorrentes da familiarização prévia com o campo de estudo com o idoso. É nesse confronto inicial que emergem as categorias, cujo intuito foi sistematizar o processo de análise.

Os resultados permitiram a elaboração de um pensamento coletivo, expresso e relatado individualmente, constituído como forma de representação social de um sujeito coletivo. Assim, foi demonstrada a aproximação constituída da representação social dos idosos sobre o tempo advindo da aposentadoria: seus significados e vivências.

Vale destacar que a teoria das representações sociais, como aporte teórico de análise, baseia-se na necessidade de conhecer a realidade social e histórica em que o sujeito está inserido. As representações sociais “são consideradas maneiras específicas de compreender e comunicar o que se sabe com o objetivo de abstrair o sentido do

mundo e introduzir nele ordens e percepções que reproduzem o mundo de forma significativa” (Moscovici, 2003, p. 48).

As representações sociais surgiram por uma necessidade de conhecer o mundo e a interseção entre ele e os indivíduos. Elas permeiam os discursos, emergem das palavras e são veiculadas por meio de mensagens cristalizadas em condutas e organizações materiais e espaciais (Jodelet, 2001).

A teoria das Representações Sociais (RS) trata da produção dos saberes sociais. Centra-se na análise da construção e da transformação do conhecimento social e tenta elucidar como a ação e os pensamentos se interligam na dinâmica social. As RS são o conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objecto. Estas representações são resultantes da interação social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos (Spinelli, 2002).

Segundo Wagner (1998), representação social é, ao mesmo tempo, um conteúdo mental estruturado e conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social – que possui aspectos cognitivos, avaliativos, afetivos e simbólicos sobre um fenómeno social relevante e capaz de assumir formas metafóricas ou imagéticas – e um processo público de criação, mudança, elaboração e difusão do conhecimento compartilhado. Jodelet (2001) as define como uma forma de conhecimento elaborada socialmente e partilhada entre as pessoas, que converge para a construção de uma realidade comum a um grupo social e possui um objetivo prático.

O termo “Representação Social” foi cunhado por Moscovici em seu doutoramento, em 1961. Para definir RS, Moscovici precisou de duas décadas de trabalho intelectual entre a obra *La Psychanalyse: son image et son public*, de 1961, e a apresentação da teoria no livro *Social Cognition*, de 1984. Moscovici propôs-se a

considerar as RS como um fenômeno que era, antes da década de 60, visto como um conceito.

O ambiente natural, físico e social é fundamentalmente composto de imagens, e os indivíduos continuamente acrescentam-lhe algo descartando algumas imagens e adotando outras. Na verdade, o processo de representação envolve a codificação, até mesmo dos estímulos físicos, em uma categoria específica. De fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes (Moscovici, 2003).

O estudo sobre a representação social persegue a transformação do pensamento social e os seus desdobramentos segundo o grupo que fala. Ou seja, como todo tipo de saber especializado, uma vez posto em debate na esfera pública, torna-se objeto de representação, migrando do seu universo específico para o do senso comum. Levar adiante esta empreitada significa produzir a Teoria das Representações Sociais a partir de um entrecruzamento de ciências (Spinelli, 2002).

O ato de representar não é um processo simples. Além da imagem, ele carrega sempre um sentido simbólico. Conforme Jodelet (2001), há quatro características fundamentais no ato de representar:

- A representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito);
- A representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações);
- A representação será apresentada como uma forma de saber: de modelização do objeto diretamente legível em diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais – ela é uma forma de conhecimento;

- Qualificar esse saber de “prático” se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro.

Nesse caminho apontado por Jodelet (2001), a teoria das RS vai tratar da produção dos saberes sociais, centrando-se na análise da construção e transformação do conhecimento social. Saber aqui se refere a qualquer saber produzido no cotidiano e que pertence ao mundo social (Jovchelovitch, 1998).

A passagem de um saber do seu próprio domínio para o mundo da conversação entre os leigos é um fenômeno psicossocial. Envolve a mobilização de elementos psicológicos – afetivos, cognitivos, imaginários, fantasmáticos, de memória e outros – mas impregnados de conteúdo social – sociológico, histórico, cultural, linguístico, entre outros – e acontece ao mesmo tempo nesses dois registros que se encontram totalmente entrelaçados: o social e o individual, dissolvendo assim a dicotomia indivíduo-sociedade (Moscovici, 2003).

Estas inserções compõem o acervo de onde surgirá a representação que qualquer grupo elabora; elas são reordenadas, negociadas, recortadas e recombinaadas para configurar o pensamento. Sem conhecer as raízes do pensamento dos grupos e, por conseguinte, dos sujeitos – o que remete à sociedade como um todo e seus múltiplos recortes –, torna-se impossível chegar à compreensão do seu processo de construção da realidade, de elaboração do conhecimento na vida diária.

Fatores como a memória, a experiência e o olhar, cuja incidência para a produção das representações é fundamental, são multiface, situados tanto no espaço social quanto no individual. Os espaços sociais pelos quais cada um transita marcam, mas também são tingidos pela sua tonalidade específica, fruto do encontro e da

negociação das diversas procedências do pensar. É impossível negar o peso da comunicação, da troca, do confronto de ideias para produzir uma representação social.

O ser humano, portanto, não pensa isolado, desligado do social. Ele pensa atravessado por este. Ele carrega no seu pensar a marca dos grupos que incidem sobre a sua experiência, sobre a sua identidade, bem como a marca da história, da política, das divisões sociais e tantas outras, e isso não se configura como uma simples retradução na linguagem daquele grupo (Jodelet, 2001).

A invenção do pensamento no dia-a-dia mistura, portanto, elementos que envolvem interesses, exercício do poder, desejo de aceitação e eventuais questões circunstanciais, compondo um novo desenho traçado pelos diversos atravessamentos do social – os mais próximos, os mais distantes – que vão da experiência vivida à necessidade de comunicação e de reconhecimento. Esses atravessamentos passam pela presença ou pertença aos grupos sociais, os valores e interesses do grupo, bem como pelo momento histórico, a posição sociocultural, geográfica, étnica, religiosa, até a situação política mais próxima e mais geral – não obrigatoriamente nesta ordem.

As representações sociais seriam, portanto, uma forma de manejo do macro no nível micro. Do ponto de vista psicossocial, elas trazem para o registro do cotidiano relações, concepções, crenças, imagens e afetos que a sociedade abriga e veicula por períodos longos – e outros não tão longos – vertendo-os na construção deste cotidiano. Elas trabalham não apenas o que provoca o conhecimento, o objeto que instiga a (re)construção, mas os diversos fios que tecem a organização social, a urdidura das culturas e os andaimes do simbólico, para acolher na rede pré-existente de significados o objeto ou a situação que se apresenta.

O objetivo da Teoria das Representações Sociais é explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade.

Segundo Moscovici (2003), existem dois processos das representações sociais: a objetivação e a ancoragem. Na objetivação, as ideias abstratas transformam-se em imagens concretas, através do reagrupamento de ideias e imagens focadas no mesmo assunto. A ancoragem é a assimilação das imagens criadas pela objetivação, sendo que estas novas imagens se juntam às anteriores, nascendo assim novos conceitos. Vale ressaltar que as representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tal, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica (Moscovici, 2003).

As representações sociais estabelecem relações de simbolização (substituindo o objeto) e de interpretação (conferindo-lhe significações) entre sujeito e objeto. Para Doise (2001), elas embasam e norteiam posicionamentos específicos diante de objetos em relações sociais e organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações. Abric (2001) defende que as representações explicam a realidade, orientam práticas sociais e justificam tomadas de posição depois que elas foram tomadas, além de definirem a identidade dos grupos.

Em sua construção, por meio da interação entre os membros do grupo, as representações sociais são caracterizadas também por situações extragrupo, como o conhecimento proveniente de especialistas repassado pelas fontes de informação, como lembra Cabecinhas (2004). Como a comunicação, sobretudo a linguagem, configura o sistema formador de representações sociais (Moscovici, 1981), as principais técnicas de descrição delas perpassam pela identificação de símbolos linguísticos compartilhados pelas pessoas.

Moscovici (2004) apresenta as seguintes funções das representações sociais:

a) Elas convencionalizam os objetos, as pessoas ou os acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as põem como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado tanto por nossas representações, como por nossa cultura;

b) As representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado.

Essas representações são partilhadas pelas pessoas, influenciando-as. As representações significam a circulação de todos os sistemas de classificações, todas as imagens e todas as descrições, mesmo as científicas (Moscovici, 2003). Para Abric (2000), essas representações têm um papel fundamental na dinâmica das relações e nas práticas sociais e respondem a quatro funções que as sustentam:

1) Função de saber: As RS permitem compreender e explicar a realidade. Elas permitem que os atores sociais adquiram os saberes práticos do senso comum em um quadro assimilável e compreensível, coerente com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem.

2) Função identitária: As RS definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. As representações têm por função situar os indivíduos e os

grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, compatível com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados.

3) Função de orientação: As RS guiam os comportamentos e as práticas. A representação é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.

4) Função justificadora: as representações permitem, *a posteriori*, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. As representações têm por função preservar e justificar a diferenciação social, e elas podem estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles.

Nessa concepção, as representações sociais funcionam como uma interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social. Essa interpretação vai determinar o comportamento e as práticas, ou seja, serve como guia para orientar as ações e essas relações sociais (Abric, 2000).

Por isso, o DSC pode ser visto como “um eu ampliado, ou seja, como uma tentativa de reconstituir um sujeito coletivo que, como (primeira) pessoa coletiva, esteja veiculando uma representação ou um discurso com conteúdo ampliado” (Lefèvre & Lefèvre, 2005, p. 58).

O propósito do DSC é identificar e descrever representações sociais, permitindo trabalhar com a diversidade em determinado grupo, levando em consideração tanto as semelhanças como as diferenças; ou seja, recuperando, num discurso coletivo, o semelhante e o diverso próprios dessas representações (Lefèvre & Lefèvre, 2010). É uma técnica desenvolvida por pesquisadores brasileiros, utilizada e aprimorada na Universidade de São Paulo (USP) desde o final da década de 1990.

A técnica do DSC auxilia a identificar a essência dos depoimentos de cada participante e a elaborar um discurso conjunto sintético que represente o discurso de uma coletividade de sujeitos. Segundo os próprios criadores (Lefèvre & Lefèvre, 2010), o DSC consiste em analisar o material verbal coletado, extraindo-se, de cada um dos depoimentos, as ideias centrais e/ou ancoragens e suas correspondentes expressões-chave; com as expressões-chave das ideias centrais ou ancoragens semelhantes compõe-se um ou vários discursos-síntese na primeira pessoa do singular.

O eu ampliado no DSC é compreendido, assim, por agregar em um discurso único os vários depoimentos com sentido semelhante. Dessa maneira, a técnica possibilita que parte considerável do conteúdo seja uma opinião compartilhada socialmente pelos sujeitos que participaram da pesquisa. O DSC se apresenta como um discurso individual, composto na primeira pessoa do singular. Manifesta o eu ampliado, ou seja, um discurso coletivo, relacionado a uma determinada opinião que pertence a um universo de opiniões possíveis da comunidade estudada, em um determinado tempo histórico.

Isso significa dizer que a técnica do DSC mantém os discursos dos sujeitos como eles foram proferidos, não realizando sínteses ou eliminações dos discursos originais. Pressupõe-se que, se o pensamento das pessoas se transforma em um discurso, a reflexão da coletividade que essas pessoas formam deveria ser analisada, também, como um discurso coletivo.

A técnica do DSC permite que discursos individuais de sujeitos de uma coletividade possam ter significados expressados como um discurso de sujeito único, na primeira pessoa do singular, que corresponde à união dos discursos de todos os sujeitos da coletividade, um sujeito coletivo. Dessa forma, são mantidas a diversidade e a complexidade dos dados gerados.

Os operadores do DSC, conforme Lefèvre e Lefèvre (2005), são os seguintes:

a) Expressões-Chave (ECh) – trechos selecionados de cada narrativa, que melhor descrevem o conteúdo dessa narrativa;

b) Ideias Centrais (ICs) – Frases sintéticas que descrevem os significados presentes nas narrativas dadas como respostas e também em conjuntos de respostas semelhantes ou complementares dadas por indivíduos distintos;

c) Ancoragens (ACs) – Semelhantes às ICs, só que descrevem ideologias, valores e crenças presentes nas narrativas;

d) Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs) – Formados pela união das ECh presentes nas narrativas, que tenham ICs e/ou ACs com significados semelhantes ou complementares. Essas ECh formam um discurso coletivo, redigido na primeira pessoa do singular, para expressar o pensamento coletivo na pessoa de um sujeito coletivo que profere o discurso.

5.6 Aspectos Éticos

Nesse estudo foram considerados os aspectos éticos preconizados na resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, que orienta sobre pesquisas que envolvem seres humanos (Brasil, 2007). Assim, a pesquisa preserva o rigor ético, no sentido de garantir a privacidade, evitar desconforto, risco e/ou constrangimento. Foram prestados os esclarecimentos quanto à garantia do anonimato e do sigilo de suas falas. Com isso, os participantes puderam sentir-se livres e seguros para externar posições francas e verdadeiras.

No primeiro contato com os participantes ocorreu a contextualização do estudo, momento onde eles foram informados dos objetivos da pesquisa e do Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE C). A concordância de participação espontânea no estudo expressou-se na assinatura do termo. Para a apresentação dos resultados preliminares, os bancários aposentados foram identificados com as letras do alfabeto, de A a G, como forma de preservar o caráter confidencial de suas identidades.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisou-se a forma como os idosos significam e vivenciam o tempo advindo da aposentadoria, o que determina suas escolhas e que tipos de atividades fazem parte do seu cotidiano. O fato de estarem em um grupo social com características muito particulares demanda uma abordagem que respeite essas especificidades e procure compreendê-las. Assim, este capítulo se estrutura com a contextualização dos resultados e as análises na fase *in loco*, em agosto de 2015.

6.1 Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa

Para melhor compreensão e organização dos resultados, foram elaboradas tabelas com os dados da pesquisa. O Quadro 1 enuncia as características do perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa, todos da AABNB (Fortaleza-CE).

QUADRO 1

Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa

Participante	Sexo	Idade	Escolaridade/ Formação	Ano da Aposentadoria	Tempo de aposentadoria	Renda Família
A	M	67	Administração e Filosofia	2001	13 anos	De 9 a 12 salários mínimos
B	M	71	Ciências econômicas	1990	24 anos	Mais de 13 salários mínimos
C	M	74	Engenharia	1993	21 anos	Mais de 13 salários mínimos
D	M	76	Ciências contábeis	1990	24 anos	Mais de 13 salários mínimos
E	M	76	Ciências contábeis	1986	28 anos	De 5 a 8 salários mínimos
F	M	79	Ciências contábeis	1985	29 anos	De 9 a 12 salários mínimos
G	M	82	Administração	1982	32 anos	De 9 a 12 salários mínimos

Fonte: Dados da pesquisa direta.

Como se pode observar no Quadro 1, os sete idosos, todos do sexo masculino, possuem uma faixa etária com idade mínima de 67 anos e máxima de 82 anos – média de 74 anos. A respeito do grau de escolaridade, todos possuem nível superior, a maioria ligada à área financeira, em especial com formação em ciências contábeis.

Quanto ao ano da aposentadoria, a maioria data, especialmente, da década de 80 e 90. A mais recente data foi no ano de 2001 e a mais antiga, em 1982. Dessa forma, o tempo de aposentadoria dos sujeitos entrevistados é de no mínimo 13 anos de aposentado e no máximo de 32 anos, perfazendo um tempo médio de aproximadamente 22 anos. Em relação à renda dos sujeitos da pesquisa, a média registrada foi de 9 salários mínimos.

6.2 Resultados do Teste de Associação Livre de Palavras – TALP

Após a coleta dos dados que caracterizaram o perfil sociodemográfico destes idosos, foi realizado o Teste de Associação Livre de Palavras – TALP com o objetivo de que os sujeitos da pesquisa citassem 6 palavras aleatórias que remetesse ao significado de tempo livre na concepção deles, respondendo ao questionamento: “O que vem à cabeça quando se fala em tempo livre?” O Quadro 2 apresenta a estruturação e a organização desse conteúdo, ou seja, as palavras representam os significados evocados pelos idosos aposentados no TALP.

QUADRO 2

Associação Livre de Palavras (TALP): significado de tempo livre

PALAVRAS EVOCADAS DOS SUJEITOS						
A	B	C	D	E	F	G
Ocupação	Trabalhar menos	Ociosidade	Ócio	Comodidade	Trabalho	Literatura
Novela	Passear	Inútil	Viagem	Tranquilidade	Leitura	Viagem
Futebol (TV)	Família	Lazer	Lazer	Descompromisso	Netos	Trabalho
Amigos	Pijama	Leitura	Saúde	Aproveitar o tempo	Lazer	Saúde
Orar	Bar	Família	Relacionamento (parentes)	Lazer	Responsabilidade	Família
Meditar	Ociosidade	Hobby	Família	Liberdade	Família	Parentesco

Fonte: Dados da pesquisa direta.

O Quadro 2 representa as 6 palavras evocadas por cada idoso entrevistado para a palavra indutora “tempo livre”, totalizando 42 evocações. Desta forma, as evocações obtidas com o TALP constituíram um banco de dados correspondente ao estímulo indutor, a partir do que foi possível proceder à análise do conteúdo, segundo a Teoria das Representações Sociais. Este recurso é significativo, pois “as palavras são utilizadas como instrumentos para realizar objetivos no interior de atividades humanas relativamente complexas, cuja descrição deve ser integrada em nosso exame dessas palavras” (Harré, 2001, p. 118).

Valer ressaltar que a escolha da ordem de importância é dada em relação à sequência de aparição do termo, ou seja, à ordem de evocação. Oliveira et al. (2005) afirmam a ideia de que no discurso, em geral, o essencial só surge após um tempo para o aquecimento, relação de confiança e minimização dos mecanismos de defesa. Nesse sentido, o Quadro 3 representa as palavras evocadas dos sujeitos por ordem de importância.

QUADRO 3

Palavras evocadas pelos sujeitos, por ordem de importância

Nº	A	B	C	D	E	F	G
1	Meditação	Família	Leitura	Ócio	Liberdade	Netos	Saúde
2	Amigos	Trabalhar menos	Família	Relacionamento (Parentes)	Prazer	Lazer	Literatura
3	Futebol	Passear	Ociosidade	Lazer	Comodidade	Responsabilidade	Trabalho
4	Novela	Bar	Hobby	Viagem	Tranquilidade	Família	Viagem
5	Ocupação	Pijama	Inútil	Saúde	Aproveitar o tempo	Leitura	Família
6	Orar	Ociosidade	Lazer	Família	Descompromisso	Trabalho	Parentesco

Fonte: Dados da pesquisa direta.

As palavras evocadas foram compiladas em um banco de dados que possibilitou identificar a frequência das evocações, propiciando a aproximação dos elementos da representação e a compreensão das distâncias estabelecidas entre as representações distribuídas sobre o plano gráfico (Oliveira et al., 2005). Nesse sentido, o Quadro 3 demonstra as categorias por aproximação de significados e a frequência das palavras evocadas pelos idosos aposentados, bem como o percentual relativo.

Dessa forma, as palavras foram agrupadas por categorização e por aproximação de significados, conforme revela o Quadro 4. O próximo passo foi elaborar e organizar as palavras evocadas que se parecem em essência, como por exemplo: “netos” e “família”, como parte de um mesmo universo, bem como a frequência das que aparecem em uma mesma categoria. Assim foi calculado o percentual final das aparições, como mostra o Quadro 4.

QUADRO 4

Categorização por aproximação de significados e frequência

PALAVRAS EVOCADAS	FREQUÊNCIA	CATEGORIZAÇÃO	PERCENTUAL
Família	5	Família = 8	19%
Netos	1		
Relacionamentos (parentes)	1		
Parentescos	1		
Amigos	1	Amigos = 1	2%
Lazer	4	Lazer = 6	14%
Bar	1		
Passear	1		
TV – Futebol	1	Entretenimento (TV) = 2	4%
Novela	1		
Pijama	1	Pijama = 1	2%
Hobby	1	Hobby = 1	2%
Trabalho/menos	2	Trabalho = 3	7%
Ocupação	1		
Aproveitar o tempo	1	Aproveitar o tempo = 1	2%
Ócio	1	Ócio = 1	2%
Ociosidade	2	Ociosidade = 1	2%
Inútil	1	Inútil = 1	2%
Responsabilidade	1	Responsabilidade = 1	2%
Descompromisso	1	Descompromisso = 1	2%
Comodidade	1	Comodidade = 1	2%
Tranquilidade	1	Tranquilidade = 1	2%
Leitura	2	Ler = 3	7%
Literatura	1		
Viagem	2	Turismo = 1	2%
Saúde	2	Saúde = 1	2%
Orar	1	Espiritualidade = 2	4%
Meditação	1		
Liberdade	1	Liberdade = 1	2%
Prazer	1	Prazer = 1	2%

Fonte: Dados da pesquisa direta.

As palavras foram bem variadas, mas ao mesmo tempo complementares nos campos do labor, lazer e lar. Assim, o quadro acima revela que as palavras “família” e “lazer”, novamente, são destaques dentre as demais. Esses achados coincidem com os resultados da pesquisa de Azevedo e Carvalho (2006) na qual os autores evidenciam que o momento da aposentadoria pode ser uma oportunidade de se agrupar em torno da família, tecendo laços a partir do lazer, pautando-se em critérios de pertencimento expressos a partir de uma convivência cotidiana, na qual constroem um sistema de amizades.

Incluindo o lazer nas relações de família, o idoso aposentado pode colaborar com a integração dos seus familiares. Assim, o lar do idoso aposentado e de sua família pode se tornar um centro de animação cuja missão principal é a alegria de viverem juntos, assegurando um estilo de vida com dignidade, valorizando e identificando nas redes de relações do lazer na família a principal razão da aposentadoria. Assim, os momentos de convivência familiar podem adquirir novos significados (Azevedo & Carvalho, 2006).

Assim, observa-se que a categoria identificada que mais se destacou dentre as demais – quanto ao significado de tempo livre para o idoso aposentado – foi a palavra família, que representa 19% do percentual. Pode-se inferir que a palavra “família” representa para o idoso aposentado uma célula significativa e relevante. Em seguida, a palavra “lazer” também aparece com mais frequência, com representação de 14%.

Diante deste contexto, pode-se inferir que, para os idosos aposentados, o tempo advindo da aposentadoria cria condições propícias para que este idoso passe a olhar para si e para o seu cotidiano com outra forma de perceber a vida, pautada por valores pessoais que o acompanharam durante toda sua trajetória até o momento atual.

Por meio dos achados do TALP, percebe-se que as categorias mais prevalentes se referem à família e ao lazer quando representam o tempo livre vivido no momento da aposentadoria. O lazer envolve atividades realizadas no tempo livre, entendido como liberado do trabalho; são atividades consideradas voltadas para o descanso, diversão e retomada das forças laborais (Martins, 2013).

Já a família é uma forma de aparato sociocultural que acolhe e dá suporte ao idoso, proporcionando o aumento de sua resiliência para se apropriar e/ou se adaptar em relação às mudanças biológicas e sociais decorrentes do avanço da idade, como a aposentadoria (Neri, 2006).

O tempo advindo da aposentadoria pode ser considerado um tempo livre ou não; para ser delimitado como livre, não precisa ser um tempo livre de obrigações – precisa ser um tempo autotélico, autônomo, que convoca percepções existenciais mais intrínsecas de si, com possibilidades de viver com mais qualidade e dignamente.

O lazer e a família apontam que o tempo advindo da aposentadoria convoca possibilidades opostas às atividades do tempo de obrigações e de trabalho, porém, para ser verdadeiramente um tempo livre, precisa ser um tempo dedicado a si mesmo e autônomo. O tempo advindo da aposentadoria pode ser um tempo de dedicação aos amigos e familiares, proporcionando o estabelecimento de relações nas quais se elabora e compartilha visões de mundo, negociam-se significados, criam-se cumplicidades com os diversos grupos, desenvolve-se maior independência emocional e se envolve mais no seu contexto social (Zamora et al., 1995).

Os benefícios do intercâmbio geracional são significativos para os idosos, podendo proporcionar o aumento da vitalidade, a melhoria da capacidade para enfrentar doenças, a diversidade das oportunidades de aprendizagem, o escape do isolamento, o

incremento da autoestima e da motivação e o desenvolvimento da amizade com gente mais nova (Sabater & Raya, 2009).

O lazer também assume nos dias atuais um caráter essencial frente à busca pela melhoria na qualidade de vida e no bem-estar subjetivo. Segundo Gomes (2003), apesar das perdas que sofrem devido à idade avançada, os idosos mantêm as mesmas necessidades psicológicas e sociais que possuíam nas outras fases da vida e, por isso, reconhecem e valorizam o lazer.

Ainda no pensamento do autor, mesmo com algumas dificuldades que possam aparecer no dia-a-dia, os idosos não abrem mão de vivenciar o lazer, qualquer que seja a idade. Através do lazer e do apoio da família, os idosos podem conquistar um tempo privilegiado para a obtenção de bem-estar e, assim, manterem-se mais saudáveis física, psicológica e socialmente, dando significado ao seu tempo nessas possibilidades.

Analisar o lazer e a família na aposentadoria é pensar sobre um conjunto de possibilidades nas quais o aposentado pode se engajar, como por exemplo, ter a oportunidade de interagir com as gerações mais jovens e de sentir que essa experiência de aposentado pode ser um momento de satisfação e realização pessoal, de construção daquilo que ele acalentou ao longo da vida – apontando, assim, esperança para essa nova fase da vida.

Portanto, o tempo advindo da aposentadoria pode ser percebido como um tempo liberado de obrigações que possibilita condições propícias para o desenvolvimento da autonomia do idoso apontado, imerso no contexto em foco, centrando-se em práticas de lazer. Assim, os momentos de convivência familiar podem adquirir novos significados.

6.3 Resultados do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC

Visando a uma melhor organização e compreensão dos dados da pesquisa, elaborou-se tabelas a partir das questões norteadoras, contemplando a categoria e as subcategorias encontradas, bem como a quantidade de sujeitos idosos correspondentes. Explicita-se o discurso do sujeito coletivo em pauta e suas discussões, estabelecendo um vínculo entre o conteúdo empírico dos depoimentos e os referenciais teóricos que embasaram este estudo.

QUADRO 5

Significado do tempo advindo da aposentadoria para os idosos

Categoria 1	Subcategorias Identificadas	Quantidade de Sujeitos
Significado do tempo advindo da aposentadoria para os idosos	A – Flexibilidade de horários	3
	B – Momento de oportunidades	2
	C – Tempo de nostalgia	2

Fonte: Dados da pesquisa direta.

Atendendo ao objetivo de conhecer o significado do tempo advindo da aposentadoria atribuído pelos idosos, os discursos apresentaram três subcategorias, a seguir:

Subcategoria A – FLEXIBILIDADE DE HORÁRIOS

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constituído a partir dos discursos dos sujeitos A, C e D:

O tempo livre para mim é não ter horário. Não é rígido. Significa flexibilidade.

O horário não determina a minha vida. Minha agenda quem faz sou eu. Mudo na hora que eu quiser. Não é engessada. É de acordo com a vontade e as atividades

do momento. É de acordo com as oportunidades, circunstancial. Chega uma hora em que precisamos parar, descansar e realizar outras atividades. Aproveito esse tempo para novos conhecimentos e criar atividades fora da rotina.

Neste discurso, observou-se a ênfase dada à flexibilidade de horários e à realização de atividades fora da rotina, o que se contrapõe à rigidez dos horários do labor no cotidiano antes da aposentadoria. O conceito da flexibilidade de horários representa a percepção de liberdade dos idosos ao administrarem seu tempo, ajustando-o às suas necessidades. Nessa perspectiva, novas rotinas podem emergir e elas pressupõem consciência e mais autonomia do tempo gerido.

Essa sensação de mais liberdade e autonomia após a aposentadoria é algo significativo, pois a oportunidade oferecida permite reestruturação da rotina, que pode se configurar menos rígida e com um ritmo de vida mais desejado, com elaborações percebidas como livres. Para Coni et al. (1996), a razão mais comum da ansiosa expectativa da aposentadoria é o ardente desejo de ver-se livre da rotina rigorosa e do horário atribuídos pelo trabalho remunerado.

Vale destacar que a liberdade e a autonomia têm uma relação diretamente proporcional, pois sem uma delas é difícil conceber a outra. Neste caso, para o idoso aposentado, escolher como utilizar o tempo advindo da aposentadoria é uma vantagem, seja através de atividades relacionadas ao descanso, à diversão ou ao desenvolvimento.

Assim, pode-se inferir que a aposentadoria é um processo de ajustamento e resignificação de nova relação com o tempo, que pode ser vivenciado com autonomia e liberdade. Ela pode ter como positivo a retomada de projetos, sonhos ou atividades com possibilidades para se descobrir, ou mesmo se reinventar – pois, por muito tempo, tais

anseios estiveram adormecidos, esquecidos ou estagnados em consequência do mundo laboral.

Autores como Zanelli (2012) acreditam na ideia de que a liberdade é uma prerrogativa do ser humano, embora se apropriar e saber optar pelo mais apazível, mais útil e mais salutar nem sempre seja tarefa fácil. Para Martins (2013), usufruir desse tempo com liberdade de maneira criativa, sem pressão externa, depende da consciência de valor sobre as próprias possibilidades do sujeito dentro do tempo.

É interessante destacar que antes da aposentadoria os sujeitos que já cultivam um estilo de vida mais flexível socialmente, não tão vinculado ao trabalho, já utilizam seu tempo livre para atividades de lazer com a família – por isso, provavelmente estarão mais preparados para vivenciar com maior qualidade o tempo advindo da aposentadoria, alcançando melhores resultados (França, 2009).

O trecho “O horário não determina a minha vida. Minha agenda quem faz sou eu. Mudo na hora que eu quiser” representa essa condução da própria vida pelo idoso; portanto, o tempo advindo da aposentadoria nesta categoria pode ser percebido como um tempo livre, uma vez que é expressivo o posicionamento dos sujeitos como protagonistas na condução de suas vidas em construir um ritmo de vida pautado em seus próprios desejos e estilos.

Subcategoria B – MOMENTO DE OPORTUNIDADES

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constituído com origem nos discursos dos sujeitos B e E:

São momentos de oportunidades e para oportunidades, que antes não se tinha muito tempo. Pode fazer um novo curso, aprender uma nova língua, passear, viajar, ficar com a família, resgatar sonhos que andavam guardados etc. Além de

ser uma melhor oportunidade de planejamento da vida. Enfim, ter um foco de interesse que dê estímulo. A pessoa não pode encarar a aposentadoria como alguém que parou e não tem mais o que fazer.

Neste discurso, é interessante notar que a noção de oportunidades no tempo advindo da aposentadoria está ligada a uma perspectiva otimista. Mesmo a aposentadoria configurando-se como um tempo compulsório, os idosos a percebem como um período de oportunidades e estímulos diversos, seja para adquirir novos conhecimentos, aprender novas línguas ou retomar sonhos, além das possibilidades de pensar e planejar a vida. Nessa essência, nascem as possibilidades do “fazer-prazer”, em que a ausência de obrigações laborais possibilita ao idoso se dedicar a fazer coisas que antes não se podia, dado o tempo ocupado com o trabalho assalariado.

É relevante pontuar que esse momento de oportunidades, expresso nas falas dos idosos, traz o desejo ou a necessidade de auto-realização, além de aproximá-los de experiências significativas e potencializadoras com grandes chances de ócio. A compreensão do conceito de ócio ressurge na contemporaneidade, haja vista a amplitude que o termo carrega, pelos sentidos diversos que toma e de acordo com as realidades de abordagens e interesses intrínsecos.

O termo ócio, apesar de sua antiguidade e de preconceitos herdados da Revolução Industrial, remete a termos subjetivos; a palavra “ócio” reaparece como sinônimo de ocupação desejada, apreciada e, também, resultado da escolha livre. É interessante ressaltar a atenção posta no significado atribuído por quem vivencia a experiência de ócio. Em geral, o ócio integra a forma de ser de cada sujeito, sendo expressão de sua identidade, observando-se que a experiência de ócio não é dependente da atividade em si, nem do tempo, do nível econômico ou da formação de quem o

vivencia, mas está relacionado com o sentido atribuído por quem o vive, conectando-se com o mundo da emotividade (Pinheiro, Rhoden & Martins, 2010).

Com essa perspectiva, o ócio emerge como uma experiência humana integral, centrada em atuações queridas, livres, satisfatórias e autotélicas (Cuenca, 2008). À luz de Codina (1999, 2002, 2004), ao usufruir o tempo livre enquanto possibilidade de ócio, o indivíduo pode expandir a capacidade de autoestima, autoconceito e autoimagem, enfatizando sua perspectiva como sujeito que potencialmente *se* pensa, *se* vê, *se* sente e *se* satisfaz através do seu comportamento.

Portanto, no DSC anterior é perceptível que dispor desse tempo advindo da aposentadoria convoca esses idosos a buscarem “um foco de interesse que dê estímulo” à vida, e por consequência os levem a possibilidades de apropriações por meio de atividades significativas, de livre escolha, de atitudes conscientes e usufruto do tempo percebido como livre.

Subcategoria C – TEMPO DE NOSTALGIA

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constituído com origem nos discursos dos sujeitos F e G:

Implica em não fazer nada. Ociosidade. Tédio. Tempo de Nostalgia. É o que eu procuro evitar. Procuro o que fazer. Me ocupo com diversas coisas, como por exemplo, vir à associação AABNB.

No discurso, observa-se que o conceito e o significado do tempo advindo da aposentadoria estão atrelados à possibilidade de não se fazer nada, caracterizada por uma concepção negativa, como algo que deve ser evitado. O ficar sem fazer nada é uma condição conhecida como um estado de inércia física e/ou intelectual (Silva, 1999).

Neri (2001) afirma que o indivíduo, ao longo da sua história de vida, encontra-se dividido entre as obrigações laborais e o desejo de se libertar destas tarefas e assim desfrutar de um tempo só para si. Mas, quando há este tempo para si, paradoxalmente, existe um incômodo por não saber o que fazer ou como lidar com essa circunstância. Tal incoerência é característica do processo de educação/formação da sociedade que não contempla a orientação do ser/existir num tempo de nada fazer.

Assim, o não saber como lidar com esse tempo advindo da aposentadoria abre espaço para a presença do tédio. Um elemento significativo para o desencadear de doenças psicopatológicas, uma vez que se encontra relacionado a um tempo desprovido de sentido. O conceito de tédio está atrelado há um tempo vagaroso, ausente de significado. “No tédio experimentamos a realidade do nada, ou melhor, o nada da realidade (...). O tédio remove um véu de significado das coisas e permitem que elas apareçam como vazias e efêmeras” (Svendsen, 2006, p. 142).

Portanto, mediante esse resultado, pode-se inferir um incômodo no discurso anterior: os momentos em que os sujeitos não realizam atividade alguma são entediantes, pois não produzem algo novo, não apresentam novas situações que produzam sentido para o tempo. Para explicitar as atividades desenvolvidas no tempo advindo da aposentadoria surgiram três subcategorias que serão apresentadas a seguir.

QUADRO 6

Atividades desenvolvidas no tempo advindo da aposentadoria

Categoria 2	Subcategorias Identificadas	Quantidade de Sujeitos
Atividades desenvolvidas no tempo advindo da aposentadoria	A – Lazer e turismo	4
	B – Adquirir novos conhecimentos	2
	C – Cuidados com a saúde	1

Fonte: Dados da pesquisa direta.

Subcategoria A – LAZER E TURISMO

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constituído com origem nos discursos dos sujeitos A, D, F e G:

Assistir televisão, programas de jornal e esporte, principalmente jogos de futebol; ficar em casa, me sinto bem e a vontade, é o meu cantinho! Receber visitas, brincar com os netos; ler; escrever; fazer textos literários; sair para passear... Passear no *shopping*, não necessariamente comprar, olhar as vitrines... mas posso comprar também. Sair para comer fora de casa ou conhecer um bom restaurante, conversar, encontrar com os amigos ou parentes, ir a eventos. Frequento e ajudo na sede da AABNB de forma sistemática. Participo de reuniões como voluntário em entidades. Viajar, conhecer lugares interessantes; sempre que posso, faço isso... é bom demais... independente se é pra conhecer lugares novos ou voltar pra um destino que já conheço. Enfim, são atividades prazerosas.

No DSC acima, nota-se que a atividade desenvolvida no tempo advindo da aposentadoria está voltada para o lazer e o turismo. O termo “lazer” convoca sentidos e concepções ligadas a atividades prazerosas, voltadas para três características principais: descanso, divertimento e desenvolvimento. Já o turismo, podemos considerá-lo como uma das ramificações e possibilidades de lazer, ligado à experiência de viajar.

O conceito de lazer refere-se a um conjunto de ocupações, às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação

social voluntária e sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1976).

O turismo, segundo a Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (OMTNU, 1995a), está ligado a atividades como viagens, com permanência em lugares distintos daqueles em que os sujeitos vivem por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins especiais de lazer.

Mediante os conceitos acima expostos e levando em consideração o DSC, pode-se inferir que sair para passear, viajar e interagir com familiares e amigos são oportunidades para os sujeitos desenvolverem novas aprendizagens em sua maturidade, desfrutando de possibilidades mais conscientes.

Existem alguns mitos que cultivam a ideia de que, nesta etapa da vida, os idosos estão presos a limitações, restrições e privações quanto às atividades desenvolvidas na aposentadoria. No entanto, os idosos podem, sim, gozar, praticar, investir e descobrir passatempos que estejam de acordo com suas preferências. Segundo Graeff (2002), passamos boa parte das nossas vidas tão ocupados, em especial com o labor, que quase não temos tempo para um *hobby*.

Com o tempo advindo da aposentadoria, parece que essa possibilidade aflora com mais naturalidade. Nesse sentido, o autor infere que se deve aproveitar ao máximo tais oportunidades. Logo, ter uma atividade de lazer é importante como válvula de escape e para combater o estresse cotidiano.

A prática de atividades prazerosas também influencia a saúde mental do idoso – pelo bem-estar subjetivo, aquisição de novas habilidades e socialização – pois emoções, sensações e sentimentos positivos, além de outras combinações prazerosas desprendidas e apreendidas, são significativos para a condição do ser (Veloz et al., 1999).

Nesse sentido, os talentos também podem ser trabalhados, desenvolvidos ou aprimorados. Eles não fazem referência às competências exigidas e valoradas pelo mercado laboral, mas, sobretudo, referem-se aos talentos intrínsecos a cada sujeito, talentos que necessitam ser potencializados e desenvolvidos.

Além disso, os idosos se apropriam do seu tempo de forma menos engessada, com possibilidades mais criativas, se comparado com o período laboral. Eles se permitem exercer atividades conforme seus gostos, suas necessidades e seus interesses, sem rigidez de planejamento, porém numa perspectiva mais circunstancial. Para Dets (1993), muitas vezes, alimentar a alma com a prática de atividades prazerosas e sem a rigidez de outrora permite aos idosos exercer com mais fluidez uma prática satisfatória e significativa.

No entanto, é essencial considerar a concepção que os próprios idosos constroem sobre a importância de atividades na fase idosa: considerar ser mais ativo ou menos ativo em determinadas áreas. Tal consideração deve ser feita com base nas expectativas que o próprio idoso tem para essa fase da vida e nas experiências vivenciadas por ele nos ambientes do cotidiano. É importante, pois, respeitar e considerar as subjetividades e o respeito com o tempo de cada um dos idosos na apropriação do tempo advindo da aposentadoria.

No discurso coletivo anterior, nota-se que, mesmo desvinculados do mundo laboral, estes idosos ainda sentem a necessidade de fazer parte desse universo, de alguma forma. A fidelidade com a associação que leva o nome da empresa é algo significativo. Deste modo, mesmo prestando serviço à classe em questão e não sendo remunerado por isso, há uma satisfação percebida, mesmo que mínima, mas que se revela qualitativamente na vida dos sujeitos.

A ocupação para alguns indivíduos é um importante elemento na construção da identidade pessoal. Porém, mesmo existindo essa ruptura com o passado, a pessoa precisa ajustar-se a uma nova condição. Neste caso específico, ficar perto da classe, saber o que ainda ocorre na empresa, ter ligações com funcionários e sentir-se útil são escolhas subjetivas significativas para estes aposentados (Alvarenga, 2009).

Por fim, no tocante às atividades desenvolvidas no tempo advindo da aposentadoria, os idosos destacaram lazer, turismo, redação e leitura como atividades preferidas. É essencial considerar como o idoso constrói prioridades e elege atividades preferidas. Assim, descobrir as preferências e ter autonomia de escolha do que fazer é imprescindível para que os benefícios da prática de atividades sejam observados, ao mesmo tempo em que provê benefícios individuais e interpessoais, aumentando a qualidade do bem-estar pessoal e social.

Além disso, como o idoso aposentado dispõe de mais horas que antes, ele pode começar a se questionar e refletir acerca de algumas atividades que gostava de fazer no passado, ou resgatar sonhos antigos que não puderam ser vividos de forma plena devido ao labor. Nesse novo momento da vida, o idoso pode retomar algumas atividades prazerosas.

Subcategoria B – ADQUIRIR NOVOS CONHECIMENTOS

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constituído com origem nos discursos dos sujeitos B e E:

Adquirir novos conhecimentos. Participar de congressos com o intuito de aprender; fazer pesquisas, estudar, ler e escrever, pois abre novos horizontes, expande e estimula a mente. Fico horas em frente ao computador escrevendo textos literários: crônicas, contos, artigos, críticas... Tento passar a minha

verdade e sentimentos através desses textos. Também pesquiso, sou muito curioso! Utilizo também a internet para isso... É importante adquirir e produzir novos conhecimentos... pra mim, tudo isso é uma terapia!

Neste discurso, é nítido o desejo dos idosos aposentados de continuarem aprendendo, instruindo-se e descobrindo-se. Para isso, eles se apropriam de atividades relacionadas a estudos, participação em eventos, congressos, pesquisas e leituras. É um equívoco inferir que os idosos não são capazes de aprender ou adquirirem novos conhecimentos, ou até mesmo serem criativos, pois muitos artistas, músicos, escritores e cientistas produziram grandes obras após os 70 anos, tais como Beethoven, Picasso, Verdi e Winston Churchill. A idade não determina, por si só, a criatividade e a capacidade de aprender.

Nessa perspectiva, Witczak (2005) enfatiza que a educação e a informação são alguns dos determinantes para a qualidade de vida dos sujeitos, favorecendo a longevidade dos idosos. Além disso, Salgado (2000) afirma que nesta fase da vida, junto com a idade, aumentam também as faculdades compreendidas no conceito de inteligência cristalizada – conhecimentos gerais, saber com base na experiência, vocabulário e compreensão de linguagem.

Desse modo, acredita-se que envelhecer não diminui o rendimento intelectual; pelo contrário, produz-se uma modificação de viés qualitativo, ou seja, surgem outras modalidades do complexo ato de pensar. O processo de adaptação e apropriação do tempo da aposentadoria por parte dos idosos dependerá, especialmente, das histórias pessoais pelas quais o sujeito passou e do modo como as enfrentou, das condições educacionais a ele oferecidas, do apoio do ambiente familiar e social e, principalmente, dos recursos econômicos que permitem o acesso às tecnologias, contribuindo para a

compensação das dificuldades cada vez maiores que lhe serão impostas pelo envelhecimento.

No processo de aprendizagem durante o envelhecimento, várias questões se apresentam. Uma delas, que vem sendo atualmente bastante enfatizada, é a aprendizagem do uso do computador como ferramenta de trabalho ou de comunicação e fonte de informação. O acesso à internet está cada vez mais popular entre os idosos. Dessa forma, percebe-se que aos poucos essa tecnologia vai dominando o universo deste segmento etário (Miranda & Farias, 2009).

Ultimamente, muitos especialistas têm recomendado aos idosos o acesso à internet como uma espécie de terapia, não somente com a finalidade de preencherem o tempo, mas também com propostas em outra dimensão. O contato com a tecnologia, por vezes, tem trazido a sensação da volta do sentimento de produtividade e a ampliação do círculo de amizades (Ximenes et al., 2012).

Nesse contexto, a educação permanente cria novas possibilidades para as metas de vida dos idosos, em razão de que, a partir da reflexão sobre o complexo sistema sócio-político-econômico, o idoso constrói uma nova consciência de si mesmo, percebendo as suas potencialidades e, conseqüentemente, obtendo uma melhor qualidade de vida em um período em que este sujeito também pode ser produtivo, mas não necessariamente na perspectiva capitalista-mercadológica.

As atividades ligadas a conhecimentos e aprendizagens advindas de diversos tipos de interações contribuem para que os idosos tenham mais oportunidades satisfatórias realizadas por livre escolha no tempo da aposentadoria (Zamora et al., 1995). É fato que os idosos merecem mais oportunidades no âmbito da educação, sendo fundamental o desenvolvimento de projetos políticos e sociais que possam garantir possibilidades ligadas à educação e afins nessa fase.

Segundo Veras e Caldas (2004), existem pelo menos 150 programas de Universidades da Terceira Idade (UTIs) que visam a proporcionar aos idosos um espaço de geração de novos conhecimentos, sendo capaz de promover a saúde e a cidadania do idoso. Para estes autores:

UTIs promovem a saúde e a qualidade em seu sentido mais amplo – aquele que toma como pressuposto ser a saúde expressão da vida com qualidade. Seu objetivo geral é contribuir para a elevação dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas idosas, utilizando as possibilidades existentes nas universidades (Veras & Caldas, 2004, p. 429).

Em relação aos benefícios resultantes da participação de idosos nas UTIs, Fenalti e Schwartz (2003) afirmam que “estes projetos podem proporcionar reflexões e um melhor entendimento sobre essa fase de vida, tanto para os idosos quanto para sociedade, pesquisadores e profissionais da área” (p. 134).

Diante deste cenário e fazendo um paralelo com o DSC descrito anteriormente, portanto, a vontade de aprender, de adquirir novos conhecimentos, emerge como possibilidades prazerosas e significativas atribuídas às atividades no tempo da aposentadoria.

Nessas atividades, o estímulo da mente contribui para o dinamismo do conhecimento e do aprendizado, que deságuam na disposição e na vontade de viver. Essas atividades exercidas no intuito de aprender, estudar e pesquisar parecem se distanciar de serem consideradas como imposições externas, voltando-se à livre escolha.

Vale destacar que o ato de escrever para estes idosos representa dar voz aos seus sentimentos, emoções, sensações e percepções. Alguns textos são publicados, ganham

fama, e outros simplesmente funcionam como forma de desabafar e expressar o que pensam. São complexas e infinitas as respostas para tentar definir o que é escrever e o que isso representa para eles. Uma delas estará ligada ao *frisson*, ao sabor, ao amor que se pode ter nas palavras quando se escreve. Esse sentimento pelas palavras, no contexto da leitura e da redação, pode ser associado ao sentimento de amor daqueles que quase inexplicavelmente se envolvem com a palavra.

Escrever, para os idosos, não significa apenas jogar palavras no papel; não diz respeito a uma mera técnica que pode ser desenvolvida em qualquer indivíduo que assim desejar; não se vincula ao ato simples de copiar um texto ou mesmo de criar um texto aproveitando algumas ideias postas em debate; não é simplesmente a representação gráfica da fala. Para eles, o ato de escrever se reveste de toda uma aura de luz e de sabor, de paixão e de desejo. Em geral, eles sentem a necessidade visceral de escrever.

Silva (2008), parafraseando o famoso escritor Henry Miller, define o ato de escrever como “uma viagem de descoberta, como um caminho aberto a ser percorrido, como uma criação. A escrita vinculava-se, em suas palavras, a processos de vida, movimentos, deveres; enfim, a uma viagem como um mergulho na formação” (p. 73).

Diante disso, a escrita pode ser uma possibilidade de criação e fomento de conhecimento que parte da subjetividade dos idosos aposentados, estabelecendo assim uma relação consigo por meio da escrita. Outro ponto interessante a respeito da escrita é a relação que esta pode estabelecer com a constituição de si próprio e, além disso, como o ato de escrever pode ser um meio de produção de sentido na própria vida. Nessa perspectiva, Silva (2008) caracteriza a escrita nos dois primeiros séculos do Império greco-romano como:

Cuidado de si. [A escrita] desempenhava, nessa conjuntura, juntamente com a leitura de textos tradicionais, um papel importante na educação e na formação dos sujeitos, pois aparecia aí como uma técnica de cuidado, de ocupação e domínio de si próprio (Silva, 2008, p. 46-47).

Por isso, associando com o DSC e tendo em vista que a vida dos idosos está perpassada pela dinâmica da sociedade contemporânea, pode-se inferir que a escrita deles, a leitura e o fomento de aquisição e produção de novos conhecimentos são formas de constituírem a si mesmos, criando e recriando conhecimentos e convicções acerca de si e da vida.

Subcategoria C – CUIDADOS COM A SAÚDE

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constituído com origem no discurso do sujeito C:

Gosto de fazer caminhadas diárias... Olhar a paisagem; pensar na vida; conversar, se tiver acompanhado... Enfim, essas coisas são legais. Cuido da alimentação, afinal, nesta idade não pode se descuidar. Ao mesmo tempo em que existem perdas, existem ganhos e isso faz com que a gente acredite que dá pra continuar a viver com qualidade, mesmo depois de ter se aposentado.

No DSC acima, nota-se a preocupação com a saúde e a percepção de qualidade de vida proveniente de cuidados, principalmente com a alimentação e com exercícios físicos, como as caminhadas diárias. Tais atitudes positivas ligadas ao bem-estar são algumas das possibilidades de apropriação do tempo advindo da aposentadoria, ou seja, há evidências de que este tempo, supostamente livre, pode ser percebido e utilizado em

prol da melhoria da saúde física e mental, através de estímulos internos e externos, mas respeitando as suas preferências para que se torne um hábito.

O conceito de “cuidados com a saúde” está ligado, em especial, com o bem-estar físico e mental. Assim, o idoso entende que estes cuidados são vitais para a sua qualidade de vida, mas também significa uma maneira de apropriar-se do tempo em prol da sua saúde, com benefícios de contemplação interna e externa, além de tomar posse dos seus limites, resistências e anseios ligados à saúde corporal e psicológica.

A relação da atividade física com a saúde vem sendo estimulada cada vez mais, tanto pelas mídias e academias quanto pelos diversos segmentos de serviços e produtos desenvolvidos com este fim. Para Assumpção, Morais e Fontoura (2002), a prática de exercícios físicos regulares tem como fator determinante o aumento da expectativa de vida das pessoas, prevenção de doenças e bem-estar.

Os meios de comunicação constantemente veiculam informações a respeito da necessidade de o idoso contemporâneo adotar atitudes e hábitos saudáveis no seu cotidiano. Os principais benefícios à saúde, além da resistência física, são a atuação na melhoria da autoestima e da imagem corporal, além da diminuição do estresse e da ansiedade.

Pesquisas revelam que 30 minutos de atividades físicas moderadas fazem com que os indivíduos diminuam os riscos de doenças associadas à vida pouco ativa. Além disso, as atividades físicas precisam estar ligadas à parte cognitiva, que envolve os sentimentos através de temas diários que vão ao encontro do interior, da realidade vivida por cada um. Nesse sentido, o idoso precisa ser tratado como ser único, não sendo generalizado dentro do grupo (Alves et al., 2011).

Quando o idoso está engajado num programa de atividade física regular e bem planejado, há a possibilidade de minimização de doenças patológicas, além de

oportunidades de envolvimento psicossocial, elevação da autoestima e implementação das funções cognitivas, fatores estes muito importantes no contexto dessa população (Pitanga, 2002).

Outras atividades, como as relacionadas a cuidados com a alimentação, também podem se revelar prazerosas. Nesse sentido, Dalla et.al (2005) revela que há uma relação direta entre alimentação e prazer, em que algumas estratégias de nutrição sobre o momento de alimentar-se podem gerar satisfação subjetiva.

Para os idosos, neste caso, o alimento pode acrescentar vida, prazer em estar vivo, pois ele saboreia e sente a vida. Para eles, mesmo com as alterações que sofrem no processo do envelhecimento, o momento de se alimentar tem seu papel significativo, pois o alimento é mais do que o material que se apresenta para nós: ele é um elemento de construção psíquica e social, que faz movimentar um corpo todo com ações e reflexões. Portanto, essas estratégias ligadas à saúde e ao bem-estar, presentes no DSC acima, podem servir de suporte para a readaptação do idoso aposentado e, ao mesmo tempo, proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Por meio deste DSC, identifica-se que as atividades em prol da saúde exercidas no tempo livre, consideradas pelos idosos, não podem ser constatadas como sendo de livre escolha, engajadas em um tempo verdadeiramente livre. Entretanto, no DSC está presente o otimismo e o desejo de se olhar para as perdas que a velhice trouxe e transcendê-las, adaptar-se e valorizar os ganhos que a idade lhe trouxe. Assim, o tempo advindo da aposentadoria revela ser, por meio do cuidar da saúde, um cuidado de voltar-se mais para si mesmo e perceber os benefícios da velhice, tendo perspectiva positiva perante a vida.

QUADRO 7

Impactos do tempo advindo da aposentadoria no estilo de vida do idoso

Categoria 3	Subcategorias Identificadas	Quantidade de Sujeitos
Impactos do tempo advindo da aposentadoria no estilo de vida do idoso	A – Tempo para fazer as coisas bem feitas	5
	B – Momentos de nostalgia	2

Fonte: Dados da pesquisa direta.

Subcategoria A – TEMPO PARA FAZER AS COISAS BEM FEITAS

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constituído com origem nos discursos dos sujeitos A, D, E, F e G:

Os impactos podem ser positivos: como a sensação de dever cumprido, poder cuidar da casa, cuidar da saúde, fazer novas amizades, enfim, tempo para fazer as coisas bem feitas, se quiser... o que vejo que muda é que as pessoas hoje estão buscando muitas coisas novas; eu diria que os impactos do tempo livre advindo da aposentadoria são 60% positivo e 40% negativo.

Neste discurso observa-se a ênfase dada ao lado positivo da aposentadoria, que apresenta um impacto de possibilidades e oportunidades vistas como significativas. Neste pensamento, Veras et al. (1987) corrobora com a ideia de que a maior disponibilidade de tempo advindo da aposentadoria permite ao idoso desenvolver atividades prazerosas de forma profunda e não mais superficial – atividades que por muito tempo, durante a vida laboral, estiveram adormecidas.

Assim, a quantidade de atividades já não é mais a grande questão para os idosos aposentados, mas a oportunidade de fazê-las com qualidade. Nesse caso, “menos é mais”, como afirma Honorré (2006, p. 22).

Nos dias de hoje, há uma perspectiva de que cada vez mais pessoas idosas investirão em atividades consideradas de qualidade e significativas, que ajudem a manter mente e corpo ativos e saudáveis, por meio de cursos, grupos de convivência, exercícios físicos e adoção de uma alimentação saudável.

Preparar-se para a aposentadoria é um processo de ajustamento de e para oportunidades com mais autonomia, liberdade e qualidade. Sendo assim, alguns autores apontam que a oportunidade oferecida pela aposentadoria é a reestruturação da rotina, que pode se configurar menos rígida e com um ritmo de vida mais desejado, com elaborações percebidas como livres (Caldas, 2009; Zanelli, 2012).

A aposentadoria pode ser uma etapa de reconstrução da vida e mesmo de construção de formas mais integradas e positivas de viver. Caso o idoso consiga encará-la como uma nova fase da vida repleta de novos desafios e possibilidades, então ele terá condições de aproveitá-la melhor. Sendo assim, essa busca de fazer “coisas novas” e ter tempo para “fazer as coisas bem feitas”, presentes no DSC, podem ser visualizados como uma forma de busca de reorganização e protagonismo na vida (Canedo, 2000).

O tempo advindo da aposentadoria pode ser considerado um processo, e neste processo o idoso se caracteriza pela capacidade de produzir, criar e se adaptar, com possibilidade de impactos em um estilo de vida mais aprazível. A aposentadoria, se bem preparada e estimulada, pode revelar-se bastante promissora em termos de realizações, projetos, planos e sonhos. Alguns autores argumentam que o preparo para esse período da existência humana deve ser tanto físico como espiritual, renovando os objetivos de vida do indivíduo (Fonseca, 2008; Melo, 1995).

Deste modo, para alguns idosos, a aposentadoria é assimilada de forma positiva, proporcionando uma reorganização da vida. Assim, aposentar-se pode ser renovação, aprendizado, recolocação e recriação de si. Além da possibilidade de novos desafios e

ricas experiências; um tempo com oportunidades para se viver uma vida que não se viveu antes. E esta é a genuína motivação para fazer diferente usando a experiência acumulada ao longo da vida para vivenciar o presente e investir em perspectiva futura.

Além de tudo, este período de aposentadoria, como relatado no DSC, pode ser vivido em busca de realização pessoais, novas aprendizagens e interesses; pode ser vivido em busca do reconhecimento de poder investir seu tempo em atividades que dá sentido de vida e prazer ao idoso aposentado.

Subcategoria B – MOMENTOS DE NOSTALGIA

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constituído com origem nos discursos dos sujeitos B e C:

Negativo, há momentos de nostalgia... porque ter tempo demais chega uma hora que é chato, com tendência a relaxar, ociosidade, tédio, preguiça. Também tive decepções entre pessoas depois disso. A idade chega e você passa a ficar isolado, amigos vão se afastando e até a própria família te isola, cada um segue o seu destino e constroem novos lares. A gente sente saudades da rotina, das pessoas, aquela coisa de levantar cedo e sair para trabalhar. Para mim, foi um pouco doloroso pela questão de readaptação.

Nesse discurso, é possível identificar a pouca importância dada ao tempo de aposentadoria, além da dificuldade para se adaptar à nova condição de vida. Paralelo a isso, devemos considerar que era, em parte, o trabalho que estruturava o tempo na vida da maioria desses sujeitos. As pessoas idosas e aposentadas fazem parte de um grupo social que tem como principal ponto comum o fato de que dedicaram uma grande parte

da vida ao trabalho, e agora passam de um tempo pleno de labor a outro sem aparentes obrigações profissionais.

O rompimento com as relações de trabalho tem impacto indiscutível no contexto global da vida, embora cada pessoa tenha uma maneira particular de vivenciá-lo. Segundo Zanelli (1996), quando chegam à aposentadoria, algumas pessoas acabam entediadas ou até mesmo deprimidas. Essa situação é compreensível, uma vez que não se sabe o que fazer com o tempo livre compulsório da aposentadoria, depois de tantos anos dedicados a uma ocupação remunerada.

Deste modo, o caso de “ter tempo demais”, encarado como “chato” ou ligado à “ociosidade”, como narrado no DSC, é uma indicação de que esses sujeitos idosos vivenciaram o dilema de não saber o que fazer com esse tempo. Martins (2008) alerta que ao longo da vida muitos não têm a oportunidade de orientação e preparação para vivenciar um tempo livre pleno de sentidos e significados, bem como as possibilidades de ócio, uma vez que são estimulados pelo pilar principal do capitalismo: o “ter”, que imprime o sentido da necessidade da produção e do consumo, em detrimento do “ser”. Portanto, encontrar o equilíbrio entre estar muito ocupado e ter tempo de sobra é uma tarefa delicada, pois a cada dia surgem novos obstáculos.

Além disso, outro ponto apresentado pelos idosos entrevistados refere-se às perdas e ao afastamento de amigos e familiares nesta fase da vida. Para Kunzler (2009), essa questão de reduzir o círculo de amigos e familiares faz com que muitos idosos se sintam solitários, retraídos ou isolados, gerando consequências negativas na vida do idoso aposentado, uma vez que ele já não se sente mais incluído nos objetivos dos outros. Esse aspecto pode gerar momentos de nostalgia/melancolia, bem como situações mais graves de patologias, dependendo da relevância dessas questões em sua vida.

Nesse sentido, como fora evidenciado no DSC, a readaptação não é fácil, principalmente quando não há uma preparação e/ou um planejamento para tal, sendo muito importante o contexto familiar e o círculo de amizade como pontos de apoio e de suporte para a readaptação do cotidiano destes idosos.

Quando se há um foco de interesse e projetos de vida para além do mundo laboral, o tempo advindo da aposentadoria pode ser um impulsionador; pode ser a oportunidade esperada para a realização de outros projetos de vida. Porém, neste caso, o tempo advindo da aposentadoria, para estes sujeitos, veio permeado de angústia; eles consideram que não sabem mais viver fora do mundo laboral e lidar com o tempo livre de obrigações.

QUADRO 8

Importância do tempo advindo da aposentadoria

Categoria 4	Subcategorias Identificadas	Quantidade de Sujeitos
Importância do tempo advindo da aposentadoria	A – Realização de atividades prazerosas	5
	B – ociosidade	2

Fonte: Dados da pesquisa direta.

Subcategoria A – REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRAZEROSAS

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constituído com origem nos discursos dos sujeitos A, D, E, F e G:

O tempo livre é muito importante. Diria que é necessário. Vital. Ajuda a quebrar a rotina. Poder fazer mais as coisas, como: cuidar da saúde, manter-se saudável, fazer exercícios, fazer *check-up*, ler, escrever, passear, sem limite determinado, participar de seminários, fóruns, fazer cursos; estes, quando aparecem na

internet eu me matriculo, principalmente se forem de graça! Descanso de modo geral. Gosto de observar o comportamento do ser humano.

Neste discurso, o tempo advindo da aposentadoria é percebido como algo de fundamental relevância, trazendo consigo possibilidades e oportunidades interessantes e desejáveis; dentre elas, tempo para cuidar da saúde, ler, escrever, lazer, e outras atividades que são compreendidas a partir de sua relação com a necessidade do idoso. O descanso e o relaxamento também fazem parte desse contexto, bem como o aprimoramento de habilidades e conhecimentos por meio da participação em cursos e outros eventos.

É nesse tempo de experiências que afloram as potencialidades do fazer prazer. É um tempo forte de construções pessoais e relações sociais, em que o prazer experimentado no envolvimento com as atividades é fator fundamental para o bem-estar do idoso.

Há uma associação relevante entre a prática de atividades prazerosas e o estado de humor, ou seja, quanto mais um indivíduo estiver engajado em atividades prazerosas, melhor será seu estado de humor, pois o engajamento em eventos ou atividades consideradas prazerosas pelo indivíduo resulta em consequências positivas para o mesmo, nas dimensões biopsicossociais. Quanto menos o indivíduo estiver engajado em atividades prazerosas, menos consequências positivas e maior chance de experimentar desânimo, o que pode evoluir para um quadro de depressão (Lewinsohn & Libet, 1972).

A vantagem do tempo livre advindo da aposentadoria está relacionada à liberdade de que o idoso dispõe para escolher aquilo que lhe aprouver, tanto para fazer como para deixar de fazer.

Este é um tempo em que a gente se dá o direito de escolha em realizar o que dá mais satisfação, coisas que até agora tinha que abdicar em favor do trabalho, dos filhos ou de outras responsabilidades inadiáveis e intransferíveis, mas hoje pode fazer com prazer (Giardino & Cardozo, 2009, p. 63).

O prazer tem sido identificado como um fator fundamental para o bem-estar, abrindo a perspectiva de que não apenas as atividades de lazer, mas qualquer atividade relacionada com o prazer pode ter efeitos positivos na saúde mental. Tomando por base essa ideia, não é a atividade propriamente dita que seria positiva ou não para a saúde mental do indivíduo, mas sim as consequências obtidas por meio do envolvimento na atividade – como, por exemplo, o prazer que o indivíduo experimenta ao realizá-la. Elevada concentração, perda da noção do tempo, experiência intrínseca de recompensa e um equilíbrio entre desafio e senso de domínio são alguns dos fatores considerados como sendo responsáveis pelo prazer trazido pela prática de atividades (Diogo et.al, 2003).

Desta forma, um aspecto importante a ser considerado é o interesse do idoso em praticar ou não determinado tipo de atividade, incluindo atividades novas. Por esse motivo, descobrir as preferências dos idosos e dar-lhes controle para que escolham o que fazer é imprescindível para que os benefícios da prática de atividades sejam visíveis e eficazes.

Calvert (2009) afirma que essa é a hora de crescer emocionalmente e aproveitar a vida através desse tempo entendido como livre. Viver plenamente o fazer e o prazer é uma conquista que também significa crescimento. Assim, esse tempo pode se apresentar como um tempo de reconstrução, de novos investimentos e de novas descobertas, projetos criativos elaborados a partir da tomada de consciência da sua situação de

sujeito socialmente construído, podendo lhe oportunizar um novo relacionamento com a vida e com o aproveitamento desse tempo de que dispõe, a despeito de todas as limitações que lhe são impostas.

Com o tempo advindo da aposentadoria, sua importância traduz em apropriar-se cotidianamente desse momento da vida e desfrutá-la positivamente. Transformar o tempo advindo da aposentadoria em tempo verdadeiramente livre é um desafio, e por vezes, vivenciado com dificuldades, pois somos convocados a todo o momento a ocupar tal tempo de maneira inconsciente, alienada ou heterocondicionada, isto é, sob imposição externa. No entanto, no DSC percebemos fatores que direcionam os sujeitos para um tempo percebido como livre, onde está presente o “fazer o que se gosta”, sendo entendido como um momento muito importante e vital, com um tom de autonomia por serem atividades convocadas por si, desaguando em apropriações subjetivas expressivas.

Subcategoria B – OCIOSIDADE

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) constituído com origem nos discursos dos sujeitos B e C:

Pra mim, o tempo livre tem pouca importância. É importante fazer uso dele. Procuro preenchê-lo. Evito ficar ocioso. Na verdade, não sei o que ainda estou fazendo aqui, Deus já podia ter me levado!

No DSC em questão, percebe-se um paradoxo quanto à relevância do tempo advindo da aposentadoria que expressa um fardo pesado para carregar e impera a necessidade de preenchê-lo de forma automatizada, apenas para manter-se ocupado.

Portanto, o pouco valor atribuído ao tempo advindo da aposentadoria revela-se desafiador, pelas dificuldades em não saber lidar com ele, o que causou mal-estar para estes idosos. Assim, o tempo não ocupado pelo idoso aposentado está atrelado até mesmo ao pessimismo em relação à vida, ou seja, o fato aparece como um dos motivos de desgosto, desânimo e apatia perante a vida.

Quanto à ociosidade mencionada no DSC, o tempo advindo da aposentadoria apresenta essa realidade que incomoda e que procura ser evitada e superada pelo idoso. A ociosidade está associada ao não fazer nada, sinônimo de inatividade, e nesse sentido é avesso a qualquer tipo de trabalho ou esforço físico-mental. Nesta concepção, a ociosidade está recheada de conotações negativas e perigosas à saúde física e psíquica dos sujeitos, por isso, há tentativas de evitar esta condição.

A pouca importância dada ao tempo advindo da aposentadoria reflete a visão de que este tempo não é percebido como livre, bem como são ignoradas as suas potencialidades e possibilidades subjetivas. Assim, a aposentadoria pode ser algo indesejado, permeada de conflitos em função da centralidade que o trabalho pode exercer na constituição identitária dos sujeitos, uma vez que a sociedade supervaloriza o ter e a produtividade. Para Soares et al. (2007), o ser humano aposentado pode ser visto como um sujeito na contramão do projeto ideológico do trabalhador no qual ele foi condicionado durante a maior parte da vida.

Diante desse vazio social que a aposentadoria pode produzir na vida dos idosos, Geis (2003) alega que é necessário reconhecer as potencialidades deste sujeito idoso aposentado a fim de que ele busque atividades ou realização pessoais gratificantes para si no seu cotidiano, que o auxiliem a mobilizar seus recursos e superar o desânimo e desmotivação perante a vida.

A pedagogia social de como preencher o tempo livre ainda é incipiente. De acordo com o DSC, os idosos imersos neste contexto tendem a se sentir mais perdidos e mais distantes deles mesmos, das convicções e dos valores pessoais que fizeram parte de sua vida, declinando ainda mais seu bem-estar subjetivo e sua qualidade de vida.

Portanto, sobre essas questões, o que pode acontecer, passado o período de encantamento e desejo da condição de aposentado, é o surgimento do tédio e da sensação de angústia, capazes de levar à depressão. É quando o indivíduo se vê sem o sobrenome corporativo e sem aquela agenda cheia de compromissos, o que começa a fazer falta. Não raro, o que se vê é uma nostalgia da correria de antes, já que o vazio passa a fazer parte dessa nova fase. Começa então o grande desafio de descobrir como dar significado aos anos extras (Giardino & Cardozo, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aposentadoria marca um ritual social, um importante ciclo na vida dos sujeitos idosos de diferentes realidades. Os limites ou as possibilidades do idoso frente à aposentadoria são apreensões subjetivas e complexas que vem imbuída de uma nova perspectiva de vida. Entretanto, não existe uma receita pré-definida de como vivenciar e enfrentar as possibilidades e limites que a aposentadoria pode proporcionar.

De fato, a aposentadoria surge como uma ruptura e uma ponte para um novo cotidiano, após anos dedicados à vida laboral, implicando na reorganização e reelaboração do projeto de vida. Nesse período, surgem novas atividades, possibilidades, processos, apropriações e significados. Essas apreensões deságuam em como o ator principal deste processo, o idoso, é capaz de experienciar a utilização do tempo advindo da aposentadoria atribuindo-lhe significados.

Nesse sentido, viver a aposentadoria representa rever toda uma rotina anterior, repensando antigos hábitos e adotando outros novos, visando a uma vida que pode incluir retomada de antigos projetos e atividades que foram sendo postergadas ao longo da rotina de trabalho e das responsabilidades assumidas durante a vida. Deste modo, a aposentadoria representa uma importante fase de transição na vida do idoso, podendo ser compreendida de forma positiva ou não, de acordo com a trajetória de vida, as expectativas e experiências dos sujeitos em questão.

Compreender o tempo da aposentadoria na vida dos idosos deste estudo implica, antes, em conhecer as formas de expressar como é envelhecer; se aposentar em um mundo cada vez mais focalizado na globalização, na estética com as contradições que demarcam uma sociedade que envelhece, progressivamente, mas que ainda carece (re)conhecer o processo de envelhecer, seus limites e possibilidades de viver uma vida

digna enfrentando e desafiando estereótipos em busca de um envelhecimento significativo.

Neste estudo foram identificados significados do tempo advindo da aposentadoria para idosos, dentre a vontade de aproveitar a aposentadoria para descansar e realizar tarefas às quais antes não tinha tempo, o desejo de vivenciar o novo, mas com perspectivas e planos positivos para suas vidas durante a aposentadoria, a significados ligados a ociosidade, tédio e nostalgia.

Diante das constatações e do aporte teórico apresentado, o estudo constituiu-se importante alvo de reflexão e discussão da diversidade quanto ao significado da apropriação do tempo advindo da aposentadoria e sua potencialidade quanto à utilização consciente desse tempo, uma vez que esses aspectos podem repercutir diretamente na qualidade de vida dos idosos aposentados.

O objetivo proposto neste estudo foi paulatinamente alcançado, na medida em que se abordaram os significados do tempo advindo da aposentadoria – em especial com idosos aposentados da Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste (AABNB) de Fortaleza-CE, com assino em suportes teóricos num percurso de elaboração que abarcou o cenário contemporâneo.

Vale destacar que a investigação de caráter qualitativo permitiu um maior contato com esses idosos no sentido de potencializar o conhecimento das nuances voltadas para os significados do tempo livre advindo da aposentadoria, que resultou no relato das atividades desenvolvidas, impactos em suas vidas e a importância dada a esse tempo no processo de envelhecimento.

A população idosa precisa ser reconhecida em suas potencialidades e isso envolve a consideração da diversidade que constitui o envelhecimento na

contemporaneidade, com espaço para discussões sobre conhecimento, práticas de saúde e promoção de bem-estar.

Assim, os resultados da pesquisa quanto ao significado do tempo advindo da aposentadoria teve duas vertentes: TALP e DSC. Quanto ao Teste de Associação Livre de Palavras – TALP apontaram que as palavras mais prevalentes se referem à família e ao lazer, que constituíram também as palavras mais importantes e de maior frequência nas evocações por parte dos idosos entrevistados.

O lazer envolve atividades prazerosas realizadas no tempo entendido como livre, por meio de práticas voltadas para o descanso, diversão e desenvolvimento. A opção pelo lazer nessa fase da vida pode ser considerada uma mudança positiva, uma vez que há a predisposição de usufruir maior tempo livre.

Já a família é uma forma de aparato sociocultural que acolhe e dá suporte ao idoso, fazendo com que ele venha a aumentar sua resiliência para se apropriar e/ou se adaptar em relação ao tempo advindo da aposentadoria.

Em relação ao Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, os significados do tempo advindo da aposentadoria atribuídos pelos idosos estão atrelados à flexibilidade de horários, momento de oportunidades e tempo de nostalgia. Em relação às atividades desenvolvidas no tempo advindo da aposentadoria, foram destacadas: o lazer e o turismo, adquirir novos conhecimentos e cuidado com a saúde. Assim, estas atividades eleitas pelos idosos, dotadas de sentido, significado e consciência, podem ser consideradas experiências potencializadoras de vida, levando em consideração o que os passa, o que os acontece, o que os toca.

Logo, a função que determinada atividade cumpre só pode ser analisada e compreendida a partir do significado que o idoso lhe atribui. Assim, quando há de fato apropriação do tempo percebido como livre, emergem possibilidades subjetivas

geradoras de engrandecimento e protagonismo nas temporalidades hodiernas de forma satisfatória, tanto a nível individual quanto social.

O tempo advindo da aposentadoria pode ser resumido quanto ao impacto em dois aspectos paradoxais: tempo para fazer as coisas bem feitas e momento de nostalgia; quanto à importância desse tempo, alguns idosos enxergam oportunidades de apropriação através de atividades variadas e prazerosas, outros idosos apontam esse tempo como algo negativo, não valorizado, podendo até fazer surgir um conflito existencial sobre a gestão do tempo vivido e da finitude.

Neste contexto, constatou-se que, apesar de não ter havido grandes planejamentos ou preparos para a aposentadoria, a maioria dos idosos entrevistados demonstraram uma visão positiva do tempo percebido como livre advindo da aposentadoria, destacando as possibilidades da realização de atividades consideradas prazerosas, potencializadoras de vida e de ócio. Vale destacar que a essência do ócio, enquanto experiência subjetiva significativa é uma virtude e que os faz sentir livres.

Entretanto, alguns idosos participantes da pesquisa relataram a necessidade de preencher o tempo percebido como livre para se sentirem tomados por ocupações de várias ordens, evitando a ociosidade. Contudo, o pressuposto foi confirmado, uma vez que o tempo advindo da aposentadoria para o idoso, na contemporaneidade, transcende o descanso e o recolhimento e possibilita uma vivência mais significativa na concretização dos seus projetos de maior aproximação com a família, o lazer e o ócio. Mesmo que seja uma condição compulsória, este tempo se mostrou, para os idosos aposentados, um tempo de possibilidades para retomar projetos parados e sonhos abdicados em favor dos filhos ou mesmo por conta do trabalho.

Assim, conforme identificado, o tempo advindo da aposentadoria configura-se como um tempo percebido como livre. Significa experiências eleitas e queridas no

âmbito da percepção de liberdade, que facilitam e deságuam em desenvolvimento e fortalecimento individual.

No decorrer da investigação proposta e realizada, identificou-se o fato de que os significados do tempo advindo da aposentadoria são motivados por uma meta interna, mas têm influências externas, pois há experiências gratificantes e desinteressadas identificadas, bem como há elementos externos que influências e permeiam, como: opiniões, culturas, dentre outras.

Revelou-se no transcorrer desta tese que os significados do tempo advindo da aposentadoria deságuam em benefícios que aparecem como um adjutório na constituição de uma personalidade saudável, da vida com qualidade, da melhoria na condição existencial do indivíduo. O objetivo foi alcançado, pois, se conseguiu obter as informações propostas.

O estudo realizado apresentou limitações quanto à definição e segmentação dos participantes da pesquisa, tendo em vista que ela foi aleatória e intencional. Outra limitação se refere ao número reduzido dos entrevistados, que permite considerar os resultados encontrados apenas para o segmento em questão.

Por fim, espera-se que a conclusão dessa pesquisa possa contribuir para o aprimoramento dos estudos sobre o tempo advindo da aposentadoria e levantar reflexões pertinentes. Ampliar pesquisas envolvendo essa faixa etária nos possibilita alargar a visão complexa da realidade dessa faixa etária, com potencialidade para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para usufru do tempo da aposentadoria, de forma a contemplar e fortalecer as ações de promoção da qualidade de vida e satisfação do idoso.

A pesquisa é responsável pela construção de conhecimento; através dela encontramos respostas para as questões que surgem no dia a dia. Como exposto neste

trabalho, através do fazer científico, dos métodos e técnicas apropriadas, o estudante tem condições, a partir dos seus achados, ir à busca de respostas ou soluções para outros estudos afins.

Desta forma, a partir desse estudo, propõem-se novas hipóteses que me apontam para novos trabalhos sobre a temática do tempo da aposentadoria, são elas:

- O tempo da aposentadoria pode significar lazer, quando o sujeito se propõe a realização de atividades eleitas prazerosas;

- O tempo da aposentadoria pode significar ócio, uma vez que as experiências das atividades eleitas neste tempo se revelam significativas e conscientes, onde o sujeito é protagonista.

O estudo aponta a compor muitas possibilidades diante do tempo da aposentadoria especificamente para esta categoria (idosos).

REFERÊNCIAS

- Abric, J.-C. (2000). O estudo experimental das representações sociais. In D. Jodelet (Org.), *Representações sociais* (pp. 155-172). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Abric, J. C. (2001). L'approche structurale des représentations sociales: développement récentes. *Psychologie & Société*, 4(s/n), 81-103.
- Adler, E. (1999). Aspectos emocionais da aposentadoria. In R. P. Veras (Org.), *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição* (pp. 143-148). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Alvarenga, L. N., Kyan, L., Bitencourt, B., & Wanderley, K. S. (2009). Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. *Revista Enfermagem USP*, 43(4), 796-802.
- Andreoli, T. E. et al. (1998). *Cecil: medicina interna básica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Aquino, C. A. B. (2008). O tempo como elemento central de análise da relação entre ócio e trabalho na modernidade. In M. C. Cuenca, & J. C. O. Martins (Orgs.), *Ócio para viver no século XXI* (pp. 125-143). Fortaleza: As Musas.
- Aquino, C. A. B., & Martins, J. C. O. (2008). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade que centraliza o tempo de trabalho. In M. C. Cuenca, & J. C. O. Martins (Orgs.), *Ócio para viver no século XXI* (pp. 201-218). Fortaleza, CE: As Musas.
- Aquino, C. A., & Martins, J. C. (2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade de consumo e do trabalho. *Mal-estar e Subjetividade*, 7(2), 479-500.
- Aranha, M. (2003). *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna.
- Arendt, H. (1972). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.

- Assumpção, L. O. T., Morais, P. P., Fontoura, H. (2002). Relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida. *Lecturas: EF y Deportes*, 8(52), 29-34.
- Augras, M. (1986). *O Ser da Compreensão: Fenomenologia da Situação de Psicodiagnóstico*. Petrópolis: Vozes.
- Azevedo, J. R. (1998). *Ficar jovem leva tempo – um guia para viver melhor*. São Paulo: Saraiva.
- Azevedo, R., & Carvalho, A. (2006). O lugar da família na rede social do lazer após a aposentadoria. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 16(3), 76-82.
- Bacelar, R. (1999). *Envelhecimento e produtividade: processos de subjetivação*. Recife: Fasa.
- Bancaleiro, J. (2011). Talentos vs Talentos. *Exit*, 26(32), 32-33.
- Barbieri, J. C. (2004). *Gestão ambiental empresarial*. São Paulo: Saraiva.
- Barbosa, A. M. (2007). *A imagem no ensino da arte*. São Paulo: Perspectiva.
- Barros, J. A. C. (2002). *Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico? Saúde social [online]*, 11(1), 67-84.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Beauvoir, S. de. (1990). *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Berlinck, M. T. (2000). *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta.
- Beriain, J. (2008). *Aceleración y tiranía del presente: la metamorfosis en las estructuras temporales de la modernidad*. Barcelona: Antropos.

- Bize, P. R., & Vallier, C. (1995). *Uma vida nova: a terceira idade*. São Paulo: Editorial Verbo.
- Bogdan, R. S., & Biken, S. (2003). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(3), 68-80.
- Borges, A. P. A., & Coimbra, A. M. C. (Org.). (2010). *Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.
- Bosi, E. (1987). *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê.
- Brasil. (2003). *Legislação sobre o idoso: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do idoso) e legislação correlata, Pub. L. Nº. 104*. Brasil: Câmara dos Deputados, Coordenação de Edições Câmara.
- Brêtas, A. C. P. (2003). Cuidadores de idosos e o sistema único de saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 56(3), 298-301.
- Brief, A. P., & Nord, W. R. (1990). *Meaning of Occupation Work*. Toronto: Lexington Books.
- Brito, F. C., & Litvoc, C. J. (2004). Conceitos básicos. In F. C. Brito, & C. Litvoc (Orgs.), *Envelhecimento – prevenção e promoção de saúde* (pp. 20-36). São Paulo: Atheneu.

- Bruns, M. A., & Abreu, A. S. (1997). O envelhecimento: Encantos e desencantos da aposentadoria. *Revista da ABOP*, 1(1), 5-33.
- Cabral, I. E., & Tyrrell, M. A. R. T. O objeto de estudo e a abordagem de pesquisa qualitativa na enfermagem. In: Gauthier et al. (Org.), *Pesquisa em Enfermagem novas metodologias aplicadas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125-137.
- Cachioni, M. (2002). *Formação profissional, motivos e crenças relativas à velhice e ao desenvolvimento pessoal entre professores de Universidades da Terceira Idade*. Tese (Doutorado em Educação, Concentração em Gerontologia), Universidade de Campinas, Campinas, SP, Brasil. 260 f.
- Caetano, L. M. (2006). O Idoso e a atividade física. *Revista de Educação*, 11(124), 130-194.
- Caldas, C. P. (2009). Preparação para uma aposentadoria ativa. In J. C. B. Júnior (Org.), *Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade* (pp. 141-151). São Paulo: Edicon.
- Calegari, K. (1997). *Lazer e aposentadoria: relações e significados*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. 159 f.
- Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Calvert, G. F. (2009). *Terceira idade: a aposentadoria e o manejo do tempo livre*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais), Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis, MG, Brasil. 163 f.

- Capodiecici, S. (2000). *A idade dos sentimentos: amor e sexualidade após os sessenta anos*. Bauru: EDUSC.
- Canedo, I. R. (2000). Reorientação profissional na aposentadoria. In M. D. Lisboa, & D. H. P. Soares (Org.), *Orientação profissional em ação: formação e prática de orientadores* (pp. 183-200). São Paulo: Sumus.
- Cardoso, D. de Moraes. (2004). Longevidade de tempo livre: novas propostas de participação social e valorização do idoso. *A Terceira Idade*, 15(30), 36-51.
- Castells, M. (2001). *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Castro, F. V., Diaz, A. V. D., & Veja, J. L. V. (1999). *Construcción psicológica da la identidad regional: tópicos y estereótipos en el processo de socialización el referente a Extremadura* (pp. 63-66). Badajoz: GDP de Badajoz.
- Codina, N. (1999). Los deportes de aventura como “ocio serio” y su impacto en la calidad de vida. In *Anais do Congresso Nacional de Psicologia de la Actividad Fisica y el Desporte*, 7. Murcia, v. 2, p. 166-172, 1999.
- Codina, N. (2002). El ocio en sistema complejo del *self*. In M. J. Cava (Org.), *Propuestas alternativas de investigación sobre ocio* (pp. 57-72). Documentos de estudios de ocio, 20. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Codina, N. (2004). Una aproximación a la complejidad del tiempo libre y del *self* mediante la aplicación cualitativa secuencial de los presupuestos del tiempo. *Encuentros en Psicología Social*, 2(1), 332-340.
- Codo, W. (1996). *Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer)*. In A. Tamayo, J. E. Borges-Andrade, & W. Codo (Orgs), *Trabalho, organizações e cultura* (pp.

- 36-55). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.
- Conceição, L. (2010). Saúde do idoso: orientações ao cuidador do idoso acamado. *Revista Médica de Minas Gerais*, 20(1), 81-91.
- Coni, N., Davison, W., & Webster, S. (1996). *O envelhecimento*. São Paulo: Experimento.
- Correa, M. R. (2009). *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Costa Neto, Y. C. (2004). *Bancos oficiais do Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento*. Brasília: Banco Central do Brasil.
- Coutinho, M. P. (2003). *Representações Sociais: Abordagem Interdisciplinar*. João Pessoa: Universitária UFPB.
- Creswell, J. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Bookman.
- Crossetti, M. G. O. (1997). *Processo de cuidar: uma aproximação à questão existencial da enfermagem*. Tese (Doutorado em Filosofia na Enfermagem), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 251 f.
- Cuenca, M. C. (1995). *Temas de pedagogía del ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca, M. C. (2003). *Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio* (Documentos de Estudios de Ocio, Num.16). Bilbao, España: Instituto de Estudios de Ócio/ Universidad de Deusto.
- Cuenca, M. C. (2004). *Pedagogia del Ocio: modelos y propuestas*. Bilbao: Universidade de Deusto.

- Cuenca, M. C. (Org.) (2006). *Aproximación multidisciplinar a los Estudios de Ocio* (Documentos de Estudios de Ocio, 31). Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca, M. C. (2008). Ócio Humanista. In M. C. Cuenca, & J. C. Martins (Orgs.), *Ócio para viver no século XXI* (pp. 35-55). Fortaleza: As Musas.
- Cuenca, & J. C. Martins (Orgs.) (2008). *Ócio para viver no século XXI*. Fortaleza: As Musas.
- Da Cunha, N. M. D., (2010). A expropriação do tempo livre do trabalhador na atual reestruturação capitalista: o trabalho voluntário no âmbito da responsabilidade social empresarial como uma estratégia. *Rev. Econ. Polit.* vol.30 no. 4 São Paulo Out./Dec. 2010 <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000400008>.
- Dalla Vecchia, R., Ruiz T., Bocchi, S. C. M., & Corrente, J. E. (2005). Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 8(3), 246-252.
- D'Andrea, F. F. (2000). *Desenvolvimento da personalidade: enfoque psicodinâmico*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Daniel, C., & Souza, M. (2006). Modos de subjetivar e de configurar o sofrimento: depressão e modernidade. *Psicologia em Revista*, 12(20), 117-130.
- Dejours C., & Abdoucheli, E. (1993). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli, & C. Jayet (Orgs.), *Psicodinâmica do trabalho* (pp. 119-145). São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. A. (2007a). Psicodinâmica do Trabalho na pós-modernidade. In A. M. Mendes, S. C. Cruz, & E. P. Facas (Orgs.), *Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho*. Brasília: Paralelo 15.

- De Masi, D. (1999). *Desenvolvimento sem Trabalho*. São Paulo: Esfera.
- Debert, G. G. (1999). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Fapesp.
- Debert, G. G. (2002). *Políticas públicas e a constituição do idoso como ator político*. In: Seminário Internacional sobre Atividades Físicas para a Terceira Idade, V. Anais do evento, São Paulo: USP.
- Debert, G. G. (2004). *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp.
- Deps, V. L. (1993). Atividade e bem-estar psicológico na maturidade. In A. L. Neri (Org.), *Qualidade de vida e idade madura* (pp. 52-87). São Paulo: Papirus.
- Dewey, J. (1960). *How we think: A restatement of the relation of reflective thinking to the educative process*. Lexington: Heath and Company.
- Diogo, M. J. D., Neri, A. L., & Cachioni, M. (Org.). (2003). *Saúde e qualidade de vida na velhice*. Campinas: Alínea.
- Doise, W. (2001). *Droits de l'homme et forces des idées*. Paris: PUF.
- Duarte, Y. A. O. (2003). Desempenho funcional e demandas assistenciais. In M. L. Lebrão, & Y. A. O. Duarte (Orgs.), *O Projeto SABE no município de São Paulo: uma abordagem inicial* (pp. 185-200). Brasília: Editora OPAS.
- Dumazedier, J. (1962). *Vers une civilization du loisir?* Paris: Ed. du Seuil.
- Dumazedier, J. (1974). *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva.
- Dumazedier, J. (1976). *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva.
- Enriquez, E. (1999). *Perda do Trabalho, Perda da Identidade*. In M. R. Nabuco, & A. Carvalho Neto (Orgs.), *Relações de trabalho contemporâneas* (pp. 69-83). Belo Horizonte: IRT PUC-MG.

- Erminda, J. G. (1999). *Os idosos: problemas e realidades*. Coimbra: Formasau.
- Faleiros, M. I. L. (1980). *Repensando o Lazer*. São Paulo: Perspectivas.
- Fechine, B. R., & Trompieri, N. (2012). O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. *Internacional Science Place*, 1(20), 106-194.
- Felippe, L. R., Sandmann, H. M., Merthy, M. E., Fernandez, S., & Bulgacov, Y. L. (1999). Programa de preparação para aposentadoria: uma política de desenvolvimento humano. *InterAÇÃO*, 3(2), 79-94.
- Fenalti, R. C. S., & Schwartz, G. M. (2003). Universidade aberta à terceira idade e a perspectiva de ressignificação do lazer. *Paulista de Educação Física*, 17(2), 131-141.
- Fernandes, E. C. (1996). *Qualidade de Vida no Trabalho: como medir para melhorar*. Salvador: Casa da Qualidade.
- Ferrari, M. (2007). Lazer, ocupação do tempo livre e os programas da terceira idade. In M. Netto (Org.). *Tratado de gerontologia* (pp. 169-188). São Paulo: Atheneu.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, A. M. (2005). Aspectos psicológicos da passagem à reforma. In C. Paul, & A. M. Fonseca (Orgs.), *Envelhecer em Portugal* (pp. 45-73). Lisboa: Climepsi Editores.
- Fonseca, A. M. (2008). Psicologia do envelhecimento e vulnerabilidade. In A. S. Carvalho (Org.), *Bioética e vulnerabilidade* (pp. 120-141). Coimbra: Almedina.
- Fraiman, A. P. (1995). *Coisas da idade*. São Paulo: Gente.

- França, L. H. (2009). Influências sociais nas atitudes dos 'top' executivos em face da aposentadoria: um estudo transcultural. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(1), 17-35.
- França, L. H., & Vaughan, G. (2008). Ganhos e perdas na aposentadoria: percepção dos executivos brasileiros e neozelandeses. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 207-216.
- Freitas, M. (2011). *O tempo livre dos idosos do Conselho de Oliveira do Bairro*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. 135 f.
- Freud, S. (1974). Luto e melancolia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- Gasparini, G. (1994). *La dimensione sociale del tiempo*. Milão: Angeli.
- Garcia, H. D. (2001). *A terceira idade e a internet: uma questão para o novo milênio*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil, 183 f.
- García, S. T., Guerra, C. T., & Ardila, M. C. (2007). El anciano conformista: un optimista con experiencia? Resonancias de una investigación sobre lo psicológico en la calidad de vida con personas mayores en Soacha y Sibaté. *Universitas Psychologica*, 6(2), 263-268.
- Geis, P. P. (2003). *Atividades criativas e recursos práticos*. Porto Alegre: Artmed.
- Giardino, A., & Cardozo, J. (2009). *O melhor vem depois: desvelando o enigma da longevidade*. São Paulo: Saraiva.
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Gil, A. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

- Gil, A. (2006). *Método e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. (2007). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Goffman, I. (1963). *Stigma: Notes on the Management of a spoiled identity*. Englewoods Cliffs: Prentice-Hall.
- Gomes, G. C. (2003). *Tradução, adaptação transcultural e exame das propriedades de medida da escala "Performance Oriented Mobility Assessment" (POMA) para uma amostragem de idosos brasileiros institucionalizados*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. 110 f.
- Graeff, L. (2002). Representações sociais da aposentadoria. *Textos sobre Envelhecimento*, 4(7), 19-34.
- Grinberg, A., & Grinberg, B. (1999). *A arte de envelhecer com sabedoria*. São Paulo: Nobel.
- Guerreiro, T., & Rodrigues, R. (1999). Envelhecimento bem sucedido: utopia, realidade ou possibilidade, uma abordagem transdisciplinar da questão cognitiva. In R. P. Veras (Org.), *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Guiddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Gusmão, N. M. (2001). A maturidade e a velhice: um olhar antropológico. In A. L. Neri (Org.), *Desenvolvimento e envelhecimento* (pp. 59-79). Campinas: Papirus.
- Heck, R. M., & Langdon, E. J. (2002). Envelhecimento, relações de gênero e o papel das mulheres na organização da vida em uma comunidade rural. In M. C. Minayo, & C. E. Coimbra (Orgs.), *Antropologia, saúde e envelhecimento* (pp. 129-151). Rio de Janeiro: Fiocruz.

- Honoré, C. (2006). *Devagar: como um movimento mundial está desafiando o culto da velocidade*. Rio de Janeiro: Record.
- IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. (2009). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Kalache, A. & Kickbusch, I. (1997). A global strategy for healthy ageing. *World Health*, 3(4), 4-5.
- Kuznier, T. P. (2007). *O significado do envelhecimento e do cuidado para o idoso hospitalizado e as possibilidades do cuidado de si*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. 144 f.
- Kunzler, R. B. (2009). *A ressignificação da vida cotidiana a partir da aposentadoria e do envelhecimento*. Tese (Doutorado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 238 f.
- Jodelet, D. (2001). *Representações Sociais: um domínio em expansão*. In D. Jodelet (Org.), *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jovchelovitch, S. (Org.). (1995). *Texto em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Laplanche, J. (1988). *Problemáticas II: castração e simbolizações*. São Paulo: Martins Fontes.
- Larrosa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*. 19(s/n), 20-28.
- Laslett, P. (1989). *A Fresh Map of Life. The Emergence of the Third Age*. Cambridge: Harvard University Press.
- Leite, C. B. (1993). *O século da aposentadoria*. São Paulo: LTr.

- Leite, R. C. B. de O. (1995). *O idoso dependente em domicílio*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. 139 f.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. (2005). *Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em pesquisa social*. Brasília: LiberLivro.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. (2010). *Pesquisa de Representação Social*. Brasília: Liberlivro.
- Leopardi, M., Beck, C., Nietsche, E., & Gonzales, R. (2002). *Metodologia da pesquisa na saúde*. Florianópolis: UFSC.
- Lewinsohn, P. M., & Libet, J. (1972). Pleasant events, activity schedules, and depressions. *Journal of Abnormal Psychology*, 79(3), 291-300.
- Lipovetsky, G. (2007). *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lunardi, M. L. (2001). Inclusão/Exclusão: duas faces da mesma moeda. *Cadernos de Educação Especial*, 18(s/n), 1-15.
- Mack, M. J. (1954). A retirement planning program. *The Journal of Business*, 27(2), 169-175.
- Marcellino, N. C. (2004). *Lazer e educação*. Campinas: Papirus.
- Marcellino, N. (2007). *Lazer e cultura: algumas aproximações*. In N. Marcellino (Org.), *Lazer e Cultura* (pp. 9-30). Campinas: Alínea.
- Martins, R. (2008). A depressão no idoso. *Millenium*, 29(34), 119-123.
- Martins, J. C. O., & Francileudo, F. A. (2010). Qualidade de vida e valores na contemporaneidade: Um estudo hermenêutico sobre as possibilidades do ócio para a sociedade do consumo. *Lazer & Sociedade*, (1), 43-59.

- Martins, E. C. (2013). *Gerontologia & Gerontagogia e Animação em Idosos*. Lisboa: Cáritas Portuguesa.
- Marx, K. (1974). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.
- Matos, M. L. G. (2006). *O significado do lúdico para os idosos*. Dissertação (Mestrado em Gerontologia), Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil. 149 f.
- Medrado, B. D. (1994). *Caindo pra idade: a vivência da velhice em um contexto rural nordestino*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. 174 f.
- Melo, O. V. (1995). *Aposentadoria: prêmio ou castigo*. Passo Fundo: Berthier.
- Meireles, C. (1987). *Obra poética ou obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mercadante, E. F. (2003). Velhice: a identidade estigmatizada. *Serviço Social e Sociedade*, 75(80), 55-72.
- Messy, J. (1999). *A pessoa idosa não existe*. São Paulo: Aleph.
- Minayo, M. C. (Org.). (2002). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Saúde. (2006). *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa: políticas, programas e rede de atenção a saúde do idoso*. Brasília: UNA-SUS.
- Ministério da Saúde [Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica]. (2006). *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa*. Brasília: Ministério da Saúde.

- Miranda, L. M., & Farias, S. F. (2009). As contribuições da internet para o idoso: uma revisão de literatura. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 13(29), 383-394.
- Moragas, R. M. (1997). *Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida*. São Paulo: Paulinas.
- Moreira, V., & Nogueira, F. N. N. (2008). Do indesejável ao inevitável: a experiência vivida do estigma de envelhecer na contemporaneidade. *Psicologia USP*, 19(1), 59-79.
- Mori, G., & Silva, L. F. (2010). Lazer na terceira idade: desenvolvimento humano e qualidade de vida. *Motriz*, 16(4), 950-957.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Org.), *Social Cognition, Perspectives on Everyday Understanding* (pp. 181-209). Londres: Academic Press.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Mota, M.F. (2012). O ócio, como tempo livre, e a sua contribuição para a formação do estudante Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Tiradentes. Sergipe Aracajú
- Motta, A. B. (2004). Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In C. E. Peixoto (Org.), *Família e envelhecimento* (pp. 109-143). Rio de Janeiro: FGV.
- Mourão, L. & Andrade, J. E. B. (2001). *Significado do trabalho, caminhos percorridos e sinalização de tendências*. In Anais do XXV ANPAD. Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração.

- Munnè, F. (1980). *Psicosociología del tiempo libre: un enfoque crítico*. México: Trillas.
- Negreiros, T. C. G. M. (2003). Quantidade e qualidade de vida. In T. C. G. M. Negreiros (Org.), *A nova velhice: uma visão multidisciplinar* (pp. 36-39). Rio de Janeiro: Revinter.
- Neri, A. L. (2006). Teorias Psicológicas do Envelhecimento: percurso histórico e teorias atuais. In E. V. Freitas, L. Py, F. A. X. Cançado, J. Doll, & M. L. Gorzoni (Orgs.), *Tratado de Geriatria e Gerontologia* (pp. 58-77). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Neri, A. L. (2001). O fruto dá sementes: Processos de amadurecimento e envelhecimento. In A. L. Neri (Org.), *Maturidade e velhice: Trajetórias individuais e socioculturais* (pp. 11-52). Campinas: Papirus.
- Netto, M. P. (2002). História da velhice no século XX: Histórico, definição do campo e temas básicos. In E. V. Freitas., L. Py., A.L. Néri., F. A. X. Cançado, M. L. Gorzoni, & S. M. Rocha (Org.), *Tratado de Geriatria e Gerontologia* (pp. 1-12). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Nóbrega, S. M. (2003). Sobre a teoria das representações sociais. In A. S. Moreira, J. C. Jesuino (Orgs.), *Representações Sociais: teoria e prática* (pp. 55-87). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Nogueira, M. A. (2005). O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. *Serviço Social e Sociedade*, (82), 5-21.
- Novaes, M. H. (2000). *Psicologia da terceira idade*. Rio de Janeiro: NAU.
- Oliveira, F. M. F. de. (2003). *As dimensões da Teoria e da Prática nos Cursos de Graduação em Administração: Contribuições da Metodologia de Projetos à Luz do Pensamento Complexo*. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica),

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 128 f.

Oliveira, Y. A. D. de. (1996). O lazer do idoso. In R. Rodrigues, & M. J. Diogo (Orgs.), *Como cuidar dos idosos* (pp. 113-119). Campinas: Papirus.

Oliveira, A. M., & Santos, M. F. (2002). O envelhecer: teorias científicas x teorias populares. *Psicologia*, 33(2), 311- 326.

Oliveira, C. (2004). Sobre lazer, tempo e trabalho na sociedade de consumo. *Conexões*, 2(1), 20-34.

Oliveira, D. C., Marques, S. C., Gomes, M. T., & Teixeira, M. C. (2005). Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In A. S. Moreira (Org.), *Perspectivas teórico-metodológicas* (pp. 573-603). João Pessoa: Ed. Universitária.

OMS [Organização Mundial da Saúde]. (1984). *Aplicaciones de la epidemiologia al estudio de los ancianos: informe de un grupo científico de la OMS sobre a epidemiologia del envejecimento*. (Série de Informes Técnicos, N° 706). Madrid: OMS.

OMS [Organização Mundial da Saúde]. (2005). *Envelhecimento Ativo: uma Política de saúde*. Brasília: Editora Pan-Americana da Saúde.

OMT [Organização Mundial do Turismo]. (1995a). *Conceptos, definiciones y clasificaciones de las estadísticas de turismo*. Madrid: OMTPress.

ONU [Organização das Nações Unidas]. (1982). *Relatório da I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento*. Viena: ONU.

- Pacheco, J. L. (2005). *Os refeitos: aposentados contam e refazem suas trajetórias de vida*. Campinas: UNICAMP.
- Padilha, V. (2000). *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea.
- Paulino, L. F. (2007). *Representações Sociais de Velhice, Cegueira e Direitos Nacionais em Instituições Especializadas em Deficiência Visual*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 161 f.
- Pinheiro, K. F., Rhoden, I., & Martis, J. C. O. (2010). A experiência do ócio na sociedade hipermoderna. *Mal-estar e subjetividade*, 10(4), 1131-1146.
- Pitanga, D. de A. (2006). *Velhice na cultura contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. 182 f.
- Pitanga, F. J. G. (2002). Epidemiologia, atividade física e saúde. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*, 10(3), 49-54.
- Plens, J., Domingues, M. A., Batistoni, S., & Lopes, A. (2012). Envelhecimento, Engajamento e Aparência: percepções de idosas participantes de um Núcleo de Convivência de Idosos. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15(6), 269-289.
- Polit, D., Beck, C., Tatano, C., & Hungler, B. (2004). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização*. Porto Alegre: Artmed.
- Pronovost, G. (1996). *Sociologie du temps*. Bruxelle: De Boeck.
- Py, L. (2004). Envelhecimento e subjetividade. In L. Py, J. Pacheco, J. Sá, & S. Goldman (Orgs.), *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais* (pp. 109-136). Rio de Janeiro: NAU.
- Richardson, R. (2008). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

- Rhéaume, J. (2010). Notes: Retraite et histories de vie. In A. Blanché, & J. Rhéaume (Orgs.), *Retraite et histoires de vie* (s/n). Paris: Institut International de Sociologie Clinique.
- Rhoden, I. (2008). Ócio Construtivo e o Desenvolvimento Humano. In M. C. Cuenca, & J. C. O. Martins (Orgs.), *Ócio para viver no século XXI* (pp. 57-78). Fortaleza: As Musas.
- Rhoden, I. (2009). O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio. *Mal-estar e Subjetividade*, 9(4), 1233-1250.
- Rodrigues, M. (2002). O lazer do idoso: barreiras a superar. *Revista Brasileira de Ciências do Movimento*, 10(4), 105-108.
- Rodrigues, L. S., & Soares, G. A. (2006). Velho, Idoso e Terceira Idade na Sociedade Contemporânea. *Ágora*, (4), 1-29.
- Rodrigues, N. C. (2006). Desafios do Envelhecimento no Brasil. In E. V. Freitas, L. Py, F. A. X. Cançado, J. Doll, & M. L. Gorzoni (Orgs.), *Tratado de Geriatria e Gerontologia* (pp. 186-192). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Romanini, D. P., Xavier, A. A. P., & Kovalski, J. L. (2004). *Aposentadoria: período de transformações e preparação*. In Anais do XXIV ENEP (pp. 2469-2476). Florianópolis: Associação Brasileira de Engenharia da Produção.
- Saad, P. M. (1990). O envelhecimento populacional e seus reflexos na área de saúde. In *Encontro Nacional de Estudos Popuacionais*, 7. V. 1., Caxambu, Anais de evento. São Paulo: ABEP.
- Sabater, C., & Raya, E. (2009). Elementos para el diseño de programas intergeneracionales de tiempo libre en clave participativa. In J. Giró (Org.),

- Envejecimiento activo, tiempo libre y gestión del ocio* (pp. 105-134). Logroño: Universidad de la Rioja.
- Salgado, M. A. (1982). *Velhice, uma nova questão social*. São Paulo: SESC-CETI.
- Salgado, M. A. (2000). Mitos e preconceitos no envelhecimento. *Caderno Edith Motta*, 1(2), s/n.
- Salis, V. (2004). *Ócio Criador, Trabalho e Saúde: Lições da Antiguidade para a Conquista de Uma Vida Mais Plena em Nossos Dias*. São Paulo: Editora Claridade.
- Salis, V. D. (2008). Ócio: Da antiguidade ao século XXI. In M. C. Cuenca, & J. C. O. Martins (Orgs.), *Ócio para viver no século XXI* (pp. 9-32). Fortaleza: As Musas
- Sánchez, C. D. (2000). *Gerontologia social*. Buenos Aires: Espaço Editorial.
- Santos, M. de F. de S. (1995). *Identidade e Aposentadoria*. São Paulo: EPU.
- Sant'anna, D. B. (2006). Entre o corpo e os incorporais. In SESC (Org.), *Velhices: reflexões contemporâneas* (pp. 101-112). São Paulo: SESC.
- Schein, E. H. (1996). Liderança e Cultura. In F. Hesselbein, M. Goldsmith, & R. Beckhard (Orgs.), *O líder do futuro* (pp. 81-90). São Paulo: Futura.
- Schneider, R. H., & Irigaray, T. Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 585-593.
- Scott, R. P. (2002). Quase adulta, quase velha: por que antecipar as fases do ciclo vital. In M. D. Silva, & I. S. Nery (Orgs.), *Cenários e personagens plurais* (pp. 207-221). Teresina: REDOR/NEPEM/UFPI.

- Sennett, R. (2008). *A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais de trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Shepherdson, K. V. (1984). The meaning of work and employment: psychological research and psychologists' values. *Australian Psychologist*, 19(3), 311-320.
- Schütze, F. (2010). Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In N. Pfaff, & W. Weller (Org.), *Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática* (pp. 210-222). Petrópolis: Vozes.
- Spinelli, M. A. S., & Canesqui, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979-1995). *Nutrição*, 15(1), 105-117.
- Silva, M. G. S. (1999). Idosos aposentados: representações do cotidiano. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, 1(s/n), 91-104.
- Silva, D. M. da. (2013). *A família intergeracional na ótica de idosos*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Salvador, BA, Brasil. 138 f.
- Silva, L. R. (2008). Da velhice a terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *História, Ciências e Saúde*, 15(1), 155-168.
- Silva, P. A. G., Balaban, G., & Motta, A. F. E. A. (2005). Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes de diferentes condições socioeconômicas. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 5(1), 53-59.
- Silva, H. S., & Motta, V. L. B. (2004). Terceira Idade: diferencial competitivo numa empresa. *Qualitas*, 3(1), 21-25.

- Simões, A. (2006). *A nova velhice*. Porto: Âmbar.
- Siqueira, R., Botelho, M., & Coelho, F. (2002). A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7(4), 899-906.
- Soares, D. H., & Costa, A. B. (2008). Projetos de Futuro na Aposentadoria: uma discussão fundamentada pela Orientação Profissional em Psicologia. *Perspectivas en Psicología de la Facultad de Psicología de la UNMDP*, 5(2), 35-46.
- Soares, D. H., Costa, A., Rosa, A. M., & Oliveira, M. L. (2007). Aposenta-ção: programa de preparação para a aposentadoria. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 12(6), 143-161.
- Sue, R. (1991). De la Sociologie du Loisir à La Sociologie des Temps Sociaux. *Revue des Sciences Humaines et Sociales*, 32, 48-57.
- Sue, R. (1995). *Temps et ordre social: sociologie des temps sociaux*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Svendsen, L. (2006). *Filosofia do tédio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Teixeira, I. N. D. O., & Neri, A. L. (2008). Envelhecimento bem-sucedido: Uma meta no curso da vida. *Psicologia USP*, 19(1), 81-94.
- Texeira, S. M. (2007). Lazer e tempo livre na 'terceira idade': potencialidades e limites no trabalho social com idosos. *Kairós*, 10(2), 169-188.
- Tinsley, H., & Tinsley, D. (1986). A Theory of the attributes, benefits, and causes of leisure experience. *Society and Leisure*, 8(1), 1-45.
- Tres, D. R.; Reis, A; Schlindwein, S.L (2011). A construção de cenários da relação homem-natureza sob uma perspectiva sistêmica para o estudo da paisagem em

fazendas produtoras de madeira no planalto norte catarinense. *Ambient. soc.* vol.14 no.1 São Paulo. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2011000100009>

Trilla, J. (1984). *La educación no formal*. Barcelona: Barcano.

Triviños, A. (2007). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.

Torre, P. de La. (1992). *El turismo: fenómeno social*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

Uchoa, E., Firmo, J. O. A., & Lima-Costa, M. F. (2002). *Envelhecimento e saúde: Experiência e construção cultural*. In M. C. Minayo, & C. E. A. Coimbra Jr. (Orgs.), *Antropologia, Saúde e Envelhecimento* (pp. 25-35). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Vasconcellos, C. dos S. (1994). *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. São Paulo: Libertad.

Veloz, M. C. T., Nascimento-Schulze, C. M., & Camargo, B. V. (1999). Representações sociais do envelhecimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(2), 479-501.

Veras, R. (1994). *País Jovem de Cabelos Brancos: a saúde do idoso no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Veras R. P., & Caldas C. P. (2004). Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. *Ciência e Saúde Coletiva*, 9(2), 423-32.

Veras, R. P. (2007). Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(10), 2463-2466.

- Veras, R. P., Ramos, L. R., & Kalache, A. (1987). Crescimento da população idosa no Brasil: Transformações e consequências na sociedade. *Revista de saúde pública*, 21(3), 225-233.
- Wagner, W. (1998). Sócio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. de Oliveira. (Org.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 3-25). Goiânia: AB Editora.
- Waichman, P. (1997). *Tempo livre e recreação: um desafio pedagógico*. Campinas: Papirus.
- Witczak, M. V. C. (2005). *Envelhecer ao aposentar-se: discutindo a aposentadoria masculina, o envelhecer e o subjetivar*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Whitaker, D. C. A. (2007). *Envelhecimento e poder*. Campinas: Alínea.
- Ximenes, M. A.; Côrte, B.; Conti, M. H. S. de.; Almeida, S. N. D. de.; Carnaz, L.; Ferreira, L. Reflexão sobre o trabalho, ócio, lazer e o tempo livre de idosos na contemporaneidade. *Revista Kairós Gerontologia*, v.15, n.8, p.67-81, 2012.
- Zamora, F., Luengo, G., Margalef, P., Magrina, M., & Arola, L. (1995). Effect of drawing off on colour and phenolic compounds composition of red wine. *Ciência, Tecnologia e Alimentação*, 34(6), 663-671.
- Zanelli, J. C., & Silva, N. (1996). *Programa de Preparação para Aposentadoria*. Florianópolis: Insular.
- Zanelli, J. C., Silva, N., & Soares, D. H. P. (2010). *Orientação para Aposentadoria nas Organizações de Trabalho: construção de projetos para o pós-carreira*. Porto Alegre: Editora Artmed.

Zanelli, J. C. (2012). Processos psicossociais, bem-estar e estresse na aposentadoria.

Psicologia: Organizações e Trabalho, 12(3), 329-340.

Zimerman, G. L. (2000). *Velhice: aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed.

Zuben, N. A. V. (2001). Envelhecimento: metamorfose de sentido sob o signo da

finitude. In A. L. Neri (Org.), *Maturidade e velhice: trajetórias individuais e*

socioculturais (pp. 151-182). Campinas: Papirus.

APÊNDICES

APÊNDICE A**TESTE DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS (TALP)**

Data: _____

1. O que vem à cabeça quando se fala em tempo da aposentadoria?

Cite 6 palavras que remetem ou signifiquem tempo da aposentadoria para você!

(Registrar seis palavras e numerar em ordem decrescente de importância atribuída, ou seja, da mais importante para a menos importante).

_____ (___)

_____ (___)

_____ (___)

_____ (___)

_____ (___)

_____ (___)

APÊNDICE B**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Data da Entrevista: _____

PARTE I: DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS PARTICIPANTES

Idade: _____

Sexo: () masculino () feminino

Escolaridade/Formação: _____

Profissão exercida antes da aposentadoria: _____

Ano da aposentadoria: _____

Renda: () menos de 5 salários mínimos

() de 5 a 8 salários mínimos

() de 9 a 12 salários mínimos

() mais de 13 salários mínimos

PARTE II: PERGUNTAS NORTEADORAS

1. Qual o significado de tempo advindo da aposentadoria para você?
2. O que você faz no tempo da aposentadoria? Quais as atividades desenvolvidas?
3. Quais os impactos do tempo advindo da aposentadoria no seu estilo de vida?
4. Qual a importância do tempo da aposentadoria para você?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

TÍTULO DA PESQUISA: APOSENTADORIA E TEMPO DESOBRIGADO DO TRABALHO: DESVELANDO SIGNIFICADOS A PARTIR DE IDOSOS EX-BANCÁRIOS EM FORTALEZA-CE.

NOME DO PESQUISADOR: Lorena Ibiapina Gurgel

ENDEREÇO: Rua dos Amigos, 355. Condomínio Fortune. Apto 207, Bloco 2. (Cambeba)

TELEFONE: (085) 988240426

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, desenvolvida por Lorena Ibiapina Gurgel – aluna de Pós Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, que irá investigar os significados e vivências do tempo advindo da aposentadoria atribuída por idosos. Nós estamos desenvolvendo esta pesquisa porque queremos saber como o idoso se apropria do tempo advindo da aposentadoria, enquanto um importante marco social, que, normalmente, representa um momento de mudanças nesta fase da vida.

1. **POR QUE VOCÊ ESTÁ SENDO CONVIDADO A PARTICIPAR?** O convite para a sua participação se deve à intencionalidade de pesquisar uma categoria específica, no caso, ex-bancários, atendendo aos critérios de inclusão: igual ou maior de 60 anos, residente de Fortaleza, ser aposentado do Banco do Nordeste e associado à AABNB.

2. **COMO SERÁ A MINHA PARTICIPAÇÃO?** Ao participar desta pesquisa, você responderá um roteiro de perguntas norteadoras, mediante uma entrevista, onde na primeira etapa será utilizada a ferramenta do Teste de Associação Livre de Palavras – TALP, que consiste falar palavras que vem a cabeça/mente a partir da pergunta aberta: o que significa tempo livre pra você? Em seguida, haverá outras perguntas referentes aos significados e vivências no tempo advindo da aposentadoria que atendem os objetivos da pesquisa.

Lembramos que a sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia e liberdade para decidir se quer ou não participar. Você pode desistir da sua participação a qualquer momento, mesmo após ter iniciado a(s) entrevista(s) sem nenhum prejuízo para você. Não haverá nenhuma penalização caso você decida não consentir a sua participação, ou desistir dela. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

3. **QUEM SABERÁ SE EU DECIDIR PARTICIPAR?** Somente o pesquisador responsável e sua equipe saberá que você está participando desta pesquisa. Ninguém mais saberá da sua participação. Entretanto, caso você deseje que o seu nome ou sua voz conste do trabalho final, nós respeitaremos sua decisão. Basta que você marque ao final deste termo a sua opção.

Assinatura do pesquisador _____

Assinatura do participante _____

4. GARANTIA DA CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE.

Todos os dados e informações que você nos fornecer serão guardados de forma sigilosa. Garantimos a confidencialidade e a privacidade dos seus dados e das suas informações. Tudo que o(a) Sr.(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas por meio das entrevistas, será levado em consideração todas estas questões. Esclarecemos também que a entrevista somente será gravada se houver autorização do/a entrevistado(a). A gravação servirá para registrar fielmente as palavras e discursos dos entrevistados que será posteriormente transcritos (por escrito), e após o término da pesquisa será descartado. O material da pesquisa, com os seus dados e informações, será armazenado em local seguro e guardado em arquivo até o término da pesquisa. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. Caso você autorize que sua voz seja publicada, teremos o cuidado de anonimizá-la, ou seja, sua voz ficará diferente e ninguém saberá que é sua.

5. EXISTE ALGUM RISCO SE EU PARTICIPAR?

Os procedimentos utilizados poderão trazer algum desconforto, como constrangimento, por ter que fornecer dados sobre a aposentadoria, as atividades desenvolvidas atualmente, bem como percepções, significados, valores, crenças e normas. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo visto que, caso isso ocorra, os dados poderão ser coletados em outro momento ou serão reduzidos mediante esclarecimento de que a identidade dos mesmos não será revelada.

6. EXISTE ALGUM BENEFÍCIO SE EU PARTICIPAR?

Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de possibilitar uma compreensão sobre as atividades e os significados no tempo advindo da aposentadoria pelos idosos na atualidade. Todas as informações que o (a) Sr.(a) nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa.

7. FORMAS DE ASSISTÊNCIA E RESSARCIMENTO DAS DESPESAS.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária. Caso o (a) Sr.(a) aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado as entrevistas. No caso de algum gasto resultante da sua participação na pesquisa e dela decorrentes, você será ressarcido, ou seja, o pesquisador responsável cobrirá todas as suas despesas e de seus acompanhantes, quando for o caso, para a sua vinda até o centro de pesquisa.

8. ESCLARECIMENTOS

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar Lorena Ibiapina Gurgel, na Av. Washington Soares, 1321, Bloco Q3 ou pelo telefone: (85) 88240426, nos horários das 8h às 12h e das 16h às 22h, de segunda a sexta. Se você desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, poderá consultar o Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza. O Comitê de Ética tem como finalidade defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto, de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Assinatura do pesquisador _____

Assinatura do participante _____

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade de Fortaleza – COÉTICA Av. Washington Soares, 1321, Bloco da Reitoria, Sala da Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1º andar. Bairro Edson Queiroz, CEP 60811-341. Horário de Funcionamento: 08:00hs às 12:00hs e 13:30hs às 18:00hs. Telefone (85) 3477-3122, Fortaleza-CE.

9. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar este documento, que será elaborado em duas vias: uma via deste Termo ficará com o(a) Senhor(a) e a outra ficará com o pesquisador. O participante de pesquisa deve rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, apondo a sua assinatura na última página do referido Termo. O pesquisador responsável deve, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

10. USO DE VOZ E/OU IMAGEM Caso o(a) Senhor(a) deseje que seu nome, seu rosto, sua voz ou o nome da sua instituição apareça nos resultados da pesquisa, sem serem anonimizados, marque um dos itens abaixo:

_____ Eu desejo que o meu nome conste do trabalho final.

_____ Eu desejo que a minha voz conste do trabalho final.

11. CONSENTIMENTO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr. (a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores. Ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido, e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Assinatura do pesquisador _____

Assinatura do participante _____

X

Fortaleza, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante ou representante legal

Impressão dactiloscópica

Assinatura do pesquisador

Lorena Ibiapina Gurgel, (85) 88240426,
lonena_@hotmail.com

ANEXO

ESTATUTO DO IDOSO

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Mensagem de veto

Vigência

Texto compilado

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

(Vide Decreto nº 6.214, de 2007)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda. (Incluído pela Lei nº 11.765, de 2008).

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.

§ 2º As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 5º A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade à pessoa física ou jurídica nos termos da lei.

Art. 6º Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

TÍTULO II Dos Direitos Fundamentais

CAPÍTULO I Do Direito à Vida

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

CAPÍTULO II Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – prática de esportes e de diversões;

V – participação na vida familiar e comunitária;

VI – participação na vida política, na forma da lei;

VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

CAPÍTULO III Dos Alimentos

Art. 11. Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.

Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil. (Redação dada pela Lei nº 11.737, de 2008)

Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

CAPÍTULO IV Do Direito à Saúde

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em

conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

I – cadastramento da população idosa em base territorial;

II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;

III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;

IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;

V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

§ 5º É vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos, hipótese na qual será admitido o seguinte procedimento: (Incluído pela Lei nº 12.896, de 2013)

I - quando de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com o idoso em sua residência; ou (Incluído pela Lei nº 12.896, de 2013)

II - quando de interesse do próprio idoso, este se fará representar por procurador legalmente constituído. (Incluído pela Lei nº 12.896, de 2013)

§ 6º É assegurado ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o Sistema Único de Saúde - SUS, para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais e de isenção tributária. (Incluído pela Lei nº 12.896, de 2013)

Art. 16. Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

Art. 17. Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.

Parágrafo único. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita:

I – pelo curador, quando o idoso for interditado;

II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;

III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;

IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

Art. 18. As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de auto-ajuda.

Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: (Redação dada pela Lei nº 12.461, de 2011)

I – autoridade policial;

II – Ministério Público;

III – Conselho Municipal do Idoso;

IV – Conselho Estadual do Idoso;

V – Conselho Nacional do Idoso.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico. (Incluído pela Lei nº 12.461, de 2011)

§ 2º Aplica-se, no que couber, à notificação compulsória prevista no **caput** deste artigo, o disposto na Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. (Incluído pela Lei nº 12.461, de 2011)

CAPÍTULO V

Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

CAPÍTULO VI

Da Profissionalização e do Trabalho

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

art27 Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

I – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

II – preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;

III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

CAPÍTULO VII Da Previdência Social

Art. 29. Os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de cálculo que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados na mesma data de reajuste do salário-mínimo, **pro rata**, de acordo com suas respectivas datas de início ou do seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os critérios estabelecidos pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 30. A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.

Parágrafo único. O cálculo do valor do benefício previsto no **caput** observará o disposto no **caput** e § 2º do art. 3º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, ou, não havendo salários-de-contribuição recolhidos a partir da competência de julho de 1994, o disposto no art. 35 da Lei nº 8.213, de 1991.

Art. 31. O pagamento de parcelas relativas a benefícios, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, será atualizado pelo mesmo índice utilizado para os reajustamentos dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, verificado no período compreendido entre o mês que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

Art. 32. O Dia Mundial do Trabalho, 1º de Maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas.

CAPÍTULO VIII Da Assistência Social

Art. 33. A assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o

benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas. (Vide Decreto nº 6.214, de 2007)

Parágrafo único. O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do **caput** não será computado para os fins do cálculo da renda familiar **per capita** a que se refere a Loas.

Art. 35. Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

§ 1º No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

§ 2º O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

§ 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o **caput** deste artigo.

Art. 36. O acolhimento de idosos em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais. (Vigência)

CAPÍTULO IX Da Habitação

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1º A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

§ 2º Toda instituição dedicada ao atendimento ao idoso fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

§ 3º As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

~~I – reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos;~~

I - reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos; (Redação dada pela Lei nº 12.418, de 2011)

II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;

IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

Parágrafo único. As unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo. (Incluído pela Lei nº 12.419, de 2011)

CAPÍTULO X Do Transporte

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no **caput** deste artigo.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: (Regulamento) (Vide Decreto nº 5.934, de 2006)

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Art. 42. São asseguradas a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo. (Redação dada pela Lei nº 12.899, de 2013)

TÍTULO III Das Medidas de Proteção

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 43. As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;
- III – em razão de sua condição pessoal.

CAPÍTULO II Das Medidas Específicas de Proteção

Art. 44. As medidas de proteção ao idoso previstas nesta Lei poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;
- IV – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;
- V – abrigo em entidade;
- VI – abrigo temporário.

TÍTULO IV Da Política de Atendimento ao Idoso

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 47. São linhas de ação da política de atendimento:

I – políticas sociais básicas, previstas na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994;

II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;

III – serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV – serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;

V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos;

VI – mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso.

CAPÍTULO II

Das Entidades de Atendimento ao Idoso

Art. 48. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei nº 8.842, de 1994.

Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos:

I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II – apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei;

III – estar regularmente constituída;

IV – demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

Art. 49. As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;

III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;

IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;

V – observância dos direitos e garantias dos idosos;

VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Parágrafo único. O dirigente de instituição prestadora de atendimento ao idoso responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento do idoso, sem prejuízo das sanções administrativas.

Art. 50. Constituem obrigações das entidades de atendimento:

I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;

II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos;

III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente;

IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade;

V – oferecer atendimento personalizado;

VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares;

VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;

VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso;

IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;

X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;

XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso;

XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas;

XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei;

XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos;

XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;

XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;

XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica.

Art. 51. As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita.

CAPÍTULO III Da Fiscalização das Entidades de Atendimento

Art. 52. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

Art. 53. O art. 7º da Lei nº 8.842, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas." (NR)

Art. 54. Será dada publicidade das prestações de contas dos recursos públicos e privados recebidos pelas entidades de atendimento.

Art. 55. As entidades de atendimento que descumprirem as determinações desta Lei ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às seguintes penalidades, observado o devido processo legal:

I – as entidades governamentais:

- a) advertência;
- b) afastamento provisório de seus dirigentes;
- c) afastamento definitivo de seus dirigentes;
- d) fechamento de unidade ou interdição de programa;

II – as entidades não-governamentais:

- a) advertência;

- b) multa;
- c) suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas;
- d) interdição de unidade ou suspensão de programa;
- e) proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.

§ 1º Havendo danos aos idosos abrigados ou qualquer tipo de fraude em relação ao programa, caberá o afastamento provisório dos dirigentes ou a interdição da unidade e a suspensão do programa.

§ 2º A suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas ocorrerá quando verificada a má aplicação ou desvio de finalidade dos recursos.

§ 3º Na ocorrência de infração por entidade de atendimento, que coloque em risco os direitos assegurados nesta Lei, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.

§ 4º Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o idoso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da entidade.

CAPÍTULO IV Das Infrações Administrativas

Art. 56. Deixar a entidade de atendimento de cumprir as determinações do art. 50 desta Lei:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), se o fato não for caracterizado como crime, podendo haver a interdição do estabelecimento até que sejam cumpridas as exigências legais.

Parágrafo único. No caso de interdição do estabelecimento de longa permanência, os idosos abrigados serão transferidos para outra instituição, a expensas do estabelecimento interditado, enquanto durar a interdição.

Art. 57. Deixar o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso de que tiver conhecimento:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 58. Deixar de cumprir as determinações desta Lei sobre a prioridade no atendimento ao idoso:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais) e multa civil a ser estipulada pelo juiz, conforme o dano sofrido pelo idoso.

CAPÍTULO V

Da Apuração Administrativa de Infração às Normas de Proteção ao Idoso

Art. 59. Os valores monetários expressos no Capítulo IV serão atualizados anualmente, na forma da lei.

Art. 60. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.

§ 1º No procedimento iniciado com o auto de infração poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração.

§ 2º Sempre que possível, à verificação da infração seguir-se-á a lavratura do auto, ou este será lavrado dentro de 24 (vinte e quatro) horas, por motivo justificado.

Art. 61. O autuado terá prazo de 10 (dez) dias para a apresentação da defesa, contado da data da intimação, que será feita:

I – pelo autuante, no instrumento de autuação, quando for lavrado na presença do infrator;

II – por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 62. Havendo risco para a vida ou à saúde do idoso, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

Art. 63. Nos casos em que não houver risco para a vida ou a saúde da pessoa idosa abrigada, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

CAPÍTULO VI

Da Apuração Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento

Art. 64. Aplicam-se, subsidiariamente, ao procedimento administrativo de que trata este Capítulo as disposições das Leis nºs 6.437, de 20 de agosto de 1977, e 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 65. O procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não-governamental de atendimento ao idoso terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.

Art. 66. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade ou outras medidas que julgar adequadas, para evitar lesão aos direitos do idoso, mediante decisão fundamentada.

Art. 67. O dirigente da entidade será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

Art. 68. Apresentada a defesa, o juiz procederá na conformidade do art. 69 ou, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento, deliberando sobre a necessidade de produção de outras provas.

§ 1º Salvo manifestação em audiência, as partes e o Ministério Público terão 5 (cinco) dias para oferecer alegações finais, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

§ 2º Em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará a autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, fixando-lhe prazo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder à substituição.

§ 3º Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento do mérito.

§ 4º A multa e a advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou ao responsável pelo programa de atendimento.

TÍTULO V Do Acesso à Justiça

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 69. Aplica-se, subsidiariamente, às disposições deste Capítulo, o procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil, naquilo que não contrarie os prazos previstos nesta Lei.

Art. 70. O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

CAPÍTULO II Do Ministério Público

Art. 72. (VETADO)

Art. 73. As funções do Ministério Público, previstas nesta Lei, serão exercidas nos termos da respectiva Lei Orgânica.

Art. 74. Compete ao Ministério Público:

I – instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso;

II – promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

III – atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme o disposto no art. 43 desta Lei;

IV – promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, nas hipóteses previstas no art. 43 desta Lei, quando necessário ou o interesse público justificar;

V – instaurar procedimento administrativo e, para instruí-lo:

a) expedir notificações, colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado da pessoa notificada, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar;

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

c) requisitar informações e documentos particulares de instituições privadas;

VI – instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção ao idoso;

VII – zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

VIII – inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

IX – requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços de saúde, educacionais e de assistência social, públicos, para o desempenho de suas atribuições;

X – referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos nesta Lei.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuser a lei.

§ 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade e atribuições do Ministério Público.

§ 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso.

Art. 75. Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

Art. 76. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Art. 77. A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

CAPÍTULO III

Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos

Art. 78. As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

I – acesso às ações e serviços de saúde;

II – atendimento especializado ao idoso portador de deficiência ou com limitação incapacitante;

III – atendimento especializado ao idoso portador de doença infecto-contagiosa;

IV – serviço de assistência social visando ao amparo do idoso.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, próprios do idoso, protegidos em lei.

Art. 80. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Art. 81. Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, consideram-se legitimados, concorrentemente:

I – o Ministério Público;

II – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III – a Ordem dos Advogados do Brasil;

IV – as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa, dispensada a autorização da assembléia, se houver prévia autorização estatutária.

§ 1º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei.

§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.

Art. 82. Para defesa dos interesses e direitos protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ação pertinentes.

Parágrafo único. Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público, que lesem direito líquido e certo previsto nesta Lei, caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandado de segurança.

Art. 83. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, na forma do art. 273 do Código de Processo Civil.

§ 2º O juiz poderá, na hipótese do § 1º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente do pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 3º A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado.

Art. 84. Os valores das multas previstas nesta Lei reverterão ao Fundo do Idoso, onde houver, ou na falta deste, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ficando vinculados ao atendimento ao idoso.

Parágrafo único. As multas não recolhidas até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas por meio de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados em caso de inércia daquele.

Art. 85. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

Art. 86. Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.

Art. 87. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada, igual iniciativa aos demais legitimados, como assistentes ou assumindo o pólo ativo, em caso de inércia desse órgão.

Art. 88. Nas ações de que trata este Capítulo, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

Parágrafo único. Não se imporá sucumbência ao Ministério Público.

Art. 89. Qualquer pessoa poderá, e o servidor deverá, provocar a iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os fatos que constituam objeto de ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 90. Os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra idoso ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, devem encaminhar as peças pertinentes ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

Art. 91. Para instruir a petição inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, que serão fornecidas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 92. O Ministério Público poderá instaurar sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 1º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil ou de peças informativas, determinará o seu arquivamento, fazendo-o fundamentadamente.

§ 2º Os autos do inquérito civil ou as peças de informação arquivados serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público.

§ 3º Até que seja homologado ou rejeitado o arquivamento, pelo Conselho Superior do Ministério Público ou por Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, as associações legitimadas poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados ou anexados às peças de informação.

§ 4º Deixando o Conselho Superior ou a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público de homologar a promoção de arquivamento, será designado outro membro do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

TÍTULO VI Dos Crimes

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 93. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal. (Vide ADI 3.096-5 - STF)

CAPÍTULO II Dos Crimes em Espécie

Art. 95. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.

Art. 97. Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Art. 98. Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Art. 100. Constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa:

I – obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;

II – negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho;

III – recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;

IV – deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

V – recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 101. Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente o idoso:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Art. 103. Negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Art. 105. Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso:

Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 107. Coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 108. Lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

TÍTULO VII Disposições Finais e Transitórias

Art. 109. Impedir ou embaraçar ato do representante do Ministério Público ou de qualquer outro agente fiscalizador:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 110. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida;

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

III – se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

IV – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria.

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge do agente ou maior de 60 (sessenta) anos.

§ 1º Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos." (NR)

"Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

Art. 111. O art. 21 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei das Contravenções Penais, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

Art. 112. O inciso II do § 4º do art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

Art. 113. O inciso III do art. 18 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

III – se qualquer deles decorrer de associação ou visar a menores de 21 (vinte e um) anos ou a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou a quem tenha, por

qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação:

Art. 114. O art 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei." (NR)

Art. 115. O Orçamento da Seguridade Social destinará ao Fundo Nacional de Assistência Social, até que o Fundo Nacional do Idoso seja criado, os recursos necessários, em cada exercício financeiro, para aplicação em programas e ações relativos ao idoso.

Art. 116. Serão incluídos nos censos demográficos dados relativos à população idosa do País.

Art. 117. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei revendo os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, de forma a garantir que o acesso ao direito seja condizente com o estágio de desenvolvimento sócio-econômico alcançado pelo País.

Art. 118. Esta Lei entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, ressalvado o disposto no **caput** do art. 36, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2004.

Brasília, 1º de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos
Antonio Palocci Filho
Rubem Fonseca Filho
Humberto Sérgio Costa Lima
Guido Mantega
Ricardo José Ribeiro Berzoini
Benedita Souza da Silva Sampaio
Álvaro Augusto Ribeiro Costa



UNIVERSIDADE DE
FORTALEZA (UNIFOR)/
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SIGNIFICADOS DO TEMPO ADVINDO DA APOSENTADORIA PARA OS IDOSOS

Pesquisador: Lorena Ibiapina Gurgel

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65582716.0.0000.5052

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.994.371

Apresentação do Projeto:

O estudo tem abordagem qualitativa, do tipo exploratório/descritivo, e terá como locus da pesquisa a Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste (AABNB), no município de Fortaleza a ser realizada no segundo semestre de 2016. Dentre os mais de três mil associados, selecionará intencionalmente sete idosos aposentados como participante da pesquisa, por acreditar que esse número contemplará os objetivos do estudo, e serão adotados os seguintes critérios de inclusão: ter idade igual ou acima de 60 anos, aposentado e integrante da Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste. Para a coleta de dados, será utilizado o Teste de Associação Livre de Palavras e entrevista semiestruturada. Para organização e análise recorrerá ao Discurso do Sujeito Coletivo para as entrevistas e para o Teste de Associação Livre de Palavras será identificadas a frequência e a porcentagem das palavras evocadas, bem como a ordem de importância das evocações de palavras, seguidas de suas análises. O estudo levará em consideração todos os critérios éticos da Resolução 466/2012.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender como o idoso significa o tempo advindo da aposentadoria

Objetivo Secundário:

identificar as atividades desenvolvidas pelo idoso no tempo advindo da aposentadoria; conhecer os impactos do tempo advindo da aposentadoria no estilo de vida do idoso; prospectar a

Endereço: Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria

Bairro: sala da VRPPG - Edson Queiroz

CEP: 60.811-905

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3477-3122

Fax: (85)3477-3056

E-mail: coetica@unifor.br



UNIVERSIDADE DE
FORTALEZA (UNIFOR)/
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



Continuação do Parecer: 1.994.371

importancia do tempo advindo da aposentadoria pelo idoso.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os procedimentos utilizados poderao trazer algum desconforto, como constrangimento, por ter que fornecer dados sobre a aposentadoria, as atividades desenvolvidas atualmente, bem como percepcoes, significados, valores, crenças e normas. O tipo de procedimento apresenta um risco minimo visto que, caso isso ocorra, os dados poderao ser coletados em outro momento ou serao reduzidos mediante esclarecimento de que a identidade dos mesmos nao sera revelada.

Benefícios:

Os beneficios esperados com o estudo sao no sentido de possibilitar uma compreensao sobre as atividades e os significados no tempo advindo da aposentadoria pelos idosos na atualidade. Todas as informacoes que o (a) Sr.(a) nos fornecer serao utilizadas somente para esta pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de relevância que busca compreender como o idoso significa o tempo advindo da aposentadoria

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram indicados.

Recomendações:

Após a leitura da versão apresentada, não há recomendações por conta de pendências do projeto de pesquisa analisado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Colegiado recomenda a Aprovação ao projeto de pesquisa visto atender, na íntegra, às determinações da Resolução CNS/MS 466/12 e diretrizes.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_765191.pdf	10/03/2017 16:20:41		Aceito

Endereço: Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria
Bairro: sala da VRPPG - Edson Queiroz **CEP:** 60.811-905
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3477-3122 **Fax:** (85)3477-3056 **E-mail:** coetica@unifor.br



UNIVERSIDADE DE
FORTALEZA (UNIFOR)/
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



Continuação do Parecer: 1.994.371

Cronograma	CRONOGRAMATESE.pdf	10/03/2017 15:20:32	Lorena Ibiapina Gurgel	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOTESE.pdf	10/03/2017 15:18:58	Lorena Ibiapina Gurgel	Aceito
Outros	cartaanuencia.jpg	08/03/2017 20:23:36	Lorena Ibiapina Gurgel	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.PDF	25/08/2016 17:29:38	Lorena Ibiapina Gurgel	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/08/2016 15:01:30	Lorena Ibiapina Gurgel	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 31 de Março de 2017

Assinado por:
ALDO ANGELIM DIAS
(Coordenador)

Endereço: Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria
Bairro: sala da VRPPG - Edson Queiroz **CEP:** 60.811-905
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3477-3122 **Fax:** (85)3477-3056 **E-mail:** coetica@unifor.br